

# **XII CONGRESSO NACIONAL DO MUTUALISMO**

**7 e 8 de julho de 2017**

**Centro de Congressos da Alfândega do Porto**

Transcrição das intervenções

**7 de julho de 2017**

Bom dia! Damos a todos as boas vindas ao XII Congresso Nacional do Mutualismo, este ano comemorando os 720 anos do Mutualismo em Portugal.

Aproveitamos este momento para lembrar todos os congressistas interessados em tomar parte na receção e Porto de Honra nos Paços do Concelho da Câmara Municipal do Porto e bem assim no jantar comemorativo, que deverão manifestar esse interesse junto da mesa de acreditação.

Reunimo-nos hoje para assinalar 720 anos de força, persistência, crescimento e ambição mutualistas. Juntos temos feito sempre mais pelos nossos associados e pelas populações em geral. Mas o nosso caminho não termina nem agora, nem aqui.

Somos hoje mais de dois milhões e meio de beneficiários do Mutualismo e queremos ir mais longe. Este é o resultado do esforço e do empenho de todos nós.

---

Mutualidades Portuguesas, mais de dois milhões e meio de beneficiários. A União das Mutualidades Portuguesas, constituída em 1984, é uma associação de grau superior, que tem como objetivo promover e representar as associações mutualistas, suas filiadadas junto das entidades públicas, privadas e sociais, funcionando o Mutualismo como uma força de referência do setor social e solidário. A missão da UMP é reforçar e desenvolver o Mutualismo, promovendo o associativismo e a modernização das Mutualidades, conquistando espaços de intervenção social para benefício das Mutualidades e dos seus associados.

Rigor e excelência na qualidade dos serviços prestados.

O Movimento Mutualista, de caráter profundamente democrático, reúne em todo o país cerca de um milhão de associados e mais de dois milhões e meio de beneficiários, organizados no conjunto de associações de âmbito local e nacional, tendo um papel histórico fundamental na proteção dos indivíduos e das famílias, sobretudo nas áreas da Segurança Social e da Saúde.

As associações mutualistas têm sabido complementar e colmatar as falhas e limitações dos sistemas públicos de proteção e das respostas das entidades privadas com fins lucrativos e encontram-se empenhadas no desenvolvimento de novas soluções adequadas às novas necessidades dos portugueses.

Aposta na inovação e na tecnologia.

Criamos relações de cooperação com a comunidade e instituições.

Assumimos o compromisso solidário com espírito de entreatajuda.

Apoiamos a criação de estruturas e mecanismos que protejam a comunidade no seu todo e não apenas os indivíduos mais desfavorecidos, assegurando que o número de pessoas vulneráveis não aumente no futuro.

Apostamos na qualidade do capital humano.

Apoiamos a criação de novas modalidades e benefícios.

A União das Mutualidades Portuguesas desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de projetos que visam a criação de novas respostas e soluções às necessidades e as aspirações das Mutualidades, dos cidadãos e suas famílias.

Mutualidades Portuguesas, mais de dois milhões e meio de beneficiários.

---

Saudamos as autoridades aqui presentes e convidamos para compor a mesa da sessão de abertura, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da União das Mutualidades Portuguesas, Eng<sup>o</sup> Luís Costa, a Senhora Secretária de Estado da Segurança Social, Dra. Cláudia Joaquim, o Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Dr. Luís Alberto Silva.

Para dar início à sessão de abertura, convidamos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da União das Mutualidades Portuguesas, Eng<sup>o</sup> Luís Costa.

—

Exma. Senhora Secretária de Estado da Segurança Social, Dra. Cláudia Joaquim, Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Dr. Luís Alberto Silva, demais entidades oficiais aqui presentes, ilustríssimos oradores e moderadores, caros representantes de entidades da Economia Social, companheiros e companheiras mutualistas presentes, minhas senhoras e meus senhores,

Como não poderia deixar de ser, inicio a minha intervenção, saudando todos os presentes e dando as boas vindas a todos os congressistas e convidados, que nos quiseram dar a honra da sua presença neste evento, que é de trabalho e de comemoração. E que os mutualistas tanto acarinhos.

Enquanto Presidente da Mesa da Assembleia Geral da União das Mutualidades Portuguesas, assumo com grande responsabilidade a tarefa de congregar em torno da mesa a que presido os mutualistas, promovendo a discussão, a partilha e a reflexão sobre os temas estruturantes do movimento, na busca persistente pela união, pela coesão e pelo engrandecimento das Mutualidades.

Para mim, que sou um homem de pragmatismos, esses mesmos deverão ser os objetivos destes dois dias de trabalho. O XII Congresso Nacional do Mutualismo deverá ser, igualmente e de forma ainda mais abrangente, momento para discutirem temas basilares do Mutualismo, como os seus fins fundamentais, o papel das Mutualidades nas respostas aos desafios societários, como o seu papel complementar aos regimes da segurança social ou ao sistema público de saúde.

O caminho a percorrer para fortalecimento da intervenção das associações mutualistas, como rejuvenescimento das suas ações e dos órgãos associativos ou a presença de mais mulheres nos lugares dirigentes.

O horizonte geográfico estratégico do modelo mutualista, encarando enquanto resposta às necessidades das populações dos quatro mundos, dos quatro cantos do mundo, muito em particular daquelas que ainda não encontraram um modelo organizacional formal, para responder às eventualidades humanas, como a doença, o desemprego, a morte, o risco.

Anseio, sinceramente, que este congresso seja profícuo e rico de esclarecimentos, conhecimento e partilha de boas práticas, e que seja porta de entrada no momento mais próspero do movimento.

E que o Dia Nacional do Mutualismo que amanhã assinalaremos em conjunto e em espírito de família mutualista, celebre os valores humanistas e os princípios mutualistas, num dia pleno de comemoração e regozijo.

Bom XII Congresso Nacional do Mutualismo! Obrigado.

—

Chamamos de seguida, para tomar a palavra, o Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Dr. Luís Alberto Silva.

---

Muito bom dia a todos!

Exma. Senhora Secretária de Estado da Segurança Social, Dra. Cláudia Joaquim,

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral da União das Mutualidades Portuguesas Eng<sup>o</sup> Luís Costa,

Exmo. Presidente da União Africana de la Mutualité UAM, Dr. Adbelmoula Adbelmoumní,

Exmo. Senhor Vice-Presidente da Associação Internacional de la Mutualité AIM, Dr. Loek Caubo, Loek quer dizer Luís, portanto também sou Luís, soube agora há um bocadinho, que Loek é Luís, em Português, temos alguma afinidade. Sejam bem vindos.

Exma. Senhora Assessora para os Assuntos Sociais do Ministério de São Tomé e Príncipe, Dra. Aida Baião,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados aqui presentes,

Demais entidades oficiais aqui presentes,

Ilustríssimos oradores e moderadores,

Caros representantes da Economia Social,

Companheiras e companheiros mutualistas,

Meus senhores e minhas senhoras,

Saúdo todas as entidades oficiais, os amigos mutualistas, os ilustres intervenientes dos diferentes painéis que comporão estes dois dias de reflexão e discussão e demais entusiastas da Economia Social, manifestando o meu enorme contentamento por estar verdadeiramente entre amigos do Movimento Mutualista que consideraram incluir nas suas agendas e nos seus pensamentos o Mutualismo e as associações mutualistas numa data que se reveste de particular significado uma vez que o XII Congresso Nacional do Mutualismo que agora abrimos assinala igualmente 720 anos de história de Mutualismo em Portugal.

Permitam-me contudo que dirija um agradecimento especial à Senhora Secretária de Estado da Segurança Social, Dra. Cláudia Joaquim, que amavelmente aceitou presidir à abertura deste congresso e à inauguração das exposições “Mutualismo em Portugal” e “Mutualismo de Palmo e Meio” que se manterão patentes ao público durante estes dois dias de trabalhos e comemoração.

Perante tantas presenças distintas e sapientes, sentimos reconhecida a importância do nosso movimento e da discussão pública dos temas que aqui serão abordados.

Entendemos pertinente trazer para a mesa de discussão e assim desejamos, para o debate participado, temas tão essenciais para o Movimento Mutualista quanto abrangentes e transversais, incluindo em termos fronteiriços.

Quisemos, em primeiro lugar, chamar à reflexão os fins e áreas de atuação mutualistas, porquanto acreditamos que todos os momentos em que podemos estar congregados em torno do Mutualismo, são bons momentos para discutirmos o presente, o futuro e as potencialidades do nosso modelo social. E, porque se quer falar de futuro e do potencial de crescimento, e acredito, de sustentabilidade do modelo e das instituições, torna-se imperativo abordar, sem pudores, o rejuvenescimento e a inovação do Mutualismo.

Este será, peço desculpa, este será o tema do segundo painel deste dia, durante o qual todos estão convidados a refletir sobre esta matéria, com a profundidade e a acuidade que merece e que todos lhe devemos.

O terceiro painel de hoje pretende levar os participantes mais longe, geográfica e tematicamente, tomando como mote que 2017 é apontado como ano da Economia Social, quisemos juntar em torno dos desafios para a Economia Social ilustres representantes de múltiplas organizações internacionais deste setor, para uma partilha de saberes e experiências, com vista ao reconhecimento do Mutualismo, como modelo social e económico, com impacto positivo na vida de cidadãos de todo o mundo.

Será um dos momentos privilegiados para que os mutualistas tomem consciência da importância e responsabilidade social das dinâmicas e das atividades que prosseguem, que disseminadas por todo o globo, garantem às populações, sob diferentes formas, o acesso à proteção social, saúde e bem-estar.

Os desafios da globalização e a história atual tornam evidente que o crescimento de qualquer nação ou organização passa, indiscutivelmente, pela cooperação interna mas muito particularmente pela cooperação externa, pelas sinergias e pela criação de valor que alavanca.

Na senda dos temas dos restantes painéis, torna-se por isso inquestionável a relevância de, juntamente com interlocutores da área da cooperação internacional, nomeadamente junto dos países da CPLP, se discutirem estratégias de cooperação.

Importa tomarmos consciência de que, grande parte do caminho de rejuvenescimento, crescimento, sustentabilidade e inovação almejado pelos mutualistas, ou seja, o tal reconhecimento que pretendemos alcançar e consolidar, ultrapassa as fronteiras nacionais e depende, hoje mais do que nunca, do trabalho que os mutualistas portugueses puderem fazer nos países da CPLP, em prol da qualidade de vida e do desenvolvimento social e económico dessas comunidades.

Importará também sublinhar nesta ocasião uma evidência. Os dados apresentados pela conta satélite da Economia Social confirmam já o impacto e a importância que o setor social em geral e o Mutualismo em particular têm na economia nacional e na geração de riqueza.

Convém que o Estado Português continue a acreditar e a confiar em nós e que aposte neste potencial, conferindo ao Mutualismo português o relevo que os parceiros internacionais já lhe reconhecem, assumindo como modelo, mecanismo ou ferramenta útil à cooperação internacional, para o desenvolvimento junto dos países da CPLP.

Portugal já demonstrou que a aliança com estes países irmãos é muito importante, sob as mais diversas facetas e a União das Mutualidades Portuguesas já assumiu e aqui reforça a disponibilidade do Movimento Mutualista português para estar ao lado do Governo de Portugal nesta missão nacional que, há que dizê-lo, tem vindo a reconhecer o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por nós.

Os temas que agora apresentamos e que preencherão este dia de trabalhos, mostrarão decerto a importância do nosso movimento e o seu alcance. Nunca devemos esquecer que o Movimento Mutualista português concede benefício a mais de 25% dos portugueses, uma vez que as Mutualidades criam um valor económico e social e contribuem para o bem comum, constituindo-se como exemplos ancestrais de entreatajuda e solidariedade entre os homens, num percurso que conta já 720 anos.

É minha convicção que o Mutualismo é a solução que ajudará a desenvolver e a garantir uma proteção social para todos.

Assim estejamos todos em sintonia e disponíveis para discutir não só as forças e oportunidades do modelo, mas também, sem receios, as fraquezas e ameaças do mesmo.

A União das Mutualidades Portuguesas, reafirma a sua disponibilidade e o seu empenho em ajudar a criar mais riqueza, mais emprego, mais desenvolvimento e mais felicidade, não só em Portugal, mas também noutros territórios internacionais, onde o modelo mutualista possa ser a resposta para as necessidades dos cidadãos.

Senhora Secretária de Estado, como bem poderá perceber ao longo desta jornada de trabalho, o nosso programa de atividades e a nossa missão estão bem definidos, nas nossas mentes e no nosso horizonte de intervenção. Todavia, há ações e decisões que vão além da mera vontade do Movimento Mutualista, que se assumem como fulcrais para o prosseguimento do trabalho das Mutualidades e para o desenvolvimento, peço desculpa, esta emoção de 720 anos, não contava chegar assim a uma idade tão avançada e por isso é natural que a minha voz comece a falhar, para o prosseguimento do trabalho das Mutualidades e para o desenvolvimento dos fins mutualistas fundamentais de saúde e segurança social.

Aguardamos por isso com elevada expectativa a proposta governamental do projeto do código das associações mutualistas, documento que, esperamos veemente, venha a refletir os contributos e apreciações das Mutualidades apresentados pela União das Mutualidades Portuguesas, mas reiteramos na nossa convicção de que este será o momento oportuno para que seja criado um fundo mutualista, um instrumento de garantia mútua, capaz de dar resposta às mais diversas e pungentes eventualidades da condição humana. Do mesmo modo, acreditamos que podemos fazer mais em benefício da saúde dos portugueses, pelo que o governo pode contar com o movimento para atender às necessidades das populações no que ao acesso à saúde, ao medicamento e ao bem-estar diga respeito. Contamos neste caminho com o apoio do Governo e muito em particular do seu Ministério para que sejam criadas as condições férteis ao desempenho que nos está reservado na própria Constituição da República Portuguesa e na própria lei de bases da Economia Social.

Saiba que poderá sempre contar connosco e que sempre que o país precisar, o Movimento Mutualista dirá presente. Muito obrigado.

---

Para encerrar esta sessão inaugural, tomará a palavra a Senhora Secretária de Estado da Segurança Social, Dra. Cláudia Joaquim.

---

Senhor Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral da União das Mutualidades Portuguesas, demais dirigentes dos órgãos sociais da União das Mutualidades Portuguesas, senhores representantes das associações mutualistas, senhores oradores e moderadores, senhores representantes das instituições sociais aqui presentes, senhores diretores dos Centros Distritais de Segurança Social do Porto e de Aveiro, minhas senhoras e meus senhores,

É com enorme gosto que me dirijo a vós, neste que é o grande encontro nacional do Mutualismo em Portugal.

Falar de Mutualismo é falar de proteção social e da forma como as sociedades se organizam na prevenção e reparação dos riscos sociais e dos problemas deles emergentes.

Falar de Mutualismo é falar de uma forma antiga de trabalho social, que tem na sua génese os principais valores da história da humanidade: a fraternidade, o trabalho em prol da comunidade e a proteção dos mais desfavorecidos.

Na senda deste sentimento, com maior ou menor organização e formalidade e com finalidades variáveis, foram surgindo diferentes formas associativas no passado distante que pelo menos, devido ao espírito de ajuda mútua, em que assentavam muitas delas e no curso de motivações de solidariedade, terão servido de inspiração e de base ao Movimento Mutualista que emergiu até aos nossos dias.

Com o advento dos estados de providência, próximos do entendimento que temos hoje das funções basilares do Estado, em particular do Estado social, o Movimento Mutualista foi-se adaptando nas suas funções, permanecendo sempre como um complemento e nunca como um substituto.

Em Portugal, a organização mutualista, a exemplo de outros países europeus, foi sentindo os efeitos, ao longo do tempo, de um conjunto de fatores de natureza económica, política e social, acabando estas iniciativas por constituir uma forma de atuação modernizadora e capaz de despertar o interesse e a adesão de novos membros.

Assim, é inegável a vitalidade atual deste movimento, que podemos comprovar claramente neste XII Congresso Nacional, que dia após dia vai acompanhando as novas tendências da sociedade, nunca esquecendo porém as suas linhas orientadoras.

Neste contexto, considero importante referir que o reconhecimento público da importância do Mutualismo e da relevância das associações mutualistas, no âmbito da proteção social em Portugal, se encontra testemunhado nas bases gerais do sistema de segurança social, quer à luz dos princípios em que assenta, quer no domínio do desenvolvimento do sistema complementar.

Se também ao nível da Economia Social importa destacar a relevância do Movimento Mutualista, estamos a crer que num quadro racionalmente articulado e de crescente modernização este encetará potencialidades de inestimável valor para a realização dos fins de proteção social e para o progresso do país.

Por tudo isto, o atual governo reconhece o trabalho desenvolvido em parceria com o Movimento Mutualista, trabalho esse que ao longo do último ano e meio já permitiu a assinatura de dois importantes documentos no âmbito da cooperação para o setor solidário e social. Este diálogo que tem sido constante, demonstra inequivocamente que o Estado não se substitui às instituições, mas que estas também não substituem o papel do Estado.

O trabalho em rede, em cooperação e em estreita harmonia, é aquele que melhor garante o bem-estar das populações. Será sempre assim que o atual governo irá funcionar. De mãos dadas com as instituições, mas não delegando nelas aquelas que são as suas funções em matéria de proteção social e responsabilidades nesta matéria.

É pois importante continuarmos a dar passos no desenvolvimento e na capacitação do setor. Medidas como o programa de celebração ou o alargamento de acordos de



cooperação para o desenvolvimento de respostas sociais, o Procoop, com um total de treze milhões de euros para novos acordos de celebração, cujas candidaturas terminaram, o prazo de candidaturas terminou recentemente, um valor substancialmente superior ao que vinha sendo disponibilizado nos últimos anos, são exemplo desta vontade do governo.

Mas para além do aumento do financiamento público, a atribuição destes montantes passou a ser feita de forma transparente, assente em critérios públicos e bem definidos.

A capacitação do setor passa também pela resolução de problemas antigos, há muito identificados, sem nunca se esconder, mas também sem ceder a imediatismo, o que nem sempre são bons conselheiros, este governo está a trabalhar para que o setor mutualista possa ter ferramentas adequadas às novas realidades, sejam elas mais ou menos formais.

Minhas senhoras e meus senhores, tenho de manifestar uma palavra de especial apreço por esta iniciativa e pela vida que a União das Mutualidades Portuguesas vem dando, ano após ano, ao Movimento Mutualista e à difusão da sua missão, no sentido de valorizar e demonstrar a validade desta forma de proteção complementar.

Uma vitalidade que vai contribuir certamente para reforçar a parceria com o Estado. Mas também para reforçar o seu próprio movimento com mais associados e mais ocupação territorial.

O Movimento Mutualista continua o seu caminho com novas competências e novos formatos, mas esse é o segredo do seu próprio futuro. Adaptar-se sem nunca esquecer as suas origens.

Todos vós aqui presentes têm uma missão muito importante, continuar a traçar este caminho, sem nunca esquecer que são as populações os maiores beneficiários do vosso trabalho. E isso é o maior orgulho do Movimento Mutualista.

Para terminar, gostaria de reafirmar que é com a maior satisfação que aqui estou nesta cerimónia, em representação do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, deixando a todos uma palavra de reconhecimento, pela ação, de confiança pela capacidade de competência e de esperança e estímulo na adaptação aos novos desafios.

A todos muito obrigado.

---

Convidamos agora os presentes para um coffee-break. Retomaremos os trabalhos em 10 minutos.

---

Vamos dar início ao primeiro painel do programa.

Vamos dar início ao primeiro painel do programa “Fins e Áreas de Atuação”.

Serão intervenientes neste painel, Tiago Barbosa Ribeiro, João Costa Pinto e Eurico Castro Alves.

Convidamos os senhores oradores a tomarem os seus lugares.

A moderar este debate estará Paula Guimarães, Secretária da Direção d'A Vencedora – Associação Mutualista, a quem caberá também conduzir o período de debate, a seguir às intervenções.

Tiago Barbosa Ribeiro, deputado do Partido Socialista na 13ª Legislatura, eleito pelo círculo do Porto, é coordenador do PS na Comissão de Trabalho e Segurança Social, na Assembleia da República, membro da Comissão de Assuntos Europeus e da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, participando também na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco. Licenciado em Sociologia com especialização em Trabalho e Organizações pela Universidade do Porto, é igualmente pós graduado em Gestão pela Universidade do Porto.

João Costa Pinto é atualmente Presidente do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal. Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto com passagens como professor convidado em diversas universidades. Foi presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional Ultramarino, Presidente do Conselho de Administração do Banco do Comércio e Indústria, Grupo Santander e Presidente Executivo do Grupo Crédito Agrícola. No Banco de Portugal desempenhou já os cargos de Técnico Assessor, Diretor do Departamento de Estrangeiro Administrador, Vice-Governador e Consultor da Administração.

Eurico Castro Alves é licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, com especialidade em cirurgia geral e competência em gestão, conferidas pela Ordem dos Médicos. Foi Secretário de Estado da Saúde e Presidente do INFARMED, bem como membro do Conselho Diretivo da Entidade Reguladora da Saúde, para além de ter sido Adjunto do Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo António e Diretor do Gabinete de Relações Públicas do mesmo hospital. É atualmente Diretor do Departamento de Cirurgia no Centro Hospitalar do Porto, entre outras funções.

Damos então a palavra à moderadora do painel para que possa dar início aos trabalhos.

---

Obrigada!

Bom dia, Exmas. Senhoras e Senhores. Sejam bem-vindos então a este XII Congresso Nacional Mutualista, no qual celebramos os 720 anos deste movimento.

As associações mutualistas apresentam-se hoje em dia em três grandes áreas, na área, como complementares do Estado, conforme a Dra., a Secretária de Estado assim referiu, estamos então em três grandes áreas, a área da Segurança Social, a área da Saúde e a área Financeira. E são essas três grandes áreas que eu tenho aqui reunidas neste painel, com estes excelentíssimos oradores, que aproveito para saudar, lembrar

que têm dez minutos para as apresentações e as perguntas serão reservadas para o final.

Deste modo, passo a palavra ao Exmo. Dr. Tiago Barbosa Ribeiro, Coordenador da Comissão de Trabalho e Segurança Social da Assembleia da República.

Obrigada.

---

Ora muito bom dia a todos.

Cumprimentos aos meus colegas de painel, um cumprimento a todos os participantes e um agradecimento à União das Mutualidades Portuguesas pelo convite que fez ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista para estar aqui presente e ao Dr. Luís Alberto Silva pelo convite pessoal que dirigiu nesse sentido.

E portanto, o tempo é relativamente escasso nesta intervenção e portanto eu gostaria apenas de deixar meia dúzia de notas, digamos assim, e endereçar um cumprimento ao vosso congresso e ao trabalho que têm vindo a desenvolver.

Portanto, este painel essencialmente tem a ver com os fins e as áreas de atuação do Mutualismo, das associações mutualistas, e eu tenderia a dizer que na celebração dos 720 anos do Mutualismo, numa forma geral, a estrutura de intervenção, os fins e as áreas de atuação do Mutualismo, não têm vindo, de certa forma, a sofrer grandes alterações. E ainda bem! Uma coisa é o ordenamento jurídico, outra coisa é, são os valores que presidem à existência e à valorização do Mutualismo. E portanto, ele mantém-se ao longo dos séculos, como um sistema privado de proteção social, com uma prevalência de auxílio mútuo, auxílio em contexto de carência, melhoria de vida dos seus associados, e de certa forma uma forma voluntária e solidária de organização social e de realização do trabalho, da proteção social solidarista que as associações mutualistas têm vindo a desempenhar.

Aliás, não é por acaso que as associações mutualistas remontam a Inglaterra em que se chamavam friendly societies e portanto, não é por acaso que esse é o nome que os Ingleses lhes davam e é um nome pelo qual eu tenho especial carinho, essas friendly societies eram criadas pelos trabalhadores que se quotizavam para fazer face aos riscos sociais que, às eventualidades de pré-Mutualismo que tinham, antes da existência de sistemas públicos de segurança social e portanto o Mutualismo tem, ao longo da história, uma relação muito óbvia e muito determinada com os fins e as áreas de atuação da proteção do movimento operário e da proteção de todos os trabalhadores ao longo da história na forma como eles se puderam auto organizar, auto proteger e criar laços de proteção, e proteção solidária à margem das, da existência do Estado e da existência do Estado organizado e dos sistemas de proteção social e de segurança social que só se começaram a desenvolver depois dos primeiros seguros sociais de Bismarck no primeiro quartel do século XX e sobretudo depois da 2ª Guerra Mundial.

E portanto, o Movimento Mutualista foi, de certa forma, precursor dos sistemas modernos, dos sistemas modernos de segurança social, dos sistemas modernos de seguros privados, dos sistemas modernos também de seguros privados, quando o

Estado era absolutamente minimalista e estava essencialmente preocupado com funções de proteção do território, funções de segurança, funções de, associadas ao estado de nação, sem qualquer preocupação solidária, humanista, social e de proteção dos seus cidadãos num contexto mais alargado.

Enfim, como é público o regime, enfim, como é sabido e vocês sabem isso melhor do que eu, o regime jurídico das associações mutualistas está atualmente condensado no Decreto-Lei 72 de 90 que, enfim que reconhece que há uma área específica para a intervenção organizada dos cidadãos, não substitutiva, complementar e não substitutiva da ação do Estado, nas áreas em que o Estado tem intervenção direta ao nível social e ao nível da organização do tecido social.

E portanto no âmbito desse associativismo solidário, há um reconhecimento da existência de um setor específico da nossa economia, de um setor de intervenção específica, quer ao nível dos seus próprios trabalhadores, mas também ao nível daqueles a quem serve, que está ao nível da economia solidária e ao nível da economia do terceiro setor numa forma, numa forma alargada.

Nós sabemos que hoje em dia as associações mutualistas têm muitos problemas, problemas que se associam essencialmente às questões de organização económica e a uma relativa dependência do sistema de quotização dos seus associados, é um problema que tem vindo a ser, que tem vindo a ser identificado ao nível do trabalho que temos vindo a desenvolver com as IPPSS e é preciso descrever que essas, que esse trabalho, tem já hoje enquadramento, garantia constitucional da Economia Social e do terceiro setor.

Nós depois, eu agora não tenho muito tempo, depois podemos abordar isso, a lei de bases gerais do regime jurídico da Economia Social no âmbito do programa de assistência financeira e a própria lei de bases do sistema de segurança social procuraram identificar o imperativo constitucional da proteção social, que está afeto à intervenção do Mutualismo e das associações do setor solidário, e depois enfim, existe um grande campo de intervenção ao nível deste, desta área legislativa, mas atendendo ao pouco tempo que tenho neste momento, deixaria isso eventualmente caso haja alguma questão, e a importância do Mutualismo em Portugal, numa forma geral está expresso, não só nesse enquadramento mas também no código das associações mutualistas.

E, mais do que isso, parece-me, o que é importante determinar, para além da prevalência e para além da prioridade legislativa, ao enquadramento, organização, verticalização, digamos assim, de todo o setor, a maior importância do Mutualismo está nos números que ele tem, hoje em dia, em Portugal.

E, portanto, nós hoje em dia, os dados que eu tenho, não sei se têm outros, os dados mais recentes, é que neste momento temos mais de um milhão de associados no Mutualismo, na forma transversal e mais de dois milhões e meio de beneficiários dos sistemas, das associações mutualistas atualmente existentes, portanto, num país com a dimensão do nosso, eu creio que mais do que qualquer número, isto determina o peso que as IPPSS e o Mutualismo, associações mutualistas, têm vindo a desenvolver.

Agora, ao nível da Economia Social, os dados são muito impressionantes, o setor social representa hoje cerca de 3% do valor acrescentado bruto nacional. Representa mais de 5% do emprego remunerado, este é um dado muito significativo. Ao nível da cidade do Porto, onde estamos neste momento, eu, enfim, não tenho esses dados decompostos neste momento, mas eu diria que neste momento nós temos entre sete mil e quinhentos a dez mil trabalhadores neste setor, na cidade do Porto.

E, portanto, para além do impacto efetivo do trabalho do setor solidário na cidade do Porto e do setor mutualista na cidade do Porto, associado, quando falo em setor social, solidário, estou a falar do setor solidário associado à intervenção das mutualistas, nós temos neste momento um conjunto já muito significativo do emprego na cidade, no concelho do Porto, associado à intervenção do setor social. E portanto, ele já começa a ter um peso evidente, de certa forma de dupla entrada, que tem a ver com o impacto da intervenção mas também já tem a ver com o impacto próprio, endógeno, do seu trabalho. E portanto isto significa cerca no país de 5% do emprego total do país associado ao setor, com mais de cinquenta e cinco mil entidades e um milhão de voluntários. E, portanto, isto são números absolutamente, enfim, notáveis, relativamente ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.

Eu terminava com, creio que já devo estar perto do tempo, eu terminava com duas dimensões. Em primeiro lugar o trabalho que nós temos vindo a desenvolver na Assembleia da República em articulação com a União das Mutualidades, desde logo nós inscrevemos recentemente, apresentámos um projeto de resolução para a criação do Dia Nacional do Mutualismo, que está neste momento em discussão, aliás isso baseou-se numa petição que foi apresentada precisamente pela União à Assembleia da República, a que nós demos seguimento.

Estamos a fazer a revisão do código cooperativo, que também terá impacto direto na intervenção organizada do Mutualismo e, numa forma geral, o atual Ministério, Ministério do Trabalho e da Segurança Social, e já cá esteve a Secretária de Estado, Cláudia Joaquim, antes deste painel, tem vindo a dar uma prioridade absoluta à intervenção junto das mutualistas e portanto, creio que isto tem vindo a ser uma inscrição como prioridade política que também dá visibilidade social e pública à intervenção que têm vindo a desenvolver.

Quatro desafios futuros que me parecem importantes, ou quatro desafios presentes para a intervenção futura que neste momento me parece importante vincar. Os princípios iniciais, princípios iniciáticos do Mutualismo são hoje em dia a preservação desses princípios, digamos assim, acho que é um desafio muito grande para o desenvolvimento futuro da intervenção do Movimento Mutualista. Também está sempre na renovação desses princípios, na inovação desses valores, mas a afirmação e a fundação dos valores que presidem a 720 anos de intervenção mutualista têm que se manter durante os próximos 720, porque eles não têm vindo a mudar assim tanto. E a mudança dessa natureza com sistemas um bocadinho mais privatistas e com lógicas de gestão que por vezes, que são importantes, certamente, mas que podem afastar em algumas dimensões a intervenção do Mutualismo do seu cerne, creio que é uma preocupação que todos que intervêm nesta área devem ter.

As Mutualidades pela sua natureza constituem uma referência fundamental, o segundo desafio, um desafio de relação com o Estado, relação com a sociedade, para a própria democratização da sociedade. A forma como as Mutualidades se organizam, a forma como se auto organizam, a forma como estabelecem os seus laços de solidariedade e intervenção na sociedade, a forma como se elegem, a forma como se quotizam, são uma forma de aprendizagem democrática e de participação na nossa vida pública que eu creio que é complementar à intervenção de outros órgãos e de outros pilares fundamentais do nosso sistema democrático e são uma referência para a democratização, não necessariamente da nossa sociedade como tal, não temos felizmente já problemas dessa natureza, mas sobretudo para a democratização da nossa economia, que é um desafio presente, que me parece relevante salientar.

Por outro lado, um terceiro de quatro prioridades, orientações, valores, a necessidade imperiosa do Mutualismo constituir uma resposta fundamentada, uma resposta assertiva, às carências e insuficiências que temos vindo a assistir ao longo dos últimos anos, sobretudo, à intervenção organizada do Estado. Quer dizer, não deve ter aspiração de substituição funcional do Estado nas suas funções primárias, nem de intervenção, nem de organização, mas deve fazer aquilo que faz melhor, que tem a ver com a sua intervenção primária junto das redes sociais, e nomeadamente aqui, junto da rede social do Porto, por exemplo, que é um bom exemplo, de organização da rede. E portanto, existem muitas insuficiências do setor privado, existem constrangimentos económicos e financeiros, que exigem necessariamente uma organização muito capacitada dos recursos públicos, e esses recursos têm vindo a ser mais bem geridos e mais bem organizados por quem está numa linha primária de intervenção que são as mutualistas.

Por último, eu creio que tem que ser feito um esforço e deve continuar a ser feito um esforço para melhorar a complexidade técnica e funcional de organização do setor. Eu creio que há uma exigência de crescente profissionalização da gestão, de crescente profissionalização das necessidades de organização, dos dirigentes, dos trabalhadores deste setor e eu creio que essa necessidade deve ser uma necessidade associativa e não individualizada. Isto é, a cooperação entre Mutualidades para superar esse desafio, parece-me ser um caminho que permite criar escalas de valor e permite certamente organizar melhor os recursos, prestar um melhor serviço e ter uma melhor relação com o Estado, com os serviços do Estado, com a Segurança Social, com o Governo e por essa via prestar um melhor serviço, um melhor serviço funcional àqueles a quem se dirigem. E portanto, eu creio que já estou completamente a esgotar os minutos que me deram, gostaria só de ter deixado estas linhas de orientação, enfim, e estou inteiramente disponível depois para as questões que entendam colocar.

Muito obrigado.

---

Portou-se muito bem, Sr. Dr., a nível de tempo. Obrigada por esta partilha e por estes desafios. Vamos agora entrar na área da, financeira e daria a palavra ao Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal, Sr. Dr. João Costa Pinto,



que nos vai falar da importância do Mutualismo e nos vai dar algumas referências para a criação de um banco social.

Vamos ouvi-lo. Senhor Doutor, se faz favor. Obrigado.

---

Bom dia! Eu falo melhor de pé.

Bom, as minhas primeiras palavras são naturalmente para felicitar a União das Mutualidades e o Movimento Mutualista, pela realização deste XII Congresso. Os congressos, como todos sabemos, são sempre momentos muito importantes na vida das instituições e das organizações. São momentos para fazer uma pausa, para refletir sobre presente e sobretudo, para refletir sobre o futuro.

Eu devo dizer com muita franqueza que quando foi sugerido que eu estivesse aqui com vocês, eu hesitei. Hesitei porque apesar de durante mais de uma década ter sido o responsável executivo por aquilo que considero um dos mais bem sucedidos movimentos cooperativos e mutualistas em Portugal, que é o Crédito Agrícola, apesar disso eu não me considero um especialista do Mutualismo e eu só gosto de falar e dar opinião sobre aquilo em que sinto que poderá ter interesse aquilo que tenho para dizer a quem me escuta.

No entanto, acabei por aceitar e aceitar com gosto e estou aqui com gosto, pelo enorme respeito que tenho pelo Movimento Mutualista e pela importância que lhe atribuo.

Eu sou um economista de formação e, como economista, como muitos outros, tenho acompanhado o impacto da globalização, tanto a nível internacional sobre as economias, como o seu efeito a nível interno, das economias propriamente dito.

E nós sabemos que, o crescimento que se tem verificado nas últimas décadas, é um crescimento que acelerou em alguns aspetos, com, de facto, o advento da tecnologia, mas foi um crescimento que marginalizou muita gente, que atirou para a periferia grupos sociais importantes, a deslocalização que implicou, de atividades económicas, de emprego, faz com que, se tenha verificado uma pressão crescente sobre grupos de trabalhadores que, ou são atirados para o desemprego ou veem a sua parcela de repartição no rendimento nacional em termos relativos estagnar ou baixar. Não é um problema português, como sabemos, não temos tempo de discutir isto aqui, é um problema geral que no caso da nossa sociedade também como sabemos, a nossa sociedade, e a economia portuguesa debate-se com problemas específicos, com desequilíbrios particulares, nomeadamente também como sabemos, atingiu níveis de endividamento, os economistas gostam de chamar de alavancagem, que cria problemas, nomeadamente ao Estado, quando o Estado procura atuar como contrapeso a essa tendência do sistema de centrifugar grupos sociais, de acumular riqueza, o Estado, por muito boas intenções que tenha, não chega para as encomendas e não tem capacidade, nomeadamente porque os níveis de endividamento chegaram ao limite, eu diria, ultrapassaram o limite.

E é aqui que o Mutualismo, que tem uma tradição história na Europa que todos conhecemos, a evolução, a história económica e social da Europa é a história do

Mutualismo. É a forma como as comunidades, elas próprias, grupos de interesse, de indivíduos, se procuraram organizar para ultrapassar dificuldades e quanto maior as crises, mais essas organizações têm importância.

Estar a celebrar 720 anos de Mutualismo diz tudo. E, quando refleti um pouco sobre o que é que poderia dizer-lhes, evidentemente a minha racionalidade de economista levou-me a fazer várias perguntas. Uma delas: há lugar para o Mutualismo? Havendo, esta resposta é óbvia, o próprio Mutualismo e tem-no feito ao longo de centenas de anos e aí a sua enorme força, tem sabido adaptar-se. Ainda há pouco eu ouvi o Senhor Presidente do Conselho de Administração chamar a atenção no seu discurso inaugural para a necessidade da criação de um fundo, da criação de uma garantia mútua, isto significa o reconhecimento de que o Mutualismo tem que encontrar instrumentos que lhe permitam responder aos desafios atuais duma sociedade cada vez mais complexa.

E aquilo que eu poderia ter para lhes dizer, com muita franqueza, tenho pouco tempo, era sobre esta área do financiamento e da importância que pode ter para o Mutualismo.

Aliás nos últimos tempos, tem sido muito discutido entre nós a questão da criação de um banco da Economia Social. De novo como economista, que tem passado os últimos quarenta anos da vida dele em volta dos problemas financeiros, quer na perspetiva dos bancos comerciais, quer na perspetiva do banco central, de novo fiz dois tipos de perguntas a mim mesmo.

Uma foi: há lugar para um banco dito da Economia Social? E havendo, é viável? Esta questão, não temos também tempo para aprofundar muito, eu deixava mais quase provocações, esta questão é muito importante, nomeadamente quando a banca, a atividade bancária, a organização dos sistemas financeiros está a ser tal, que temo que pelo menos no horizonte mais próximo, das grandes preocupações de gestões bancárias, não esteja a Economia Social.

É evidente que primeiro teríamos de discutir de que é que estamos a falar quando falamos da Economia Social. Fala-se muito da Economia Social, mas eu acho que valia a pena um esforço também de identificação. Há uma forma rápida e direta e penso que é aquilo que as pessoas têm na cabeça quando falam sobre ela, a Economia Social é representada pela esfera de influência das entidades que operam na área social.

Sendo assim um banco, para se dizer que é um banco da Economia Social, terá que ser um banco que privilegie a atuação, a articulação com esta área. Será que em Portugal existe nesta definição algum banco da Economia Social? Eu, ah! Eu quero dizer uma coisa! As minhas opiniões e sobretudo as asneiras que aqui diga não têm nada a ver com o Banco de Portugal. São minhas, pessoalmente!

Mas algum banco, algumas instituições que olham com particular interesse, com algum carinho para esta área social. Lembro-me de três. O Montepio, de que se tem falado muito e nem sempre pelas boas razões. O Crédito Agrícola e um banco mais pequeno mas que também surgiu com a ideia de desenvolver uma atividade com a Economia Social que é o BPG, um banco pouco conhecido, mas que também tem ligações a entidades da Economia Social.



Será que algum destes bancos se pode chamar banco de Economia Social? Na perspectiva que eu disse, nenhum deles. Têm carinho, apoiam certo tipo de atividades, mas é marginal em relação a sua atividade central. Todos eles o que procuraram foi penetrar na generalidade de segmentos de mercado, competir abertamente e sobretudo, não fazem uma coisa que para mim, é fundamental para um banco de Economia Social: desenha, cria, lance, produtos, instrumentos, serviços desenhados para ir ao encontro das necessidades do setor social. Crie linhas de médio e longo prazo para o apoio a projetos de Economia Social, tem que o fazer de forma equilibrada do ponto de vista financeiro, não me entendam mal. E também tem que desenvolver capacidades técnicas de serviços de gestão patrimonial, estou-me a lembrar das Misericórdias, entidades que têm patrimónios que precisam de ser trazidos para uma gestão moderna que o rentabilize e um banco de Economia Social tem que ser capaz de oferecer esse tipo de serviços.

É evidente que, o Montepio foi criado por exemplo para, foi uma decisão duma associação mutualista, que procurou criar um instrumento exatamente para ir ao encontro das necessidades de grupos. Classe média urbana, que estava em emersão. Oferecer-lhes produtos de poupança, de segurança social, de financiamento, que fosse ao encontro das necessidades desses grupos sociais urbanos. O problema foi que se lançou numa vertigem que apanhou a generalidade das instituições financeiras, não estou a criticar ninguém, é muito fácil criticar à posteriori, é uma coisa que a vida me ensinou que não devemos fazer, devemos fazê-lo no contexto, mas a verdade é que se lançou em atividades de risco, especulativas, fora da sua matriz de origem, que levou aos problemas atuais.

Eu sou associado do Montepio. Tenho muito orgulho nisso, tenho uma simpatia enorme pelo Montepio, acho que o Montepio tem uma importância que vai para além da sua quota de mercado, ele controla à volta de 7%. Assim como o Crédito Agrícola. Mas não é verdadeiramente, não atua, não tem atuado, não é a resposta para as necessidades, tal como está, da Economia Social.

E o Crédito Agrícola? O Crédito Agrícola é uma organização muito especial. Eu deixo só uma palavra lateral. Muito especial. As suas origens estão na Idade Média, nos celeiros. Os agricultores articularam-se para trocar sem intervenção sequer monetária, trocar sementes, apoiar-se, mutuamente, esses celeiros evoluíram e há mais de cem anos foram lançadas as primeiras cooperativas agrícolas e mutualistas. De novo, foi uma coisa a que eu como cidadão atribuo uma importância extraordinária, uma resposta da sociedade civil. Eu sou dos que considero que, uma sociedade moderna equilibrada tem que ter uma sociedade civil. Há vida para além dos partidos, tem que haver a sociedade civil. Tem que ser forte e, as pessoas são a sociedade civil naquilo que tem de mais puro, de mais idealista, e tem um papel, estou a acabar, não é verdade?, tem um papel único, mas têm que se organizar, têm que se modernizar, têm que olhar para o futuro, têm que perceber que nomeadamente na área financeira, a banca tradicional vai-lhes dar cada vez menos resposta.

Eu devo dizer que foi com surpresa e, pronto, fico só pela surpresa, que vi o banco público onde foram metidos mais de quatro mil milhões de dinheiro nosso, o que é que o Movimento Mutualista não faria com um décimo desse dinheiro? Tomar a decisão de

retrair o seu dispositivo do interior, chegando a deixar sedes de concelho sem banco, em nome duma rentabilidade, duma racionalidade que eu, preocupado com o equilíbrio, preocupado com a rentabilidade, preocupado com isso tudo, com o valor das coisas, não entendo. Mas isto, eu digo isto só como exemplo, isto é o reflexo da evolução que a banca está a ter. Ao mesmo tempo que na Europa a tecnocracia Europeia contra os próprios tratados não tem acarinhado devidamente os movimentos mutualistas e cooperativos.

Os tratados tratam por igual as três formas de propriedade: privada, pública, cooperativa mutualista. Para aquela gente só há a privada. Ao ponto de ter criado dificuldades ao próprio banco público. Não é por ser português. Aquela gente está formatada de tal forma e o Movimento Mutualista português tem que se articular com os movimentos mutualistas europeus para fazer entender àquela gente a importância, a criação de fundos que podia ser um passo intermédio ao desenvolvimento de um verdadeiro banco, da Economia Social, e que deveria ter importância, devia concentrar fundos especializados para o apoio dos grandes projetos mutualistas.

A Garantia Mútua que falou que em Portugal existe e se desenvolveu, é um grande sucesso, mas especializada em áreas que não têm que ver com a Economia Social. Tecnicamente podíamos discutir o que é a importância de facto disso.

Só uma última referência, que eu não acabei o Crédito Agrícola. Reparem que o Crédito Agrícola foi das poucas instituições que passou esta crise baseada nos recursos próprios. Isso tem que ver com a matriz do Crédito Agrícola. O Crédito Agrícola especializou-se historicamente numa coisa que eu gosto de chamar banca de proximidade. É uma banca de ligação. É uma banca em que apesar do desenvolvimento tecnológico, as ligações às comunidades se mantêm. Ninguém conhece melhor as comunidades locais do que o Crédito Agrícola e estou convencido de que se o Crédito Agrícola preservar essa banca de proximidade, tem um papel.

Em síntese, para não tomar mais tempo, eu, se me pedissem a minha opinião, eu diria: há instrumentos que podem ser criados e esse tipo de fundo é uma ideia interessante que merecia a pena ser aprofundada, mas ao mesmo tempo, a criação, eu não chego a tocar na questão da viabilidade, temos tempo, paciência, mas o lançamento de um banco da Economia Social a partir do zero, é uma tarefa extremamente complexa nos tempos atuais. Eu inclinava-me para dizer, discutam com o Montepio, discutam com o Crédito Agrícola, discutam com o BPG, que têm alguma ligação, porque está-se a confundir acionistas que podem ser acionistas de associações mutualistas, lá porque um banco tem acionistas desta área não quer dizer que seja um banco da Economia Social. Só é se depois operar para ela. Se não é um banco como os outros.

Então, discuta-se com eles. O desenvolvimento de produtos, de serviços, o fundo, a organização de um fundo desses devia ser apoiado pelos bancos já existentes, e eles próprios vão ser os primeiros interessados em trabalhar com as entidades da Economia Social. Porquê? Porque não têm alternativa. Porque o que aí vem, em termos de concorrência, de esmagamento pela dimensão, os tais tecnocratas europeus querem criar uma dúzia de mega bancos europeus que esmagam o mercado, poderíamos

discutir porque é assim, o que os afasta cada vez mais das preocupações que estão aqui.

Então o caminho era levar as instituições que já hoje têm alguma ligação a desenvolver produtos, serviços, a articular-se, porque não haver uma articulação por tal forma que as entidades da Economia Social tenham também voz na estratégia de desenvolvimento que essas instituições tenham.

Não tenho mais tempo. Muito obrigado.

---

Obrigada Sr. Dr.

Realmente é pena termos o tempo limitado, que ficava aqui bastante mais tempo a ouvi-lo e seria realmente tema para termos a manhã ocupada.

De qualquer forma temos que avançar e passo então a palavra ao Sr. Dr. Eurico Casto Alves, que nos vai dar uma ideia... À vontade, Sr. Dr., esteja à vontade. Que nos vai falar então da área que tanto conhece, que é a área da saúde. Obrigada.

---

Bom, muito bom dia a todos. Eu quero dizer que estou aqui com muito gosto, embora isto não seja a área que eu melhor conheça. Eu o conhecimento que eu tinha e tenho um pouco sobre as Mutualidades, é aquele conhecimento do cidadão comum, como se organizam, que têm utilidade social e fiquei a conhecer melhor quando fui presidente do INFARMED e Secretário de Estado. Porquê? O Senhor Presidente do Conselho de Administração, hoje meu amigo e que vocês todos conhecem, o Dr. Luís Alberto Silva, como sabem, é um homem de fortes convicções, sabe muito bem o que quer, prepara-se e depois não nos larga a porta quando, em termos de dirigentes da saúde.

E eu aprendi a desenvolver com ele uma relação de respeito mútuo, de lealdade, mas também que sabia que tinha que o receber, e o que se podia fazer, fazia-se, o que não se podia, não se fazia, mas a insistência dele marcou-me.

E aprendi muito sobre as Mutualidades com ele. Acho que dei alguma ajuda dentro da modéstia daquilo que eu podia fazer e fiquei a gostar e a conhecer melhor a atividade das Mutualidades.

Já como Secretário de Estado, eu não sei se sabem, eu fiquei com o melhor dos dois mundos. Fiquei com o título de ter sido Secretário de Estado mas não tive o trabalho, eu só lá estive um mês. Cerca de, não recebi um mês de ordenado. Foram 27 ou 28 dias. Mas atendi-o, recebi o Dr. Luís Alberto Silva algumas duas ou três vezes naquele mês, só para perceberem e portanto, fiquei a gostar, nem que não quisesse, fiquei a gostar das Mutualidades.

Eu queria primeiro dizer-lhe que, pegar no que disse há pouco no seu discurso, dos seus 720 anos, já agora como médico, já os vi bem pior conservados, acho que está com muito bom ar e auguro-lhe mais 720, que acho que tem feito um bom trabalho. Também lhe quero tirar o chapéu, pelo menos para mim e para ali para o senhor

deputado, que somos homens da política, dar-nos dez minutos para falar é um risco muito grande, ele cumpriu, eu vou fazer um esforço.

Evidentemente que a minha área é a saúde, é a área que eu gosto, que aprendi a estudar, onde trabalho e tenho muitas ideias sobre isso. Eu trazia aqui uma apresentação, que vou passar muito rapidamente porque trouxe em slides porque ao contrário do meu brilhante antecessor que fala muito bem afinal e acredite que também se fala bem sentado, eu às vezes perco-me e então trago uns slides que ajuda a orientar-me e a fazer-vos perceber melhor aquilo que eu acho.

Eu acho que as Mutualidades, esta é a grande mensagem que eu vos vou deixar no fim, têm e podem ter um papel muito importante no setor da saúde. Os senhores estão nos diversos setores da nossa sociedade, há coisas que fazem bem e muito, noutras fazem se calhar bem ou menos bem e não tanto, eu acho que a saúde no futuro e como vão ver, eu vou-vos passar muito rapidamente os slides que aqui tenho, mas na saúde há grandes oportunidades para as Mutualidades terem uma intervenção bem maior do que a que têm hoje, e sobretudo com muito maior utilidade para os nossos concidadãos.

Portanto, passando assim mais ou menos rapidamente, eu não sei se têm um...

Eu só queria falar primeiro uma coisa que eu acho que já começamos a estar todos de acordo em Portugal que é sobre o nosso sistema de saúde. O nosso sistema de saúde e já não somos nós que o dizemos, são as pessoas lá fora, as organizações que nos avaliam, é dos melhores do mundo.

Nós temos a décima quarta posição a nível europeu, dos países da União Europeia, no que respeita ao índice dos consumidores, no que respeita à inovação e à competitividade, o setor da saúde é dos melhores, quando comparado com cento e trinta e oito países aparecemos no vigésimo segundo lugar. Somos o vigésimo terceiro nos países onde se avalia as condições de saúde e do envelhecimento, da esperança de vida com saúde depois dos sessenta anos, aos sessenta anos, etc... Nós somos no que respeita aos países, o melhor país para se ser mãe, respeita ao apoio na saúde, numa avaliação de, e não é Portugal que faz esta avaliação, são avaliações internacionais, em cento e setenta e nove países, somos o décimo sexto país, à frente de países muito desenvolvidos como o Canadá, o Reino Unido ou mesmo os Estados Unidos, e mesmo cá, há um sistema de avaliação de hospitais, muito rigoroso, muito objetivo, criado pela Entidade Reguladora da Saúde, já agora Senhor Presidente, já que me convidou, perdoe-me que eu vou ser imodesto, portanto, fui eu que o criei, e é muito bom esse sistema, mas que, prova de forma inquestionável que a esmagadora maioria dos nossos hospitais, com todas as questões que têm de conforto, de atendimento, etc... e da pressão que têm, de muitas solicitações que têm, a esmagadora maioria dos nossos hospitais, consegue a classificação de excelência clínica, o que quer dizer que fazem o que de melhor se faz em qualquer parte do mundo, no que respeita à excelência de tratamentos dos nossos doentes em Portugal, ou seja, temos um bom sistema de saúde, no que respeita à qualidade, à segurança e à eficácia.

E quando estamos a comparar-nos com outros países, nomeadamente países muito desenvolvidos, e para quem olhamos muitas vezes de baixo para cima, nós em muitos casos estamos acima, ou à frente desses países.

Isto tem um custo, muito rapidamente, nós gastamos todos os anos, nos últimos anos, oito mil milhões de euros só na questão do Sistema Nacional de Saúde e que é o grande agente para fora, para mostrar qual é a qualidade do nosso serviço de saúde, esta é a forma como nós temos despendido o dinheiro desse orçamento, e agora reparem aqui numa coisa muito curiosa, o nosso PIB que este ano se espera ande nos cento e noventa mil milhões, o contributo da percentagem do PIB para a despesa da saúde, reparem o que tem acontecido nos últimos anos, não tem parado de descer. Por vicissitudes muitas, por razões que não é agora o momento que se discuta, mas a verdade é esta, e a verdade é que as coisas não irão mudar muito no futuro.

Portanto, a questão que nós temos é, o primeiro grande desafio que é, temos um bom sistema de saúde, fundamental acho eu para qualquer sociedade, é a primeira das nossas grandes preocupações é a nossa saúde e dos nossos, e temos provavelmente uma incapacidade para o manter a este nível. Ninguém se iluda. Se nada se fizer, vai acontecer isto que está aqui neste gráfico.

Se nada se fizer é aquela linha azul e a despesa é aquela linha vermelha. E portanto, nos próximos anos nós vamos chegar a um ponto em que é perfeitamente incomportável, podermos assegurar aos portugueses os cuidados de saúde adequados às suas necessidades.

E, por que é que a despesa cresce desta maneira? Eu acho que alguns de vocês já têm essa ideia. Primeiro, os medicamentos. Estamos a viver tempos em que surgem todos os dias novos medicamentos e usando o calão das pessoas que trabalham neste setor, são medicamentos disruptivos. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que são medicamentos que curam doenças que até àquela altura não eram curadas. Todos, com certeza, ouviram há pouco tempo aquela discussão pública sobre os medicamentos que curavam a hepatite C, que até àquela altura não havia cura para a hepatite C e estes medicamentos disruptivos e que trazem curas, ou seja, grandes vantagens sociais e para as pessoas, têm um pequeno problema. É que são caríssimos para os Estados que têm que os pagar. São incomportáveis neste momento. E daí as grandes negociações com a indústria farmacêutica, com as companhias, no sentido de se encontrar pontos de equilíbrio, que é um preço que um Estado possa pagar, de maneira a que possa satisfazer as necessidades das suas populações.

Isto não é tarefa fácil, vêm aí medicamentos muito importantes, nomeadamente na área da oncologia. Nós todos vamos ser chamados a falar sobre isto, ou pelo menos a participar em decisões muito importantes que não podem ficar só na mão dos políticos, têm que ser decisões por parte da sociedade.

Eu dou-vos um exemplo: há um medicamento neste momento, e virão outros com mais poder ainda, que consegue tratar cancros e que custa por pessoa cerca de oitenta, noventa mil euros o tratamento e, não cura a doença mas dá seis meses de vida a oito meses de vida. A nossa sociedade, isso para um doente não tinha problema nenhum no orçamento de Estado, mas nós temos dezenas de milhares de doentes. Centenas de milhares de doentes neste caso. São muitos milhões de euros.

Foi como o preço do tratamento da hepatite C, que se nós tivéssemos aceite o primeiro preço que a companhia propôs para o Estado Português pagar, nós tínhamos treze mil

e quinhentos doentes inscritos com hepatite C, foi uma coisa feita por nós, ... não sabia, só para tratar treze mil doentes, o Estado Português teria que pagar setecentos e cinquenta milhões de euros. Eu digo-vos que mil milhões de euros é quanto o Estado Português gasta com medicamentos para todos os hospitais portugueses. Ou seja, aquilo que todos os hospitais gastam em medicamentos para assistir a dez milhões de portugueses, são mil milhões de euros.

Para tratar treze mil portugueses, nós teríamos que gastar setecentos e cinquenta milhões de euros.

E portanto eu lembro-vos que aquelas figuras tristes que os meus amigos assistiram na televisão, inclusivamente foram profundamente injustas, e não me canso de dizer isto até ao fim dos meus dias, porque a injustiça é uma coisa que me deixa muito mal e sempre lutarei, e luto contra a injustiça, que é, o Ministro da Saúde na altura, o Dr. Paulo Macedo, tinha já fechado o acordo para o tratamento da hepatite C, Portugal foi o primeiro país a tratar todos os seus doentes, conseguiu fazê-lo por um preço incomensuravelmente inferior aos setecentos e cinquenta milhões de euros que nos eram pedidos e infelizmente não tivemos a ajuda nem da imprensa, nem de alguns cidadãos que se deixaram manipular por outros interesses que nem vale a pena aqui referir.

Mas a verdade é que o nosso país é citado em todo o mundo como um exemplo dum bom negócio que foi feito e dum boa situação que se conseguiu para os nossos doentes.

Bom, mas não é esta a matéria que nos traz aqui hoje, queria só dar-vos conta dos grandes problemas que aí vêm no setor da saúde, não é esse o centro da questão, mas ficarmos só com essa ideia.

E portanto, nós temos aqui duas soluções. Ou pomos mais dinheiro na saúde, e isso vai ser preciso sem dúvida nenhuma, e acredito que os próximos governos e ainda este governo que tenha que rever o orçamento deste ano, tenhamos que alocar mais algum dinheiro na saúde, mas deixem-me que vos diga também que podemos pôr o dinheiro todo do mundo no orçamento da saúde e se não fizermos nada ao sistema como ele está agora, nunca vai chegar.

Os senhores são todos portugueses, sabem muito bem como é o português, há sempre uma habilidade aqui, uma acolá, mais uma necessidade que se inventa e portanto, se nada se fizer e se não se reformular devidamente o sistema, nós não vamos conseguir.

Ou seja, temos que fazer uma coisa que é bem portuguesa, que é pôr na prática a nossa capacidade de inovação, de criatividade e usando uma palavra muito portuguesa, de desenrasque. Eu até me lembro que alguém me contou uma vez que na Europa alguém dizia que a fábrica ideal tinha um operário alemão, um engenheiro sueco, depois um eletricista não sei o quê e depois havia uma redoma de vidro com um português lá dentro que dizia assim, partir em caso de emergência.

A nossa grande capacidade é esta, em caso de emergência. E portanto, eu não sou fatalista, acho que o nosso sistema de saúde vai sobreviver, vai continuar a ser um dos



melhores, mas por uma razão, é que eu sei que os portugueses têm essa capacidade criativa e de inovação. E é aqui que os meus amigos entram.

Num estudo publicado recentemente por Harvard, dada a contingência do tempo não vamos perder muito tempo com ele, só dizer que, a perspetiva do futuro na saúde em todo o mundo, mas particularmente na Europa e em Portugal é cada vez a relação tem que ser maior com a comunidade. Vai haver maior poder dos cidadãos no que respeita às decisões de saúde, não só das suas próprias decisões que se prendem com a sua vida e com a sua doença, mas também com a sua comunidade.

Os cuidados de saúde primários, os hospitais, etc..., cada vez vão ter mais a participação dos cidadãos, portanto, cada vez há mais proximidade. Já hoje ouvimos aqui falar dessa matéria e dessa palavra, proximidade.

E quem são as organizações em Portugal que têm mais proximidade com as comunidades, que conhecem as comunidades, que se fundem com as comunidades? Uma dessas organizações é claramente a vossa, as Mutualidades.

E portanto nós temos que tirar partido destas oportunidades, vocês, o que vai acontecer na saúde é que a diferenciação vai ficar só, quando eu digo diferenciação são hospitais muito bem equipados para fazer coisas muito difíceis, mas isso são 20% das necessidades, depois há 80% de necessidades de cuidados de saúde em Portugal e que são necessidades mais básicas, mais primárias e são as tais que podem ser feitas por agentes de proximidade. Não é preciso ser uma organização muito diferenciada, muito preparada, não, são cuidados básicos, mas que são essenciais para que a saúde de um país possa florescer e ser sustentável.

E é aqui que eu acho que as associações mutualistas têm um papel muito, muito importante, porque podem reforçar a capacidade assistencial de um país, porque têm os meios humanos, porque têm os recursos, têm sobretudo uma coisa que é muito grande em Portugal que é a capacidade de organização e a generosidade das pessoas, a dedicação que as pessoas põem nos trabalhos que fazem.

Portanto, há aqui um conjunto de vantagens que até me dispense que referir que os meus amigos conhecem muito bem, lembrar-vos que, eu sou muito a favor do atual, do conceito do atual Sistema Nacional de Saúde, e que é e para mim, não descansarei enquanto nenhum português não tenha acesso a todos os cuidados de saúde, independentemente do sítio onde vive, ou da sua capacidade económica. Esta é a grande joia que nós temos no nosso país é que, em teoria e cada vez mais isto está a acontecer na prática, todos os portugueses têm acesso aos mesmos cuidados de saúde. Não acho é que tenha que ser o Estado a prestar esses cuidados de saúde.

Aliás, um dia que o Senhor Presidente me queira convidar podemos perder aqui ou investir aqui uma tarde a falar sobre essa matéria, porque eu acho que cada vez mais a nossa sociedade tem que saber, saber discutir e perceber a profundidade destas questões.

Mas o importante é que este tipo de organizações não públicas e muitas vezes não privadas, ou privadas também, tem uma capacidade bem melhor e bem mais eficiente

que a do Estado para prestar este tipo de cuidados. Ao Estado reserva-se um papel do qual ele não pode nunca deixar de utilizar. Não pode prescindir. Que é o de ser um bom fiscal e um bom exigente. Eu se pago, tenho o direito de exigir que o serviço seja feito como eu disse, com estes três grandes pilares. Segurança, eficácia e qualidade. E é este o papel que o Estado tem que desempenhar cada vez mais. Dizer a quem faz. Pagar a quem faz. E depois, exigir que seja bem feito e que corresponda aos anseios, aos anseios e às necessidades dos portugueses. E portanto isto tem um valor social, como sabem, incomensurável, a proximidade é o futuro, e é aqui que eu acho que os meus amigos têm uma grande responsabilidade e não podem deixar de a ter em conta no futuro da vida das vossas organizações e da vossa participação.

Tudo isto obedece a um princípio que é este que eu aqui vos trago, que é assim que termina o estudo da Harvard Business School no que respeita ao futuro dos cuidados de saúde, que é para que as nossas organizações não fiquem rapidamente dinossauros, e algumas delas têm quase a idade dos dinossauros mas não o são, porquê? Porque todos os dias fazem inovação, criam e vão para o terreno, sabendo que todos os dias têm que fazer coisas novas.

Muito obrigado pela vossa atenção e pelos minutinhos extra que me deram. Muito obrigado.

---

Muito obrigada, Exmo. Senhor Dr. Eurico Castro Alves, por esta partilha que realmente, bastante interessante. Não é tempo perdido, é tempo investido.

Desta forma terminaram as três apresentações. Dou aberta a possibilidade de colocarem questões a estes excelentíssimos oradores e conhecedores das áreas. Aproveitem agora. Se faz favor.

---

Muito obrigado.

Eu falo aqui na qualidade de Presidente da Comissão Executiva do Banco Português de Gestão, um dos três bancos que o Sr. Dr. João Costa Pinto referiu que têm uma vocação para a área social, tendo bem noção de que o meu banco é bastante mais pequeno do que os demais, mas a pequenez é só um ponto de partida e se formos capazes de dar passos mais rápidos do que os outros, cumprimos melhor a nossa missão e somos mais úteis à comunidade.

A minha pergunta é dirigida ao Sr. Dr. João Costa Pinto, relativamente ao tema desafiante que colocou de se encontrarem novas formas de, na área financeira se conseguir facilitar, ampliar, a missão das Mutualidades, a missão dos valores que informam o movimento do Mutualismo, e é esse o foco da minha questão, mas permitam-me que faça uma pequeníssima digressão para saudar os restantes membros do painel, começaria pelo Sr. Dr. Eurico Castro Alves, que me retirou uma evidência e um quase orgulho que eu tinha, que era ter sido o Secretário de Estado da Saúde, no caso Secretário de Estado Adjunto da Saúde com uma permanência mais curta nos



governos democráticos. Eu só fiz cinco meses e o Sr. Dr. bateu-me porque só fez um mês.

Mas queria dizer com isto que, para um economista, a área da saúde é um tema central e verifiquei nas preocupações das Mutualidades, o exercício dos altos valores que o Sr. Dr. Tiago Pires também na sua intervenção teve ocasião de referenciar, e não só, o Senhor Presidente, queria dizer-lhe que, como economista e quando cheguei à saúde, no exercício deste tipo de funções, percebi a intensidade da generosidade do movimento voluntário, dos ideais que rodeiam tudo que é a atividade da área da saúde. É de facto uma missão que é exaltante e que nos reconforta e nos faz mais felizes se formos capazes de dar algum contributo, ainda que modesto, mas de uma forma muito gregária, porque os grandes heróis que estão no terreno são as pessoas, não são os técnicos, são as pessoas que através da sua generosidade e entrega à comunidade, acrescentam valor e felicidade para todos.

Também queria dizer ao Sr. Dr. Tiago Pires, se me permite cumprimentá-lo, pela fluência e pela rapidez com que conteve o seu discurso como deputado, eu também fui deputado durante dez anos e tive ocasião de ver que os deputados têm alguma tendência para resvalar no uso do tempo com intervenções que não estão focadas. Queria cumprimentá-lo porque evitou e brilhantemente esses erros que são muito habituais.

O Sr. Dr. João Costa Pinto, que eu tenho o prazer de conhecer também há bastante tempo e que sei que é muito focado e que faz as provocações que são realmente importantes para fazer avançar o debate. Sobre esta matéria, eu gostava de dizer o seguinte, a criação de novos instrumentos que sirvam as Mutualidades e particularmente esta ideia do fundo, no fundo, penso que é particularmente desafiante para aqueles que têm o dever de produzir essa inovação, em primeiro lugar gostava de dizer que nós no meu banco aceitamos com todo o interesse e empenho este desafio de procurar contribuir, com a nossa modéstia, mas como digo, os pigmeus de vez em quando crescem e podem ser anões primeiro e depois se calhar pessoas de estatura mediana. E é isso que procuraremos efetivamente fazer e é por isso mesmo que gostava de lhe colocar uma questão, que é esta: eu estou convencido que a criação de um fundo que tenha um verdadeiro alcance e que permita com expressão uma resposta rápida, face designadamente a todos os desafios que, na intervenção do Sr. Dr. Eurico Alves ficaram aqui patentes, tem que ter também um concurso das políticas públicas. Não no sentido habitual de fazer um suporte financeiro para se gastar dinheiro mal, não, não é nada disso. Mas é que, além dos aspetos técnicos, e além de se poder por exemplo associar o mecenato, tirar partido da generosidade, lembremos que hoje, num mundo tão diverso, acontecem coisas novas, há gente com muito dinheiro que se aproxima de causas sociais fortes e isso pode ser um volante mas, o enquadramento de políticas públicas que incentive na verdadeira boa dosagem, sentimentos mais generosos da totalidade das pessoas, sentimentos de poupança que são dedicados a causas tão nobres como esta de, através de um instrumento financeiro, resolver bem melhor os problemas que as Mutualidades vivem todos os dias, eu julgo que essa reflexão também e esse concurso também é indispensável e por isso a pergunta que eu gostaria de lhe deixar é exatamente essa, relativamente à conceção deste tipo de instrumento, gostaria

muito de o ouvir acrescentar alguns pontos de reflexão que permitissem compreender melhor como é que estas novas vias podem e devem ser prosseguidas.

Muito obrigado.

---

Se faz favor.

---

Prof. Patinha Antão, o que eu procurei na minha intervenção foi sobretudo chamar a atenção para o interesse deste Movimento Mutualista, de encontrar instrumentos que lhe permitam otimizar, rentabilizar, abrir vias de financiar iniciativas que certamente todas as, a generalidade das entidades da Economia Social gostariam de desenvolver.

E achei muito interessante de facto que o senhor Presidente do Conselho de Administração, na sua intervenção, tivesse referido o interesse na criação de um fundo e tivesse falado especificamente na Garantia Mútua.

Porque eu também acho, que essa era uma via para ter resultados a mais curto prazo, era uma espécie de passo intermédio. Agora, a forma de fazer isso, o financiamento desse fundo, a origem dos capitais e dos fundos que poderiam ser mobilizados, o seu objeto, o papel dessa garantia mútua, que referiu, bom, isso teria de ser objeto não direi de um congresso, mas duma discussão alargada com os próprios dirigentes das entidades sociais para limitar, porque aquilo que eu pessoalmente penso de uma coisa dessas, pode não ter nada a ver com as necessidades concretas que os senhores estão a sentir.

Portanto, era primeiro preciso uma limitação de que tipo de necessidade é que gostariam de ver satisfeitas e depois o desenho dum fundo que fosse ao encontro disso. E aí eu concordo com o Prof. Patinha Antão, os bancos, nomeadamente os bancos que têm uma apetência maior por se articularem com a Economia Social, eu referi os três, eu sei que há pequenas entidades, tanto no continente como por exemplo nas ilhas, pequenas entidades, que se têm, algumas delas até com uma história grande, que também se movem nesta área, mas praticamente não têm hoje nenhum tipo de expressão, exatamente, muito obrigado, por isso é que me referi a estas três instituições, que estão no terreno, que elas próprias têm interesse, porque o contexto em que operam o dito mercado bancário está a sofrer modificações tão profundas, está-se a tornar tão agressivo, deixo só esta referência, nós vivemos um período transitório, os próprios bancos tradicionais estão a arrumar a casa, estão a recapitalizar-se, estão a fundir-se, estão a limpar o seu balanço. Quando o fizerem, a agressividade com que vão tentar penetrar no mercado, vai aumentar imenso.

Ora, as pequenas instituições e por pequenas eu não digo muito pequeninas, o Montepio, tendo seis ou sete por cento de mercado, é uma pequena instituição.

A Caixa Geral de Depósitos, em termos relativos europeus é uma pequena instituição, no entanto entre nós, controla um quarto do mercado.

Essas instituições, vão ter interesse em encontrar nichos de mercado onde se possam proteger dessa agressividade terrível que lhes vai cair em cima. E isso poderia ser feito com benefício da Economia Social.

Eu acho que, aqui e agora, é o que lhes posso dizer.

---

Não sei se há mais alguém que queira colocar questão. Temos ali um colega mutualista.

---

A todos os mutualistas aqui presentes, os meus cumprimentos por estar aqui mais uma vez. Ao Senhor Deputado aqui presente também, as minhas saudações. Ao Presidente das Mutualidades de igual modo. E ao Presidente da Liga das Associações do Porto, aqui também presente.

Eu queria não deixar passar aqui dois aspetos que foram para mim importantes. O primeiro, foi o senhor economista que, quanto a mim, na questão do Montepio, que me magoa muito a palavra Montepio, hoje, orgulhou-me outrora. Hoje magoa-me imenso. Gostaria que dissesse um pouco mais, porque a trapalhada de existiu e ainda existe no Montepio, é vergonhosa, é vergonhosa! De onde todos os mutualistas, a grande maioria do povo português, pôs, confiou as suas economias a essa instituição. Viu-se ultimamente defraudado dessa mesma instituição, ao ponto de haver caixas económicas a retirar do dito Montepio e eu quando falo do Montepio, Mutualista, é a Caixa Mutualista, de lá as suas economias. Isto por si já diz bastante.

Outro aspeto que me tocou também bastante e não podia deixar de o focar aqui, o médico aqui presente que foi também ex-deputado, ele para mim é mais que médico, é médico e se quisermos, um sábio. Porquê? Porque deu-se ao cuidado de trazer o trabalho de casa e é muito bom, quando se faz isso. E plasmou aqui em frente para que vissemos cuidadosamente o problema da saúde em Portugal.

Disse maravilhas do nosso tratamento de saúde em Portugal. Eu não diria que é tão bom assim, porque e eu quando digo isto, sou eu, pé rapado, que ando cá por, pelas partes muito baixas do país e que aqui e ali vou precisando e às vezes sim e outras vezes não. Outras vezes sou bem atendido, outras assim-assim e às vezes até mal. Mas isto, é um contexto que acontece. De qualquer modo, eu queria deixar aqui, se não me levasse a mal eu diria que um médico, com este trabalho, é um catedrático, para mim, na minha opinião. Porque foi realmente um trabalho de excelência e que eu lhe agradeço imenso.

Para finalizar, desejar mais uma vez a todos os mutualistas aqui presentes e nomeadamente ao nosso Presidente das Mutualidades Portuguesas que nunca se canse de bater uma, duas, três e mais vezes que forem precisas à porta, seja de quem for. Eu sei que ele que faz isso. E por isso, está no sítio certo e à hora certa, no lugar que lhe demos em votação. Mas gostaria que ele sempre com estas iniciativas nunca esquecesse o Norte, o Norte do país que é enorme, e estamos, queiramos ou não, na segunda cidade do país, que é no Porto.

Portanto, para todos muito obrigado e nomeadamente para a os mutualistas aqui presentes. Obrigado.

---

Obrigada. Mais uma questão ali. Se faz favor.

---

Bom dia a todos. Eu tinha duas questões. Uma das questões ao Sr. Dr. Eurico Castro Alves, porque tocou num tema muito sensível para todos os mutualistas, que é a área da saúde, um dos fins fundamentais e a questão que eu vou colocar é uma questão muito direta, provavelmente difícil de responder, mas que a mim, como jovem mutualista, é importante descobrir um bocadinho esta resposta. E a pergunta seria, por que é que é tão difícil a operacionalização daquilo que nos apresentou?

Nós todos compreendemos a importância da proximidade e compreendemos também, por isso é que também estamos nas nossas instituições e a lutar pela saúde no Movimento Mutualista, compreendemos que de facto os parceiros e os mutualistas serão muito importantes para a saúde de todos os portugueses. Mas também sentimos diariamente as dificuldades que as associações têm em operacionalizar as ideias que ele expôs, nomeadamente no diálogo até com as instituições governamentais.

A outra questão que também queria colocar ao Senhor Deputado, era relativamente às apresentações que foram feitas, que foram excelentes, eu gostaria que pudesse dar a sua opinião sobre as propostas que foram aqui colocadas pelos colegas da mesa, no que diz respeito à banca, que é um tema também muito sensível para nós mutualistas, atendendo até a que tem-se vindo a falar sistematicamente numa associação mutualista, e portanto, qual é a sua perspectiva do Mutualismo no contributo também para o equilíbrio da banca e também a sua perspectiva de solução apresentada pela proposta apresentada pelo Sr. Dr. Eurico Alves, relativamente ao papel das Mutualidades na saúde e no futuro do Sistema Nacional de Saúde Português. Muito obrigada.

---

Posso?

---

Se faz favor.

---

Muito obrigado pelas perguntas e pelas palavras que me dirigiram.

Relativamente só à primeira intervenção, deixe-me só dizer-lhe que, para não se confundir, nós não temos um sistema de saúde perfeito. E mais, é nossa obrigação enquanto cidadãos, pedir e exigir sempre mais. O que eu digo é que, quando comparado com o que se passa noutros países, eu noutros países assisto a autênticas tragédias.

Eu trabalhei algum tempo nos Estados Unidos, nos Estados Unidos que é um país onde existe na medicina o melhor que existe no mundo, mas também há o pior. Há milhões de pessoas que não têm acesso a cuidados de saúde diferenciados. Há pessoas que morrem por falta de cuidados de saúde.

Nós em Portugal vamos tendo acesso, com mais dificuldades nuns casos ou noutros, que temos que ir resolvendo, mas vamos tendo acesso. Aliás, eu tenho dito que, para não haver confusões, é assim, eu estive no outro Governo e continuo a achar que eu é que devia lá estar. Para não haver confusões. Dito isto, dito isto, tenho o maior respeito pelo nosso Ministério da Saúde.

O nosso Ministro da Saúde é das pessoas mais bem preparadas que existe para, e não o invejo, embora ache que eu é que devia lá estar e que sou melhor do que ele, não invejo a posição dele. Ele todos os dias vive uma posição extremamente difícil, porque, como sabem, o nosso país, ainda não está liberto da crise económica e financeira e o nosso sistema de saúde para se manter, tem exigências terríveis em termos de financiamentos, de decisões, há interesses de todas as ordens metidos na saúde, grupos profissionais, de empresas, disto e daquilo, portanto, é difícilíssimo. E manter o Serviço Nacional de Saúde como ele tem sido mantido, ao longo de todos estes anos, tem sido uma obra que merece o respeito de todos os portugueses. Com muitas dificuldades, sim, com muitas coisas que estão mal, imensas, mas podia ser muito pior.

E portanto, este Sistema Nacional de Saúde, eu tenho-o dito muitas vezes, não é propriedade de ninguém em particular. Não é duma pessoa, não é dum partido, nem sequer é de meia dúzia de ministros. É de todos os portugueses. E aqui também fica uma nota. Os portugueses têm que saber usar este serviço. Não podem abusar dele. Porque de cada vez que se usa duma forma desperdiçada ou pouco racional, nós estamos a quebrar e a contribuir para a quebra deste grande serviço que nós temos.

Agora, temos que todos os dias exigir cada vez mais, por isso é que eu dizia, a proximidade e o poder dos cidadãos nos próximos anos, vai ser cada vez maior.

Respondendo à questão que me colocou, que é uma questão complicada, eu percebo, primeiro, duas componentes. É difícil operacionalizar, claro que é. Eu, pela minha vida e acredito que vocês são da mesma terra que eu, também não deve ter sido muito diferente, para mim foi tudo difícil. Eu para ser médico tive que lutar para subir na minha vida, tudo o que eu fiz foi muito difícil. E eu acho que os senhores todos percebem isto, ou seja, quando a gente quer fazer qualquer coisa de útil, seja ela qual for, não vamos contar com facilidades. Há muitas dificuldades, temos é que ter aquele espírito bem português que é combativo, não desistir, ir à luta todos os dias, e as Mutualidades têm este espírito e têm esta organização.

O que é que eu acho? Vêm aí necessidades no setor da saúde que são oportunidades para as organizações que estão instaladas no terreno. Vão ser necessários muitos cuidados de proximidade. Portugal, quer queira quer não, vai ter que alargar por exemplo a sua Rede Nacional de Cuidados Continuados.

Hoje em dia, há doentes que estão internados nos hospitais, a fazer consumos exorbitantes e que podem ter um tratamento ainda mais confortável e melhor, em

instalações em que eles só necessitam de estar uns dias a recuperar dos tratamentos que já fizeram e libertar as camas dos hospitais.

Vai haver uma necessidade muito grande nos próximos dez, vinte anos de cuidados continuados. Vamos ter que aumentar muito os serviços de saúde dos cuidados primários, de serviços domiciliários, de apoio aos doentes, aos acamados, etc...

Há aqui um conjunto de circunstâncias que os meus amigos podem identificar e depois, digo-vos uma coisa, por experiência própria, vocês têm um presidente, que é mestre em ultrapassar as dificuldades, eu criei-lhe imensas dificuldades e ele lá foi dando a volta, lá conseguia ser recebido, lá ia levando a água ao seu moinho. Portanto, é evidente que é difícil, mas os senhores estão aqui há 720 anos e tenho a certeza que estes 720 anos não foi tudo facilidades, para chegarem onde chegarem e também sabem que nos próximos 720 anos também não vai ser só facilidades. Agora eu, do que pude conhecer das Mutualidades, não tenho dúvida nenhuma, os senhores são capazes de muito mais. E digo a mesma coisa às Misericórdias, que nós temos que reconhecer que também têm tido um papel importante na nossa sociedade e que são também organizações de índole social e não-governamentais. E que também estão aqui há centenas de anos.

Portanto, isto está no código genético da nossa nacionalidade, da nossa característica portuguesa e portanto, o que eu vos quero deixar aqui é, dificuldades prevejo muitas e cada vez mais, mas do que vi até agora, nestes últimos 720 anos, não tenho dúvida nenhuma que os senhores vão estar lá.

E não é para me aplaudirem porque é mesmo assim, é o que eu acho mesmo. Muito obrigado.

---

Acompanhando aqui a ordem da mesa, sobre essencialmente as duas questões, enfim, os dois desafios que foram aqui lançados, dizer o seguinte, relativamente à questão do setor da banca, enfim, eu estou numa posição um bocadinho de algum constrangimento, primeiro faço parte da Comissão de Inquérito à Caixa e depois porque, estando aqui num papel institucional, há coisas que não gostaria que fossem mal interpretadas e portanto, dizer apenas o seguinte sobre essa dimensão.

Nós estamos e aqui o Dr. João Costa Pinto sabe disto melhor do que qualquer um de nós, nós estamos num processo grande, isto é, passado um processo de grande desregulação do setor ou de agressiva desregulação e de libertação da pressão regulatória do sistema que não foi uma tendência portuguesa, nem sequer europeia, mas que agravou custos contingentes do sistema, que todos nós sabemos em que é que redundaram, nós estamos a assistir atualmente a uma tentativa, aquilo que foi designado como uma mentalidade quadrada por parte dos dirigentes, dalguns dirigentes europeus, que é inteiramente verdade, muitos dirigentes que mandam efetivamente na forma como nós organizamos, nomeadamente o nosso setor bancário, com impacto direto na nossa sociedade e até na nossa estrutura democrática, foram referidos alguns pontos relativamente por exemplo à nova modalidade de organização da Caixa por esse país fora, são pessoas que nós nunca vimos, são pessoas que nós não elegemos, são pessoas em que nós não votámos, mas são pessoas que têm impacto concreto em



decisões quotidianas, que podem até ser contrárias aos programas de Governo que são votados nos parlamentos nacionais. E portanto, quando falamos destas questões, não podemos de certa forma, deslocar a profunda descompensação democrática até, que existem em algumas destas decisões, e esse é um problema com o qual os países vão ser confrontados, as nossas sociedades vão ser confrontadas.

E hoje em dia existe uma visão absolutamente, efetivamente absolutamente tecnocrática, não só sobre o setor bancário, mas sobre a nossa organização em sociedade em geral, questão do tratado orçamental, a regra de ouro, etc... etc..., o visto prévio aos orçamentos em discussão, que já existe de facto, funcionalmente, podemos dizer, mas existe uma visão da Comissão Europeia, que passa por uma consolidação regional, digamos assim, da banca. Ela não é dita, ela não é escrita, mas ela está a ser feita. Está a ser feita e, estamos a fazer uma deslocalização dos nossos centros de poder bancários, já tivemos do Porto para Lisboa e hoje em dia estamos a ter de Lisboa para Madrid. Para Madrid e para os centros de poder financeiro espanhóis.

E portanto isso é uma forma que os tecnocratas entendem como uma forma de proteger o sistema de novos riscos sistémicos, em relação à qual, o nosso país não tem, não está a ter capacidade de reagir e de resistir, enquanto centros de interesse nacionais. E não está a ter porque nós soubemos o que é que aconteceu na banca ao longo dos últimos anos, numa forma geral, numa forma geral e não dirigida a nenhum banco e isso fragilizou as estruturas bancárias e o último de certa forma desta cadeia, está a ser, efetivamente, o Montepio.

O Montepio não é um banco sistémico e portanto não está sob tutela do BCE. Cumpre, incumpe ao Banco de Portugal dirigir esse processo, eu creio que aliás o Montepio já passou das unidades de participação para as ações no mercado de capitais, não estou certo, mas creio que isso já foi pedido à CMVM, e portanto a entrada, creio que a questão tinha mais a ver, tinha a ver com isso, a entrada do setor, ou de certa forma, a convergência do setor social em relação ao qual o Montepio acaba por ser um indicador, transformando, esperamos, fraquezas em forças, acho que posso dizer isto, tem que ser uma estratégia de convergência de longo prazo e portanto se a entrada de determinadas entidades no capital do Montepio servir para esse reforço, esse reforço não pode servir para tapar um buraco de curto prazo, tem que servir para uma estratégia de longo prazo, devidamente alicerçada na estrutura mutualista portuguesa e portanto, sobre isso, era o que gostaria de dizer.

Relativamente ao setor da saúde, estou inteiramente de acordo. Eu devo dizer que aqui o Dr. Eurico Castro Alves, para além de ter sido um Secretário de Estado que teve aparentemente o menor tempo da história da democracia, segundo acabei por perceber, mas também está a ser, está a tratar da nossa saúde, porque ele não referiu e não foi referido, mas ele está neste momento a acompanhar a possibilidade da instalação da Agência Europeia do Medicamento no Porto e portanto, acho que esse é um trabalho de muito relevo, que eu não gostaria de passar sem o referir, e portanto, ele está a tratar da nossa saúde.

E eu creio que a saúde pode também tratar da saúde do Mutualismo. Eu creio que deixei isso relativamente claro, eu creio que, eu não tenho uma visão de forma alguma, pelo

contrário, de redução da participação do Estado, nos setores de organização da nossa vida social nos quais essa presença do Estado é fundamental, nem tenho, devo dizer, uma perspetiva de transformação do Estado exigente agente condutor e agente ordenador do sistema, em Estado meramente fiscalizador. Acho que tem que haver uma compatibilização, do bom senso e do equilíbrio entre as partes nessa dimensão, sobretudo em setores tão críticos como o setor da saúde. Mas eu creio que não existe, eu não tenho grandes dúvidas, que o Mutualismo, fruto do seu enraizamento comunitário e fruto da sua participação e a forma como se organiza e a forma como escala a sua atividade, tem obviamente mais competência para atuar em setores complementares e não substitutivos da ação do Estado.

E nesse domínio, eu creio que o setor da saúde é, por excelência, um desses setores, devidamente enquadrado e devidamente estruturado.

Eu creio é que muitas vezes e aqui o Mutualismo tem que fazer uma defesa, de si próprio, na forma como intervém nesse setor, eu creio que muitas vezes, este debate é aproveitado para fazer aquilo que eu creio que existe um consenso relativamente alargado que ninguém quer fazer, que é uma redução, um *revamping*, uma limitação do papel do Serviço Nacional de Saúde ou uma substituição daquilo que é a nossa estrutura central do Serviço Nacional de Saúde, os *gatekeepers* do sistema, a forma como nós organizamos o sistema e enfim, há várias reformas que foram feitas por vários Governos ao longo dos últimos anos, eu creio que a reforma Correia de Campos terá sido uma reforma, independentemente de cores partidárias, não é isso que gostaria de salientar, mas a forma como nós organizamos o nosso sistema de saúde, e libertamos custos desde logo pela forma como procuramos uma consulta numa urgência hospitalar que é incomparavelmente mais cara do que ir a um centro de saúde, exatamente o mesmo serviço, é muito mais caro numa urgência hospitalar, como é evidente, e portanto, nós precisamos de ordenar o sistema, nós precisamos de o tornar, com os mesmos recursos efetivamente, fazer melhor e para isso basta alterar a escala de procura.

E aí, por exemplo, o Mutualismo tem muito a oferecer. Eu creio é que este debate nunca pode ser utilizado, porque por vezes é, o debate público muitas vezes é levado a isso, porque existem interesses contraditórios e existem *lobbies* e existem enfim, existem interesses, no sentido mais organizado do termo, é utilizado para, fazer deste debate uma forma de descompressão do Estado de onde ele nunca pode sair que é o consenso nacional que temos, em torno do Serviço Nacional de Saúde, como foi aqui dito e como é, por experiência própria de todos, eu neste momento estou como deputado, mas eu sou é quadro de uma empresa aqui do Porto e portanto, já tive oportunidade de estar a acompanhar expatriação de trabalhadores, uma coisa lateral mas que parece relevante neste contexto, quer para a Argélia, quer para outros países nomeadamente de África, não só do Magreb mas de África Austral e a problemática central que existe em todos estes países é precisamente a organização dos seus sistemas de saúde, que aliás não existem.

E portanto o ganho que nós temos relativamente ao maior ganho democrático e civilizacional no sentido mais lato do termo, que é termos um Sistema Nacional de Saúde e um bom, um excelente Sistema Nacional de Saúde, é algo que nenhum debate



em torno da reorganização do sistema de saúde pode jamais em tempo algum procurar obliterar e portanto, essa seria a minha posição sobre, quer esta matéria, quer a matéria do Montepio.

Muito obrigado.

---

Muito obrigada, Sr. Dr. Temos ali mais uma questão. Mas julgo que terá que ser a última.

---

Eu vou tentar ser super rápido.

Dar os parabéns ao painel. Cumprimentar os congressistas presentes. Na verdade estes debates servem para nós tentarmos discutir entre nós, inclusivamente até nos intervalos, os problemas que nos afligem, e na verdade eu, também queria dar os parabéns ao nosso Presidente da União das Mutualidades, Dr. Luís Alberto, porquê? Porque eu quando cheguei e cheguei há muito pouco tempo ao Mutualismo, verifiquei em primeiro lugar que havia, que o Mutualismo estava muito desunido e que havia que unir inclusivamente as próprias associações de socorros mútuos porque na verdade, cada uma trabalhava diremos, no seu quintal, como se costuma dizer, não é? E portanto, senti que, nos últimos anos, tem havido um esforço de união do Mutualismo, justamente para criar aquelas sinergias que são fundamentais para depois poder então irmos para outros patamares. Portanto, teríamos de começar um pouco por ver, por criar essas sinergias, criar, como o senhor deputado dizia na sua intervenção, uma capacidade técnica em cada uma das instituições que, na verdade, nalgumas instituições não existia e que estava numa fase muito insipiente, portanto para criar também a própria sustentabilidade das próprias associações, estas questões são fundamentais para nós podermos dalguma maneira querer guindar a outros níveis, não é?

Essa capacidade técnica, inclusivamente, vê-se muito na possibilidade do trabalho em rede, que foi aqui falado. É fundamental o trabalho em rede entre todos nós. Partilha de conhecimentos e inclusivamente também criar parecerias, termos a possibilidade de com o nosso diálogo, termos a possibilidade de criar parecerias, para que possamos dalguma maneira ser mais fortes e podermos apresentar, diremos, uma força, que até agora, não tem acontecido no Mutualismo.

Por fim, falar num tema que também é importante que é o empreendedorismo social. Portanto, diremos que o Mutualismo e é essa a força que eu sinto neste momento também na União das Mutualidades Portuguesas, tentar dalguma maneira colocar-se onde, naqueles aspetos onde o mercado falha. Acho que nós, é por aí também que o Mutualismo tem que ir. O mercado falha em muitos aspetos e esta vertente do Empreendedorismo Social, não só na saúde, mas noutras vertentes, tem na verdade aqui um campo de ação, que na conjuntura atual do país, poderá eventualmente criar uma força e um apoio e uma solidariedade entre as pessoas e entre os próprios associados, que até agora não tem existido.

Gostaria, não faço uma pergunta em questão, mas para o painel, gostaria na verdade neste aspeto do Empreendedorismo Social, nomeadamente o senhor deputado que

está portanto no grupo de trabalho que tenho a certeza que falam sobre estas questões, que nos pudesse, dalguma maneira, dizer alguma coisa sobre este aspeto.

Muito obrigado a todos.

---

Obrigada. Não sei se quer...

---

Sim. Sobre a dimensão especificamente do Empreendedorismo Social, eu creio que não há qualquer dúvida de que tem vindo a ser, foi durante o período mais crítico da assistência financeira, uma das áreas de intervenção e de criação de auto emprego e de procura de soluções relativamente não só a si próprio mas também ao outro, eu acho que esta é uma boa definição de Mutualismo, um bom campo de intervenção de Mutualismo é sentir e sentirem e eu sei que sentem que nenhum problema do outro é apenas do outro. É também um problema nosso. É um problema que nos diz respeito. E esse problema que nos diz respeito é a evidência das redes mutualistas e de proteção solidária que o Mutualismo traz. O Empreendedorismo Social não tem vindo, enfim, a ser especificamente trabalhado como tal, mas tem vindo a ser em muitos países, e Portugal está a fazer esse caminho com a questão do banco social que já aqui foi referida, tem vindo a ser uma das formas de financiamento da economia produtiva, fora do campo estritamente privado, entendendo precisamente a Economia Social como um dos pilares da economia produtiva. Coisa que os ditos tecnocratas não entendem. E é por isso que não valorizam, valorizam a Economia Social e o Empreendedorismo Social como uma flor que se traz na lapela, mas não propriamente como uma área estruturante de desenvolvimento das nossas economias e das nossas sociedades.

Dito isto, eu creio que existe e tem existido na nossa sociedade, transpira muito no espírito do tempo, uma grande individualização dos problemas, como resposta a dinâmicas sociais.

Se nós virmos o empreendedorismo sob perspetiva de criação de auto emprego e agora retirando a dimensão social, que é a dimensão relevante na expressão Empreendedorismo Social, há uma híper valorização mediática até, da ideia do empreendedorismo. Da ideia de que, está desempregado, cria o seu posto de trabalho. Tem problemas, empreenda. As sociedades mais desenvolvidas são as sociedades mais empreendedoras. Não são, propriamente. Isto é, não são as sociedades que espiam de certa forma problemas sociais através da criação de auto emprego.

Medido sob o auto emprego, a sociedade menos empreendedora da Europa, é a Alemanha, que é a sociedade que tem mais conglomerados industriais.

Medida sob o auto emprego, a sociedade mais empreendedora do mundo será o Bangladesh, em que mais de 90% das pessoas têm auto emprego.

E portanto, é preciso uma escala de equilíbrio, bom senso, relativamente às perspetivas de desenvolvimento social em cada campo e sobretudo à forma como nós como

sociedade e como grupos organizados, neste caso dentro do Mutualismo, respondem, neste caso, a esse problema.

Porque de facto, a forma como nós discutimos, a forma como nós debatemos e a forma como nós inscrevemos palavras na esfera pública tem opções políticas subjacentes. E muitas dessas opções políticas, muitas vezes podem ser contrárias aos objetivos e aos desígnios que nós queremos cumprir. E portanto, o Empreendedorismo Social, como tal, é uma forma fundamental, na minha opinião, de organização do próprio setor social, não pode ser uma forma, nem pode ser uma forma de sentenciar uma solução para quem, no seu dia a dia, no seu campo de intervenção, possa estar sem soluções, porque aí não é um problema da pessoa, é um problema da sociedade.

---

Muito obrigada. Já vai longo o tempo, de qualquer das formas acho que não foi tempo perdido, foi tempo ganho, porque com a qualidade destes oradores nós não podíamos deixar passar estas questões e muitas outras que de certeza estão aí a fervilhar, sem um feedback desta parte.

Da minha parte eu agradeço aos oradores aqui presentes, desejo a continuação de um bom dia de trabalhos, e uma boa celebração destes 720 anos de Movimento Mutualista.

Obrigada! Bom dia!

---

Vamos dar início ao segundo painel.

Seguimos agora com o painel “Rejuvenescimento e Inovação”, no qual contaremos com os oradores Vítor Dias, António Leite e Délio Carquejo, que desde já convidamos para ocuparem os seus lugares.

Serão moderados por Jani Silva, Presidente da Direção d’A Familiar – Associação de Socorros Mútuos da Póvoa de Varzim, que conduzirá igualmente o debate que se seguirá às intervenções.

Vítor Dias participa neste painel em representação do Secretário de Estado da Juventude e Desporto. É licenciado em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e pós-graduado em Juventude, Novos Contextos e Intervenções. Ocupa hoje o cargo de Diretor Regional do Instituto Português do Desporto e Juventude, tendo sido Chefe da Divisão de Promoção da Empregabilidade da Câmara Municipal do Porto e coordenador e animador de diversos intercâmbios internacionais de jovens.

António Leite é Delegado Regional do Norte do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Foi dirigente nacional da FENPROF e da CGTP e Assessor da Secretária de Estado da Educação e do Secretário de Estado da Administração Educativa, tendo também desempenhado o cargo de Diretor Regional de Educação do Norte. É licenciado em Línguas e Literaturas Modernas pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Délio Carquejo é Presidente do Instituto Superior de Paços de Brandão. Foi Administrador Geral da Universidade Piaget Guiné Bissau e Diretor da Escola Superior de Educação Jean Piaget de Viseu. É licenciado e mestre em Sociologia pela Universidade da Beira Interior e doutorado em Sociologia pela Universidade de Salamanca.

Convidamos então a moderadora do painel a dar início à condução dos trabalhos.

---

Muito bom dia a todos! Queria agradecer desde já o convite que me foi endereçado pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Dr. Luís Alberto Silva, para moderar o segundo painel do XII Congresso Nacional do Mutualismo, com o tema “Rejuvenescimento e Inovação”.

Cabe-me a mim a honra e a responsabilidade de moderar e inquietar este painel de oradores, cuja presença e participação aproveito desde já, em nome do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, agradecer.

Este é um painel dedicado a um tema que me é especialmente caro e acabei por ter a sorte de ser convidada a moderá-lo e que espero poder contribuir para o debate de ideias, em torno do rejuvenescimento e inovação no Movimento Mutualista.

Quanto aos oradores que me acompanham, já apresentados e a quem dou as boas vindas, estou certa de que trazem contributos e perspetivas muito interessantes.

Relembro que cada orador terá aproximadamente 10 minutos para as suas intervenções, seguido de 30 minutos de debate em que poderão colocar questões à mesa.

Não me vou alongar mais e passo a palavra ao Senhor Diretor Regional do Instituto Português do Desporto e Juventude, Dr. Vítor Dias.

Muito obrigada.

---

Muito bem. Muito bom dia a todas e a todos. Bom dia! Já é boa tarde, julgo eu. Mas como ainda não almoçámos. Bom dia!

Em primeiro lugar, quero obviamente agradecer o convite em nome do Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, para estarmos presentes neste congresso. Eu, em particular, também agradecer muito a oportunidade que me dão para estar aqui, estou a substituí-lo e quero também fazer aqui uma referência, pedir desculpa à organização porque pediram-me dados e eu não fui muito amigável a entregá-los, porque me encontrava no estrangeiro, portanto estive nos últimos três dias fora do país e portanto foi difícil esta ligação e quero pedir desculpa por isso.

Obviamente saudar a União das Mutualidades por todo o trabalho que tem feito e pelos 720 anos, pelo congresso que agora organizam, que julgo que até há algum tempo que não organizavam um congresso, há dois anos, e é bom também fazê-lo cá no Porto, no

Norte, e no Porto em particular, que é, de facto uma terra, uma cidade, um município, um concelho, com muita dinâmica, com muita atividade associativa, com muita atividade mutualista e de facto uma referência a nível nacional também nesta matéria.

Eu vou tentar cumprir o tempo, muito rapidamente, não tenho nenhuma intervenção preparada do ponto de vista estruturado com apresentação powerpoint ou isso, queria sobretudo deixar aqui alguns desafios, que foi isso que nos propuseram do ponto de vista do rejuvenescimento e da inovação deste movimento, eventualmente fazer algum paralelismo, porque se calhar é interessante, porque são esses que eu também represento, entre o Movimento Mutualista e as associações juvenis e o trabalho das associações juvenis e o trabalho dos jovens, e a partir daí, se calhar, fazer exatamente alguns, deixar alguns desafios.

Portanto, o Movimento Mutualista, vocês sabem-no muito melhor que eu, tem nos seus princípios, são princípios muito parecidos com o movimento associativo em geral. Com o movimento cooperativo também. Portanto, o princípio da interajuda, da resposta a problemas da comunidade, sejam eles individuais ou coletivos, as questões da resposta à carência, as necessidades das pessoas, do território, a participação livre, autónoma, voluntária, as questões relacionadas com a entreatajuda, a solidariedade, o trabalho de equipa, portanto, são tudo questões e aspetos que estão em toda a génese e nos princípios do associativismo.

Depois, há também as questões de não ter fins lucrativos, seja lá o que isso for e a gente podia depois discutir a questão de ter ou não fins lucrativos, a questão da não dependência do Estado, a questão do sistema democrático, em que os próprios associados participam nos processos de decisão e esse também parece que foi um dos desafios que é perceber de que forma é que as pessoas se podem envolver mais nestes processos de decisão e tudo isto com base nos princípios da resolução dos problemas, naqueles três princípios que são básicos nesta matéria que é a solidariedade, a subsidiariedade e a complementaridade.

Julgo que são três aspetos que são inerentes ao trabalho mutualista e ao trabalho associativo. O princípio da solidariedade porque aqueles que têm mais, podem ajudar quem mais precisa. O princípio da subsidiariedade são aqueles que estão mais próximos, podem melhor ajudar a resolver os problemas. E o princípio da complementaridade que é aquela ideia de que ao Estado, o Estado por si só não consegue resolver os problemas e portanto a sociedade civil organiza-se no sentido de ajudar a resolver esses problemas, substituindo muitas vezes o Estado, naquilo que seria as suas competências e obviamente que depois o Estado deveria, teria que ter mecanismos para apoiar estes movimentos. Nuns casos tem, noutros casos não. Nuns casos é suficiente, noutros não. Enfim, depende sempre da ideia de cada um.

Então, como rejuvenescer este movimento e como trabalhar estas áreas? Eu diria algumas coisas que eu fui ouvindo nos painéis que acho que todos vamos dar aos mesmos pontos.

Primeiro lugar, a questão da inovação. De recriar permanentemente aquilo que vamos fazendo. Depois as questões da qualificação e da capacitação das pessoas, sejam elas os dirigentes, sejam elas os técnicos que trabalham nas organizações. Uma terceira

vertente que é a vertente da sustentabilidade, isto é, o que é que nós podemos fazer para nos tornarmos sustentáveis e dependermos o mínimo possível de terceiros e no caso do Estado. Porque cada vez mais, como nós sabemos, os recursos públicos são mais escassos e muito menos para estas áreas, para as áreas da Economia Social, como também já aqui foi e muito bem dito, que às vezes servem só para adornar a lapela e são muito pouco efetivas e ficam na base do discurso.

Depois, as questões da cooperação e do trabalho em rede, também já aqui abordadas e acho que são cada vez mais essenciais. Eu como disse estou a falar por tópicos para depois podermos discutir.

Estas vertentes que eu aqui falei, encontram-se, julgo eu, no movimento associativo juvenil e portanto é esse exemplo que eu vou dar, para depois poder transportar para eventualmente as Mutualidades esse movimento.

Em Portugal existem neste momento, registadas num registo que se chama Registo Nacional de Associações Juvenis, mil e quinhentas, à volta de mil e quinhentas associações juvenis, que envolvem vinte mil dirigentes, sem falar dos associados e sem contar aqui com um movimento que é também considerado um movimento associativo que é o associativismo juvenil estudantil, portanto o que está nas universidades ou até nas escolas secundárias. E estas associações juvenis trabalham, praticamente todas, enfim, umas mais vocacionadas para as respostas individuais, outras mais vocacionadas para as respostas coletivas e para a resolução de problemas do território, mas todas estas associações juvenis visam resolver problemas da comunidade e trabalham na área do voluntariado, através de apoios à terceira idade, de apoios à infância, no desporto, na cultura, na animação, nos tempos livres, enfim, todas elas são associações, que neste caso se podem candidatar a programas que o Estado tem e o Estado através neste caso do Instituto Português do Desporto e da Juventude e que, o Estado tem sabido através do Instituto Português do Desporto e da Juventude manter este apoio, porque se considera exatamente que as associações juvenis, pelas suas características, são essenciais no fomento da participação social e cívica dos jovens, para que eles exatamente possam tomar em mãos os desafios de ajudar a transformar a comunidade onde vivem e serem eles próprios construtores dessa sociedade e dessa comunidade.

E portanto, o Estado entende e por isso tem diretamente no orçamento de estado, uma verba destinada ao apoio ao associativismo juvenil e ao associativismo jovem. E isto é provavelmente uma inovação em Portugal porque julgo que em mais nenhum país da Europa, pelo menos dos que eu conheço, não há nenhum país que tenha verbas do orçamento de estado que são atribuídas diretamente às organizações de juventude geridas pelos próprios jovens. E essa é a questão essencial que já voltarei a ela a seguir.

Depois, existem programas próprios também do Instituto, do Estado neste caso, que permitem o envolvimento dos jovens e a participação dos jovens, na resolução de alguns problemas. Por exemplo, também no voluntariado, alguns de vocês aqui conhecem bem, julgo eu, um programa chamado, por exemplo, Recados e Companhia, que é um programa de voluntariado em que os jovens ajudam os idosos, aqueles que estão



isolados, que estão mais distantes dos centros de decisão, na resolução dos seus problemas e na sua vida do quotidiano.

A questão da participação dos jovens nos processos de decisão. Temos em Portugal também uma inovação, e são, lá está, os desafios que eventualmente podem ser replicados, que é a participação dos jovens ou dos representantes das associações nos órgãos de decisão das políticas públicas de juventude. Desde logo, no Conselho Consultivo do Instituto Português do Desporto e da Juventude, mas também numa estrutura, por exemplo, que é a Movijovem, que é quem gere a rede de Pousadas de Juventude e o Cartão Jovem, onde as associações juvenis têm 20% desse capital, é uma cooperativa de interesse público e que as associações juvenis e os seus representantes estão representados nos órgãos de gestão e têm 20% desse capital nestas associações.

Os desafios que se colocam, pegando eventualmente nestes modelos, são, por exemplo no caso das Mutualidades, enfim, que trabalham muito com, são equiparadas a IPSS, era eventualmente equiparar e esse era o modelo que falta, equipar as associações juvenis por exemplo a IPSS, com esse estatuto, no sentido de prestadores de serviços sociais, que já há muitas que os prestam e, há um bocado falava-se aqui no Montepio, por exemplo, o Montepio tem programas de apoio, um exemplo, carrinhas para transporte de deficientes e uma associação juvenil que trabalhe nessa área, não tendo o estatuto de IPSS, não se pode candidatar a esse tipo de apoios, o que é algo que não faz muito sentido por não ter o estatuto de IPSS.

Os desafios que se colocam então às das questões das Mutualidades para envolverem jovens nestes processos, eu julgo que são, mais uma vez, eu digo, as questões da inovação social, a questão das novas tecnologias, o envolvimento das novas tecnologias, as questões da sustentabilidade, portanto, eu estou a falar de novas áreas, digamos assim, a diversificação da oferta e do trabalho que as Mutualidades podem fazer, portanto novos serviços na área, também já foi aqui dito, na área da saúde ou da sustentabilidade ambiental, na área do turismo, na área dos tempos livres, na área do desporto, na atividade física, que são necessidades que o território cada vez mais requer e que eventualmente as associações mutualistas poderão dar resposta.

Apostar na capacitação, na qualificação dos diferentes agentes, como eu já disse, portanto, melhor a capacidade técnica das pessoas que trabalham nas associações, eu diria que a aposta na investigação, na inovação, no desenvolvimento de novos produtos e serviços, acho que é essencial e acho que é um desafio muito importante para responder a essas necessidades, um desafio para a discussão e pode não ser pacífico como é que se pode implementar, no caso das Mutualidades em concreto, da União ou dos seus representantes, é eventualmente criar subsistemas de apoio específicos para jovens, sejam subsistemas, portanto, nós estamos num mundo da incerteza, num mundo em que o futuro é muito incerto, sobretudo para os jovens, nas questões da empregabilidade mas noutras, e podia ser interessante exatamente as Mutualidades agirem neste sentido que é, criarem subsistemas, criarem mecanismos, que possibilitassem aos jovens terem algumas vantagens e terem algumas regalias, se estivessem associados a este mercado das Mutualidades e onde as Mutualidades se envolvem.

Eventualmente fundos para jovens empreendedores e inovadores sociais que lhes permitissem a aquisição de meios, de equipamentos, para desenvolverem as suas atividades.

Não estou a falar de concursos de ideias, não estou a falar de concursos de ideias, estou a falar de outro tipo de fundos efetivos, que eventualmente os jovens, como contrapartida, podiam devolver em trabalho, em trabalho especializado onde houvesse por exemplo um banco de especialistas a quem se recorreria precisamente para dar as tais respostas às necessidades, às questões da intergeracionalidade, por exemplo, muitos jovens especialistas em áreas de saúde, em áreas tecnológicas ou noutras áreas que pudessem eventualmente ajudar e portanto, no fim da sua formação, da sua qualificação, o contributo que dariam para um apoio que lhes foi dado antes, seria esta prestação de serviços.

E isto podia alargar-se, enfim, a outras áreas, desde logo questões de poupança, questões relacionadas com a habitação, questões relacionadas com a qualificação e com a formação pós graduada, poderia ser interessante aqui, as Mutualidades envolverem-se neste processo e aqui as questões da qualificação, tenho dois colegas e da formação na mesa, que se calhar saberão desenvolver estas áreas muito melhor que eu. Enfim e depois o envolvimento de jovens nos órgãos de direção e nos projetos de decisão, eu acho que é um processo que tem que ser desenvolvido e aprofundado, ainda que numa forma eventualmente progressiva e experimental inicialmente, porque nós muitas vezes nós adultos tendemos a dizer que os jovens não participam, que os jovens não se envolvem, mas sempre que o querem fazer, nós nunca lhes damos oportunidade porque achamos que eles não sabem gerir o dinheiro, que não sabem gerir as coisas, e tal, o que é errado, porque como dizia um amigo meu, como se não fossem os adultos que cometem as fraudes económicas e bancárias.

Há exemplos de gestão de organismos modelos em Portugal. Por exemplo, há em Amarante a gestão de uma Casa de Juventude Municipal, um espaço que esteve fechado durante anos e que foi atribuído a uma associação de jovens, que está a ser um sucesso nacional e internacional. Vem gente de toda a Europa ver o modelo e portanto a autarquia atribuiu a uma associação a gestão daquele espaço e de facto está a ser espetacular, portanto, há modelos que se podem ver, como eu já disse, o modelo de cogestão na Movijovem e no Instituto Português do Desporto e da Juventude e portanto eu diria que, para terminar, que os jovens envolvem-se quando os assuntos lhes dizem respeito, quando são implicados e os jovens têm ótimas ideias para eles próprios, não é preciso que sejam os adultos a dizer-lhes.

Muito obrigado, estou disponível para a discussão e para o debate.

---

Muito boa tarde a todos e a todas, quero também evidentemente em primeiro lugar agradecer o convite que foi feito ao Instituto do Emprego e Formação Profissional para poder participar neste congresso, saudá-lo, todos os seus participantes, quem o organiza, quem o torna possível e sobretudo, quem torna possível que se possam comemorar de alguma forma 720 anos de Mutualismo, não é coisa pouca, e não será fácil encontrar, em todo o mundo.



Eu gostava de começar até por uma coisa que foi referida agora aqui pelo meu direito antecessor. Gostava de lembrar qual é o tipo de sociedade em que, ou algumas das características do tipo de sociedade em que vivemos hoje. De profundas mudanças. Eu diria até que são mudanças profundas, muitas delas contraditórias, rápidas, às vezes quase instantâneas, praticamente impossíveis de pensar anteriormente e, mais do que isso, quando nós pensávamos, achávamos que seriam impossíveis.

Eu posso dar dois ou três exemplos práticos e concretos, que não têm diretamente a ver com a atividade de cada um de nós, mas que são provavelmente acontecimentos que hoje já o são ou já o foram, e que há pouco tempo atrás, nós acharíamos que não iriam nunca acontecer.

Eu lembro-me que em agosto do ano passado, não havia um candidato chamado Emmanuel Macron e hoje é presidente de França. Em agosto seria impensável que um candidato não oriundo dos maiores partidos políticos e tradicionais partidos políticos franceses, pudesse ser eleito presidente de França, sem o apoio de nenhum deles, com uma estrutura independente e no entanto, ele é presidente de França. E que mesmo depois de ter sido eleito, diriam e é impossível que ele consiga organizar em tempo útil um partido que lhe permita ter a maioria no parlamento, bem sei que em circunstâncias especiais como é o caso político francês, mas que não será possível e no entanto, ele o criou e ele as ganhou.

E portanto, não precisamos de recuar muito tempo, precisamos de recuar um ano e aqui temos um facto, eu diria que imprevisível, e que nós acharíamos provavelmente impossível.

E se recuarmos um pouco mais, quantos de nós tiveram no bolso durante tantos anos, um telemóvel de uma determinada marca europeia, que hoje já nem sequer produz telemóveis e que foi só a grande marca que dominou o mercado dos telemóveis durante mais de uma década e hoje já não produz um único. Eu ainda tenho um desses no bolso, mas deve ser se calhar o último aqui nesta sala que ainda tenho. E quem diria há dez anos atrás que a Nokia, que é da Nokia que estou a falar, hoje não produziria um único telemóvel? Pareceria algo impossível para dizer.

E até a solução política que hoje sustenta o Governo Português, provavelmente também era impossível de ser imaginada há dois anos atrás e ainda causa mocha, como aliás foi muito evidente no momento anterior com o meu amigo Eurico, tenho o prazer de ser amigo dele, e portanto posso dizer isto sem nenhum problema.

O que é que eu quero dizer com isto? Que nós vivemos de facto numa sociedade que se transforma rapidamente, que por vezes cria e destrói emprego com uma facilidade como nós nunca vimos, que destrói e cria emprego ao mesmo tempo mas não necessariamente para as mesmas pessoas nem nos mesmos setores e muitas vezes sequer nos mesmos países e também muitas vezes não com as mesmas condições que existiam anteriormente. No IEFP nós assistimos a isso todos os dias. Ao afluxo constante de novos desempregados, é o afluxo constante de novos empregos a serem criados, sem que muitas vezes consigamos que aos primeiros nós consigamos dar resposta com a criação dos segundos e esse é um problema sério com que nós estamos confrontados e que tem a ver com o tipo de transformações que nós temos, eu ainda há

pouco tempo estive num seminário em que alguém dizia que, as sete áreas profissionais que hoje, nos Estados Unidos mais empregam, não existiam há dez anos atrás. O que nos leva a pensar quais serão as sete áreas que mais empregam nos Estados Unidos ou na Europa daqui a dez anos. Não fazemos a mais pequena ideia! E no entanto estamos a formar as pessoas para esse futuro que é, enfim, não me parece que seja sombrio, mas que é seguramente imprevisível e que será também muito do que nós fizermos dele.

E paradoxalmente, quando isto acontece, há a necessidade de podermos continuar a contar com instituições sólidas e permanentes e as instituições que hoje realizam este congresso estão neste grupo. E portanto, o que nós temos que fazer é dalguma forma, compatibilizar, equilibrar este mundo em constante mutação, com instituições que remontam a séculos e que continuam hoje a ser necessárias, quiçá continuam hoje a ser ainda mais necessárias.

No que diz respeito à questão do emprego e do desemprego e será por isso que eu estou cá, nós hoje vivemos um período que nos é claramente favorável no balanço entre os empregos que são destruídos todos os dias e aqueles que são criados, nós hoje temos claramente um saldo positivo, porque são claramente mais os empregos que são criados que aqueles que são destruídos.

E na região Norte, nós damos um forte contributo para que isso aconteça no nosso país. Nós temos hoje, já, podemos dizê-lo, menos de cento e oitenta mil inscritos nos Centros de Emprego do IEFP. É um número ainda muitíssimo significativo, não tanto por ser cento e oitenta mil, mas por cada um dos cento e oitenta mil que lá estão. Mas se eu vos disser que quando vim para o IEFP, porque perceberam certamente que eu não sou um quadro do IEFP, quando vim para o IEFP em janeiro do ano passado, este número que hoje é de menos de cento e oitenta mil, era de duzentos e trinta e seis mil. E portanto, num ano e meio, nós recuámos cerca de sessenta mil inscritos nos nossos ficheiros, o que significa que houve aqui uma criação líquida de emprego, para o qual, evidentemente estas instituições contribuíram, e nós esperamos que possam continuar a contribuir.

E lembro que mesmo assim, se há ano e meio o número era de duzentos e sessenta e três mil, ou duzentos e trinta e seis mil, em janeiro de 2013 chegou a ser de trezentas e quatro mil pessoas que se encontravam desempregadas e portanto nós estamos claramente num momento descendente da destruição do desemprego, do emprego, por oposição à criação de emprego.

A situação dos jovens é particularmente sensível neste contexto porque se a taxa de desemprego e é o INE que a trata, não é exatamente o IEFP, apesar de o fazer com dados cedidos pelo IEFP, se a taxa de desemprego de genérico, digamos assim, estará à volta dos nove vírgula qualquer coisa, nós sabemos que a taxa de desemprego jovem ainda está acima dos 23%. Mas também temos que nos lembrar que ela chegou a estar acima dos 40%. E também temos que nos lembrar que isto de dizer que os desempregados, isto de falar de os desempregados e de falar de os jovens, tem o mesmo significado do que falar dos homens e das mulheres porque o que nós somos todos é gente diferente.

Nós temos hoje cento e oitenta mil pessoas, mas eu não tenho uma resposta única para dar a cento e oitenta mil pessoas. Eu tenho que ter um conjunto alargado de respostas para poder dar às diversidades que estão presentes neste conjunto de pessoas. E com jovens isso é ainda mais evidente.

Aquilo que era importante que nós também de alguma forma tivéssemos consciência e que continuássemos a fazer passar esta mensagem, é que ter percursos longos, formativos e educativos, continua a compensar e muito.

A crise aconteceu-nos, eu diria que, no pior momento, não há bons momentos para que nos aconteçam as crises, mas a crise aconteceu-nos no pior momento, do ponto de vista da educação e da formação, porque foi no momento em que o país decidiu e do meu ponto de vista bem, alargar a escolaridade obrigatória para doze anos ou até aos dezoito anos de idade, cada cidadão. Isso aconteceu-nos no momento em que o desemprego passou de oito ou nove por cento para dezassete por cento. E portanto, o que aconteceu, foi que muitos jovens que fizeram o seu percurso mais longo do que alguma vez os seus pais e avós tinham feito, falo em média, chegaram ao fim e não encontraram um emprego.

A situação hoje felizmente é diferente, mas ainda assim e ainda no pico da crise, o que nós sabíamos e sabemos, é que quanto mais longos são os percursos formativos, maior é a capacidade desse jovem poder vir a encontrar emprego, de se poder manter nesse emprego e de poder ter um emprego que se transforme ele próprio numa carreira e que não fique trinta ou quarenta anos a fazer a mesma coisa que fazia no primeiro dia em que entrou para esse emprego.

E esta mensagem tem que continuar a ser dita, porque mesmo os jovens que foram forçados, porque não foram convidados, os jovens que foram forçados a sair do nosso país, mesmo esses fizeram-no em condições que não são comparáveis com aquelas que os seus tios, avós, ou seja quem for, tinha feito nos anos 50, 60 e 70, quando tiveram que ir para o Brasil ou para a Venezuela ou para França ou para a Alemanha. Nenhuma comparação! Mesmo esses, que foram como eu digo, forçados a sair, saíram com instrumentos na mão que lhes permitiam ter um sucesso muito mais rápido e falo dum sucesso humano, não estou a falar sequer de riqueza, estou a falar de sucesso humano, nos países que os, de alguma forma, acolheram e que, naturalmente, aproveitaram o esforço que o nosso país tinha feito para os formar e que as famílias e eles próprios tinham feito para se formarem.

Mas é importante continuar a passar esta mensagem de que continua a valer a pena estudar, que nunca foi verdade que era igual saber ou não saber, e nunca há de ser igual saber ou não saber. Nunca há de ser igual!

O papel das entidades da Economia Social é evidentemente imprescindível na criação de emprego e na criação destas, eu diria, na criação destes refúgios segurança, para muitos dos nossos compatriotas. Já aqui foi referido que, e isto é particularmente significativo para nós, no IEFP, que este setor representa cerca de 6% do emprego remunerado e para quem está num instituto que é do emprego e da formação profissional, este é um dado muito significativo e portanto, estas são entidades que têm naturalmente que continuar a ter o nosso apoio, nomeadamente nas medidas que são

criadas para apoiar a criação de emprego, o IEFP não cria emprego por si só, o IEFP tem a obrigação de apoiar a criação de emprego por parte das várias entidades e também, obviamente, de fazer e de garantir a formação profissional, promovendo a melhoria e a qualidade do emprego, fomentando, como eu dizia, a criação de postos de trabalho, incentivando a inserção profissional de públicos em situações mais desfavoráveis, e estas entidades são um dos principais motores de inserção destas pessoas que têm uma maior dificuldade de inserção no mercado do trabalho. Porque esse é um outro problema com que nós neste momento já estamos confrontados. Nós, com os nossos cento e oitenta mil desempregados inscritos na região Norte, já temos concelhos onde não é fácil encontrar pessoas para dar resposta à criação de emprego que existe por parte dos empresários. Mas também temos pessoas que sabemos que dificilmente alguma vez serão empregáveis, digamos que no mercado livre e desprotegido de trabalho. Dificilmente o serão.

Eu sempre que vou a um centro de formação profissional e visito algumas turmas que estão a fazer formação, compreendo que nós temos dois tipos de formação. Temos a formação que é feita efetivamente para criarmos condições de empregabilidade àquelas pessoas e temos formação que é feita, que funciona muito mais como uma terapia ocupacional do que propriamente como uma garantia de que essas pessoas vão estar em condições de se empregar no fim da formação, porque dificilmente o farão. Pela faixa etária a que pertencem, pelo enquadramento social em que estão, dificilmente encontrarão um emprego e nós sabemos que assim é, sobretudo quando sabemos que 50% dos postos de trabalho que foram criados no nosso país no último ano foram para trabalhadores com formação de nível superior. E, portanto, é fácil perceber que, quando eu tenho por exemplo num concelho, num concelho do Alto Minho, seiscentos e trinta e cinco inscritos no IEFP, mas desses seiscentos e trinta e cinco, mais de duzentos têm mais de cinquenta e cinco anos de idade, eu tenho cinquenta e seis, portanto não estou a chamar velhos a eles mais do que posso estar a chamar a mim, mas têm mais de cinquenta e cinco anos de idade, dificilmente esses duzentos e isto é um terço da totalidade dos inscritos, encontrarão emprego.

E se eu em cima disso disser, que há outros duzentos que provavelmente serão os mesmos, que têm menos que o quarto ano de escolaridade, em muitos casos estes dois grupos, são o mesmo grupo, eu tenho a consciência que por mais formação que faça para estas pessoas, dificilmente elas encontrarão emprego quando estão em concorrência com jovens acabados de fazer o seu curso, seja um curso profissional, seja um curso superior, ou simplesmente um homem ou uma mulher de trinta ou quarenta anos, que evidentemente garante àquele empregador um tempo de trabalho muito mais longo do que alguém que possa ter a minha idade e a idade de muitos dos que aqui estão.

Não se trata de sermos velhos ou não sermos, trata-se da realidade e portanto, temos um número significativo de pessoas a quem as respostas que estão disponíveis são exatamente as do mercado social de emprego, em muitos casos, os CEI e os CEI+, das quais estas entidades aliás são largamente beneficiárias.

Ainda assim, nós temos estágios profissionais que visam complementar e desenvolver competências sobretudo aos mais jovens, promover o conhecimento sobre novas

formações e competências, temos uma outra medida chamada Contrato Emprego e temos os Contratos Emprego e Inserção.

Nos últimos três anos, nos anos de 14, 15 e 16, o número de pessoas que foram abrangidas por algumas das nossas medidas em associações daquelas que hoje estão aqui a realizar o seu XII Congresso, é muito significativo, porque se estas associações e estas instituições representam 6% do emprego remunerado no nosso país, elas representam sempre mais de 16% das colocações feitas com apoio através do IEF. E nalguns casos e nalgumas medidas, chegam a 30%, no caso por exemplo do CEI+, 30% dos CEI+ são exatamente em instituições do género das que aqui hoje estão. E também são estas que depois garantem empregabilidade a estas pessoas. Porque o grande problema que nós temos na medida CEI+, no Contrato Emprego Inserção, é que, se estas entidades representam trinta a quarenta por cento da totalidade dos beneficiários, os outros estão em entidades públicas, são estas entidades que garantem a quase totalidade da empregabilidade destes trabalhadores porque as entidades públicas estão, basicamente, proibidas de fazer contratação e portanto, um trabalhador que seja colocado por exemplo numa câmara municipal ou numa junta de freguesia, ou na segurança social ou noutra qualquer pública, que seja colocado por um CEI, dificilmente consegue lá colocação depois, porque nós estamos proibidos de contratar, enquanto que estas entidades são beneficiárias desta medida mas também contribuem para o aumento da empregabilidade e portanto, têm que continuar a merecer o nosso carinho e o nosso apoio.

Num contexto como este, de grandes desafios, eu diria que não há, nem parceiros disponíveis, nem atividade que sendo relevante e pertinente possa ser descartada. Tudo o que nós possamos fazer é necessário e é bem-vindo.

A tarefa de combater o desemprego e de, ao mesmo tempo, criar emprego e riqueza e redistribuí-la de forma mais justa, envolve todos e convoca cada empresa, cada autarquia, cada associação, cada serviço público, cada cidadão e cada cidadã.

No fundo, o que está aqui em causa e espero que hoje se possam aqui dar passos concreto nesse sentido, estou certo que isso acontecerá, aliás no fundo o que está em causa é a nossa capacidade para construirmos uma sociedade mais justa, mais democrática e mais desenvolvida, que é o que estas entidades procuram fazer há já sete séculos e eu espero que continuem a fazer nos tempos mais próximos e nos tempos mais longínquos.

Muito obrigado.

---

Olá, bom dia ou boa tarde a todos!

Os meus parabéns aos mutualistas, os meus parabéns por estes 720 anos de longevidade e este painel fala sobre rejuvenescimento. Fala sobre restituir o aspeto original, portanto, esta é a etimologia da palavra, não é? Rejuvenescer.

E quando eu fui convidado pelo Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração para estar aqui presente, hesitei um bocado, tal como também no anterior

painel alguém o referiu, se eu estaria à vontade para vir falar sobre Mutualidades, sobre Mutualismo, sobre Economia Social.

Bom, mas aí, quando se fala em Economia Social, então deixem-me dizer que efetivamente e modéstia à parte, na primeira fase da minha vida, em termos profissionais, eu comecei com, profissionalmente com um projeto que foi pioneiro em Portugal na altura para as Misericórdias e que tinha a ver com as empresas de inserção. Trabalhei relativamente à primeira empresa de inserção em Portugal, que foi criada no Fundão, através da Santa Casa da Misericórdia do Fundão, e que tinha a ver com empresas de inserção.

E isto só para dizer que aí eu já me começo a colocar um bocadinho mais à vontade para poder vir dizer aquilo que quero vir dizer. Eu sou um bocadinho disruptivo nos discursos, as pessoas já me conhecem, e percebem perfeitamente que sou um bocadinho às vezes cáustico, relativamente àquilo que está em questão.

E o que está aqui em questão é, eu vou tentar passar primeiro, tenho aqui, peço desculpa. Ok. Eu vou tentar passar por estes conceitos aqui, uma clarificação de conceitos, o que é que é rejuvenescimento e inovação? Que conhecimento da realidade e economia, Economia Social é que têm os jovens? O problema. Um dos problemas, a educação está ou não subjugada ao papel da economia? E porquê falar em organizações sociais sem fins lucrativos? Que tem aquela sigla, que papel social é que desempenham? E que papel é que tem a educação na orientação deste terceiro setor?

Eu afinal tinha aqui as ligações, vou só pedir agora que vocês atentem nestes dois vídeos que têm um minuto cada e vão-me tentar descontar este tempo, está bem?

Não se consegue?

Vamos por outra via.

Bom, mas enquanto o vídeo não passa, só dizer o quê? Dizer que o grande problema, relativamente à questão e foi esse o desafio que me foi colocado...

Vamos ouvir então...

O que é que é para ti a Economia Social?

Economia Social?

Economia.

Economia? Ser económico. Conseguir economizar o máximo que puder.

Hm, hm.

É basicamente isso.

Sabes o que é que são instituições de economia?



Instituições de economia? Não.

Economia. Economia Social. Já abordaste o conceito de responsabilidade social?

Sim.

E o que é que é para ti a responsabilidade social?

Ser muito responsável, com a sociedade.

Hm, hm. E isso passa por quê?

Por, por exemplo, tenho algum compromisso e chegar por exemplo a horas, ser responsável, por exemplo tenho que levar alguma coisa, dar tudo direitinho, mais ou menos isso.

E uma associação mutualista, já ouviste falar?

Não.

Associação mutualista. Mutualidades.

Não.

Não te diz nada?

Não.

Obrigado, Fabiana.

De nada.

Vamos passar ao segundo, por favor.

Olá Tatiana! Olha, diz-me uma coisa. O que é para ti a economia?

Economia. Talvez esteja ligada à moeda.

Hm.

Não sei muito.

E sabes o que é que é a Economia Social? Quando nós acrescentamos o conceito de social a este conceito de economia.

Não. Sabes o que é que são, se não sabes o conceito, provavelmente também não vais saber responder, o que é que são as instituições de Economia Social?

Não, também não sei.

Tu já abordaste o conceito nas tuas aulas provavelmente de responsabilidade social.

Sim.

O que é que é responsabilidade social?

Boa pergunta! Sinceramente...

Diz-me uma coisa e já ouviste falar em associação mutualista? Ou associações mutualistas? No Mutualismo?

Não.

Ok, obrigado Tatiana.

De nada.

Será fácil perceber daquilo que, uma breve entrevista, de um minuto cada uma, a cada uma destas alunas, alunas quase no 12º ano, portanto já têm entre 15, 16 anos, certamente podem ser filhas vossas que são também, vocês são mutualistas e elas são filhas de mutualistas, mas são pessoas que desconhecem completamente o que é que é o Mutualismo, desconhecem o que é a Economia Social, o que é que estamos a falar relativamente a isto. Portanto, este é o problema. Para mim, este é o problema.

É o problema de, a nossa sociedade, os nossos jovens perceberem, do que é que nós estamos a falar, quando falamos na assistência, quando falamos que um estado está em degradação social e que efetivamente é preciso que alguém, é preciso que nós próprios, consigamos encontrar soluções, para podermos suportar esse mal-estar que está criado socialmente.

Mas eu vou seguir aquilo que aqui tinha porque senão eu vou começar aqui a falar duma coisa e doutra, e depois vamos para outros caminhos, inovação significa também acrescentar valor e os jovens hoje acrescentam valor. Mas não são só os jovens. Os idosos também acrescentam valor. E quando falamos deste rejuvenescimento, falamos de que também esta faixa populacional, pode voltar um bocadinho atrás por favor, esse quadro eu não queria que ainda, obrigado, era relativamente a dizer que também os idosos podem perfeitamente rejuvenescer. E rejuvenescem.

Já aqui alguém ouviu falar na Airbnb? Airbnb é um sistema de locação em que eu me posso deslocar para uma cidade e em vez de eu ficar num hotel, fico numa casa. As taxas de ocupação do Airbnb, neste momento, que é uma plataforma eletrónica, plataforma eletrónica, utilizada através de um tablet ou de um telemóvel, a grande percentagem, é uma faixa populacional acima dos cinquenta anos, que a utiliza. Já para não falar nos milhões de utilizadores que já estão a ter este tipo de situação.

Bom, isto só para dizer e só para reforçar este aspeto, rejuvenescimento, nós temos que saber do que é que estamos a falar. Se estamos a falar de rejuvenescimento, falar em camadas populacionais jovens ou também menos jovens.

Então o grande problema é a educação está ou não está subjugada ao papel da economia? Resposta, para mim, ela está subjugada ao papel da economia.

O sistema educativo tem vindo a evoluir para formas que o vão afastando de um verdadeiro projeto educacional, tendo como principal referência desse projeto, o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, passando a consignar os seus principais objetivos do desenvolvimento dos sistemas produtivos, para os quais esses mesmos indivíduos devem ser formados e qualificados, mas não necessariamente educados.

E era isto que eu queria dizer. Nós primeiro precisamos de educar os nossos jovens, precisamos de saber educar os jovens que frequentam os ensinos regulares para que depois, possamos então falar de qualificações.

Porque formar por formar, tudo bem, ainda agora o meu colega de mesa disse e isso é muito importante, termos ciclos de formação cada vez mais longos e que as pessoas cada vez mais vão buscar formação, agora a educação, este conceito da consciência social, do que é ser social, é que é importante e tem que passar para os alunos.

E eu resumo isto dizendo que, neste sentido parece estar a acontecer, é que o tecido económico tenta cada vez mais monopolizar os currículos escolares e formativos, devotados a esses interesses organizacionais e menos aos interesses daquilo que são os interesses das pessoas, desmistificando a ideia de que, o desenvolvimento económico determina objetivamente as necessidades educativas dos indivíduos.

É visível uma tendência crescente, para que, o quê? Os agentes económicos tentam monopolizar o objeto educativo em favor dos dogmas da competitividade, da qualidade, da eficácia, da eficiência e da rentabilidade.

É aqui que reside o grande problema. Será a elevação do nível de educação da força de trabalho um requisito do desenvolvimento económico? E aqui o económico, janela larga. A escolarização maciça, ao nível do ensino secundário e superior nos países capitalistas, mais avançados, será útil ao mercado do trabalho, ou irá representar um fator de desequilíbrio e a grande praga da super produção nesse mesmo mercado? Que é exatamente aquilo que o meu colega dizia, do IEF. Será que nós não estamos a formar para depois termos uma sobrelotação de formação em determinadas áreas que não são necessárias?

Até que ponto pode então este sistema economicista determinar o sistema educativo, refletindo a apropriação que a economia vai fazendo na educação, introduzindo a educação no planeamento global da economia e na gestão dos recursos humanos e das organizações, marcadamente produtivas, atribuindo à educação um carácter produtivo e construtivo do tecido económico.

Vou só fazer aqui mais um parênteses para dizer o quê? Porque vocês chamaram um agente educativo para aqui que está envolvido na criação de cursos, na potenciação de responsabilidade social, de responder à necessidade de formação num determinado território e aquilo que eu tenho vindo a assistir, permitam-me dizê-lo com toda a franqueza, é que continuamos a batalhar no mesmo erro em Portugal.

E quando nos dizem a nós, instituições educativas, que devemos dar resposta àquilo que são as necessidades reais do local onde nós estamos, eu pergunto se efetivamente

isto corresponde à verdade. Eu não vou entrar, não tenho tempo para isso, mas vou-vos só dizer e dar-vos um exemplo, de que não. Isto não está a ser feito! O Estado não está a ser responsável. Os políticos não estão a saber decidir.

Eu digo-vos isso porque eu por exemplo estou numa região, Paços de Brandão, *cluster* da cortiça, *cluster* do papel, muito próximo do *cluster* do calçado, rapidamente nós podemos perceber que estamos a falar duma área que, a marroquinaria que está associada a isto, a todos estes setores, é uma área muito importante, em termos económicos e de empregabilidade.

E nós propusemos um curso técnico superior profissional para podermos então iniciar um processo lento de construção de uma nova procura, que é esta por parte das empresas que estão a crescer como cogumelos, nesta área ligada a estes setores. Resposta de um técnico: o vosso projeto formativo e científico está mais ligado às ciências empresariais do que à área que vocês estão a solicitar. Isto em traços gerais.

Desculpem, isto é a mesma coisa que me dizerem, ó Délio, tu não podias ser filho do teu pai e da tua mãe. Porquê? Porque não tens os olhos do teu pai, não tens a boca da tua mãe, portanto não podias nascer. Ou seja, o que me estão a dizer é, como não há historial nesta área, não podes criar. Provavelmente se vier uma instituição pública, poderá criá-la. Mas à iniciativa privada, é vedado esse acesso. Bom, mas isto são contas de outro rosário.

Mas só para nós percebermos que efetivamente quando queremos avançar muitas das vezes em termos educativos, também isso não é permitido.

Só muito rapidamente uma outra situação também, que aconteceu no ano passado. Chegado eu da Guiné, abraço um projeto também que tem a ver com uma escola profissional e que há a necessidade da criação, da continuidade de um curso que é técnico de vendas. Estive durante quatro meses a lutar com o Secretário de Estado e com os gabinetes, com os adjuntos, para a possibilidade da continuidade desse curso. Não, não pode ser, não pode ser, não pode ser, não pode ser! Justificação: os fundos. A participação à turma. Não se podia aumentar. Mas, com muita insistência e hoje está aqui o representante do Senhor Secretário de Estado que teve um papel fundamental porque também me visitou nessa altura e que percebeu perfeitamente a nossa necessidade e que ajudou nesse sentido e efetivamente o curso veio a ser aprovado. Mas o mais caricato de tudo isto, é que depois, a Associação Nacional de Qualificação para o Ensino Profissional, ANQEP, pede a uma entidade que não faço aqui publicidade dela, uma consultadoria, faz um estudo da Área Metropolitana do Porto, e chega à conclusão que para este ano ou chega à conclusão naquilo que faz em termos de inquéritos aos empresários, que afinal o técnico de vendas até é a segunda, a segunda procura mais notada por parte dos empresários da região. Então o que é que estamos aqui a fazer? Só porque há um estudo de alguém externo, porque é mandado por um determinado organismo, esse é válido, mas não é válido aquilo que as instituições no terreno sentem como necessidade?

Eu estou a fugir completamente aqui a isto que tenho aqui escrito, só para dizer mais uma coisa. Efetivamente nos currículos escolares e aquilo também que o Diretor do IEFP diz e com razão, eu já há dezoito anos atrás, quando iniciei a minha vida

académica, utilizava, desde sempre, uma citação nos meus testes e que dizia o seguinte: nós vivemos uma cultura instantânea de mobilidade imprevisível. Por favor comente. Era isto que eu perguntava aos meus alunos. Não está a acontecer hoje, já acontecia há dezoito anos, certamente já acontecia antes de eu colocar essa questão.

Porque a cultura de facto é uma cultura instantânea. A sopa já não é só a sopa da nossa avó, cozida no pote, na fogueira, como a minha avó o fazia em Trás-os-Montes. Não. Nós hoje vamos ao supermercado, tiramos o pacotinho, metemos na chávina e sai uma sopa instantânea e é sopa na mesma. Agora, cuidado, não é da mesma qualidade. É aí que reside a diferença. É este o aspeto que é importante.

E nessa altura também me lembro e estão aqui pessoas nesta sala que sabem perfeitamente que os currículos escolares na altura de uma instituição que eu também supervisionava tinham uma disciplina chamada Economia, Economia Social e Cooperativismo. E sabem o que é que aconteceu relativamente a essa disciplina, que tão importante era e que era lecionada por mim? Sabem o que é que aconteceu? Vieram as comissões de avaliação dos Ministérios, segundo as orientações emanadas não sei de onde, dizer, eu agora ia utilizar aqui uma expressão menos própria, mas em inglês, mas só para dizer o quê? Dizer assim, mas permitam-me esta expressão, no Brasil isto é asneira, aqui não é. Porra! O que é que isto está aqui a fazer no currículo? Na área da fisioterapia? Economia, Economia Social e Cooperativismo? Na área da educação física e do desporto? Na área da educação básica? Na área da educação de infância? Lá tínhamos nós que justificar, ir justificando, a necessidade imperiosa de que os nossos jovens, que consultam muito mais o professor Google, do que consultavam o professor Délio, se calhar, não é? De lhes dizer, olha em vez de irem ao Google, tentar ir buscar alguma informação, nós tentamos passar esta necessidade e esta nossa ligação emocional a um setor, que é um setor social, que tem uma evidência muito forte, que vocês certamente vão necessitar dele, é muito importante, onde vocês têm que estar envolvidos, e onde vocês podem criar valor.

E só quando chegámos ao final da unidade curricular é que os alunos percebiam perfeitamente o que é que aquilo queria dizer então nesse currículo. Mas infelizmente, as comissões de avaliação da agora, de uma denominada Agência para a Acreditação do Ensino Superior, decidem que são eles que têm todo o conhecimento e são eles que decidem o que é que de facto é importante.

Portanto, eu vou terminar em três minutos, só para dizer o quê? Que este progressivo descomprometimento do Estado, agrava a situação social e obriga ao surgimento de alternativas, alternativas privadas, de produção de bens e serviços sociais e neste sentido, o setor das organizações de Economia Social, correspondem a essas exigências.

No que diz respeito aos últimos 150 anos, a Economia Social é de facto uma expressão e um fenómeno que tem vindo a ganhar relevo, bem como os seus objetivos, intimamente ligados à solidariedade e ao desenvolvimento integrado da comunidade e do homem.

O conceito de Economia Social é um dos pilares do modelo social europeu, tendo contribuído para a coesão social, para a democratização das atividades económicas e sociais e para o desenvolvimento regional e para a criação de emprego.

O interesse que se desenvolveu pela área, relativamente às organizações da Economia Social em Portugal, é o facto da sua crescente expressividade e impacto social na sociedade atual.

Esta realidade, então, exige às organizações sociais sem fins lucrativos, a necessidade de fazerem uma avaliação e uma reestruturação dos recursos que têm disponíveis, de forma a deixarem de ser tão dependentes de outras entidades e desenvolver a sua capacidade de autonomia, inovação e sustentabilidade.

Nós não falámos antes de entrarmos para aqui, não nos conhecíamos e utilizou exatamente esta expressão. A sustentabilidade.

Assim, entendemos que a sua importância está de facto associada a uma maior complexidade de quê? Da sua estrutura organizacional, porque as Mutualidades cresceram, porque as instituições todas elas do setor social cresceram, a sua estrutura aumenta, o que vem reforçar a indisponibilidade da utilização de ferramentas muitas das vezes de gestão adequadas. Por consequente, o que é que acontece, a maioria das organizações sem fins lucrativos, apresenta défices de gestão e de liderança, o que significa que se não existir a utilização de ferramentas de gestão com base numa estratégia, num planeamento definido, numa avaliação muito precisa, com indicadores económicos e não económicos, para responder a estas necessidades, o que é que pode acontecer? Estas organizações sem fins lucrativos podem comprometer o sucesso da sua missão e consequentemente também a sua própria sustentabilidade.

Temos de ter a noção da importância do conhecimento da existência de práticas e ações de gestão em organizações sem fins lucrativos, equacionar a sua sustentabilidade. Esta tem sido uma vertente muito importante no progresso de qualquer organização que necessite de criar ou inovar, face à competitividade e também à própria saturação dos mercados já existentes.

Como é que nós compreendemos a importância da gestão estratégica na sustentabilidade? Por exemplo em Portugal, o setor da Economia Social em Portugal face ao contexto europeu? Em Portugal o conceito de Economia Social está pouco desenvolvido, quando em comparação, por exemplo, com países europeus, nomeadamente e vamos mais uma vez à Suécia ou à Finlândia. Tanto na Suécia como na Finlândia, este conceito adquiriu mais clarificação devido à própria estrutura da sociedade civil, que tem privilégios quanto à sua expressão e organização. Assim, nestes países, tem-se gerado o quê? Empresas sociais que têm como objetivo a maximização do lucro mas em que a totalidade ou parte desse lucro é reinvestido no desenvolvimento social, na educação, na cultura da população.

É uma clara diferença daquilo que é a realidade portuguesa. Lá assistimos a estratégias de sustentabilidade dos sistemas de segurança social diferentes das do nosso país, em que o Estado de providência e a sociedade civil, se reorganizam de forma a cobrir grande parte das funções sociais. Iria utilizar aqui também aquilo que um antecessor do



painel anterior disse, que somos o país do desenrasque, portanto nós vamos conseguir sempre encontrar uma alternativa mas sem olharmos de fundo àquilo que efetivamente é necessário.

É de salientar que nestes países nórdicos, existe o quê, então? Uma maior consciência social, que seria importante desenvolver na sociedade portuguesa. Foi por aqui que eu comecei, é aqui que eu estou a reforçar este aspeto. A consciência social do Social em Portugal. É isto que nós precisamos. Olhamos para a plateia e vemos que os jovens, muitos dos jovens não estão cá. Porque a sua realidade já não é a realidade do face-a-face. É uma realidade interativa. É uma realidade distante. É uma realidade de já não quererem debater problemas connosco cara-a-cara. Se calhar estão ao pé de nós e estão a teclar a dar-nos respostas. Isto acontece no sistema educativo. Portanto, não estou a dizer nada de extraordinário.

Em Portugal, tem-se assistido a um desenvolvimento e crescimento do setor social, sobretudo ao aumento do número de cooperativas, bem como ao aumento do interesse neste campo com a expansão de investigações científicas nesta temática.

Embora existam organizações que facilmente identificamos como fazendo parte da Economia Social, as Cooperativas, as Mutualidades, as Fundações, Associações, entre outras, ainda, isso hoje também foi aqui falado, não existe a ideia expressa na sociedade, de um setor único, senão na Constituição da República e entre os académicos. Neste sentido, existe a necessidade da criação de uma organização que se congregue e que divulgue em nome deste setor, que falta um interlocutor governamental, falta legislação geral, faltam estudos gerais que contabilizem e que caracterizem o setor.

Falta o consenso acerca de um interesse comum ou de uma identidade mínima comum. No entanto, apesar de não existirem estas estratégias de divulgação, expansão do setor da Economia Social acima referidas, existem alguns dados, que comprovam a sua existência e a dinâmica da sua existência.

E eu tenho aqui uma nota muito simples, só para dizer aqui glória a quem a deve ter e de facto, o Luís Alberto, tem feito muito para divulgar aquilo que é o papel das Mutualidades e eu por mim posso dizer que, comecei a perceber muito mais o que é que eram as Mutualidades quando o Luís começou a aparecer efetivamente com esta noção nos meios de comunicação social, em toda esta sua dinâmica, que também já hoje foi espelhada, do bater à porta, do insistir e disto e daquilo.

Quando abordamos estas questões no meio académico, não está aqui o deputado, caríssimo e ilustre deputado, mas ele já me tinha roubado aqui alguns dados, eu só os vou novamente repescar para reforçar isto. Um estudo que foi feito em parceria entre o INE e a John Hopkins University, nos Estados Unidos, evidenciou que em Portugal, as organizações sem fins lucrativos, apresentavam 5,3 da força de trabalho nacional, verificando-se um maior impacto neste setor, no que diz respeito ao emprego, quando comparado com outras áreas. Estas organizações sem fins lucrativos em Portugal, empregam cerca de trezentas e cinquenta mil pessoas. À altura do estudo, pelos dados que tínhamos, eram cento e oitenta e cinco mil, julgo, aproximadamente, os dados, lá está, não estão categorizados, estamos em cerca de trezentas e cinquenta mil pessoas,

responsáveis pela produção de bens e serviços, que foram avaliados em mais de seis vírgula sete milhões de euros.

Deste modo, o setor das organizações sem fins lucrativos, era responsável à altura, em 2006, por dois vírgula sete milhões de euros de riqueza, julgo que hoje estamos nos três vírgula sete milhões de euros de riqueza, o que equivale em 2006, a dois por cento do PIB nacional, hoje a cerca de três por cento do PIB nacional. E, em termos das áreas consideradas, em quinze, o setor das organizações sem fins lucrativos, estava em décimo segundo lugar em 2006 e julgo que hoje se apresenta quase em sexto lugar.

Já me estão a mandar calar e portanto, então, vou tentar aqui, também já é rápido, estou mesmo, mesmo a acabar. Dizer só então para finalizar que, relativamente às organizações de Economia Social, verificamos que estas têm alcançado uma grande notoriedade, uma grande expressividade, na sociedade atual, porém a importância destas organizações vem também associadas a uma grande complexidade da sua estrutura organizacional, o que vem reforçar, insisto nisto, na indisponibilidade da utilização de ferramentas de gestão adequadas.

Por conseguinte, a maioria destas organizações apresenta défices de gestão e de liderança. Neste sentido, passo a apresentar o quadro que, ok, já me facilitaram a vida, que são os desafios, no fundo, que se colocam, ao Mutualismo, ou se quiserem, também, em geral, às organizações sociais do terceiro setor. O aumento da concorrência, o aumento da exigência por parte dos *stakeholders*, aqueles que estão à nossa volta, a urgência da inovação, da profissionalização das diversas áreas funcionais da gestão, do marketing, dos recursos humanos, das finanças, contabilidade, controle de gestão, operações, da retenção de colaboradores com idades compreendidas entre os 30 e 50 anos, uma faixa etária que aqui é menos compatível com baixos salários, da capacidade de atração de talento jovem, o idealista, aquele jovem idealista e que aporta, traz inovação a estas organizações, da mobilização de voluntários com elevadas competências profissionais, o desafio da sustentabilidade económica, que nós também já falámos, o aumento da sua escala de atuação, eu tinha aqui uma nota só para dizer que aumento da escala de atuação porquê? Já se falou aqui também da importância do Mutualismo ir para fora, e também já foi evidenciado pelo Presidente do Conselho de Administração esta aproximação que foi feita já com São Tomé e Príncipe e que com Cabo Verde certamente já está feita e que também daquele país que eu conheço e que está no meu coração que é a Guiné Bissau, que ainda é um dito país, ou seja, que está a tentar encontrar o seu caminho, que também tem uma urgência fundamental, de que alguém aporte para este país algo que é extremamente útil e que as Mutualidades podem perfeitamente trilhar aqui também o seu caminho e desbravar de facto uma assistência muito mais forte.

De *networking* e estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais, de prestação de contas, da transparência no funcionamento, da diversificação das fontes de financiamento, os desafios da atualidade e o aumento da concorrência.

Portanto, estes são os desafios com que as instituições de terceiro setor têm pela frente, que têm que olhar e fazer acontecer alguma coisa para estarem preparados e portanto, é por aqui que eu me fico, peço desculpa por me ter alongado, mas eu já sei que sou

assim, também quando me convidaram, já sabiam que eu não me ia fixar nos dez minutos.

Muito obrigado a todos.

---

Muito obrigada aos colegas da mesa. Passava agora a palavra à plateia para colocarem as questões que entenderem.

---

Boa tarde. Saúdo a mesa. Gostei muito de ouvir os três oradores. Muito aprendi. Eu sou Licínia Martins d'A Previdência Familiar do Porto. Não é costume eu intervir publicamente porque pertenço àquele grupo que não tem o dom da palavra e de comunicar e o Dr. Luís Alberto já me conhece, mas ele sabe que é o meu ídolo no Mutualismo, não há dúvida, tenho procurado seguir os seus ensinamentos, dia a dia.

Há mais de trinta anos que eu estou nas IPSS, que eu procuro a nível de voluntariado estar presente na sociedade, aonde estou inserida. Embora tenha nascido na Beira Alta, tenho vivido no Norte, em Esposende e então senti-me na obrigação de dar aqui o meu testemunho, hoje, como mãe, fui professora trinta e seis anos, de contabilidade na Secundária Henrique Medina em Esposende e sou mãe de quatro filhas, que são o meu orgulho e o meu testemunho é nesse sentido. Daquilo que nós podemos passar aos nossos filhos, é testemunho, não é de sermões. E portanto, como professora sabia que a minha capacidade de intervir, digamos, nos meus alunos, escolha de opções de caminhos era importante, nas filhas eu fiz questão de, desde o início, dar o meu exemplo, e então, só porque já estamos adiantados na hora, das quatro filhas, posso começar pela mais velha, neste momento acabou quinze dias de voluntariado na Tailândia. As outras duas estão no Qatar, duas a dar aulas. Esta que acabou o voluntariado na Tailândia, é de gestão de empresas, estava há um ano desempregada e foi para o Qatar dar aulas, Business e Economia, onde já estava a irmã, professora de matemática, portanto, incentivada por ela, estão lá duas.

E portanto, a mais velha o voluntariado acabou, vem agora para férias. Portanto, uma parte das suas férias, deu-a. Deu-a aos outros, foi, disse-o muito interessante, tenho esse feedback. A outra, que está no Qatar, participou naquele programa "Portugueses pelo Mundo", foi uma das, era a professora de matemática, não sei se alguém por acaso assistiu a esse programa de televisão no Qatar dos "Portugueses pelo Mundo". A terceira, que é a única que está em Portugal, tenho três no estrangeiro e a que está em Portugal, casada com um Australiano, está em Esposende, é economista e faz parte já de uma IPSS, de um órgão social de uma IPSS. Este é o exemplo. A mais nova, médica, portanto, não foi porque estava desempregada que foi para Inglaterra, mas foi a primeira, foi a perscrutora, abriu o caminho a outros colegas, quis ir para Inglaterra tirar a especialidade. Já está há cinco anos lá, tem mais um ano, e ela, enquanto o seu percurso como estudante de Medicina de Braga, da Universidade do Minho, ela fez três anos de voluntariado no verão, na Índia, de onde veio doente, nos Camarões e na Indonésia. Vejam, portanto, este digamos é o meu testemunho. Mais do que falarmos, é bom darmos testemunho do dia a dia, de ajudar os outros, ser solidárias e eu tenho

orgulho imenso das minhas quatro filhas, que, cada uma da sua forma, não é, mas procuram estar presentes. Só dar mais um exemplo da minha Previdência Familiar do Porto, como o serviço, a qualidade do serviço, a humanidade deles, essa minha filha mais nova, médica, faz questão, para mim ficava-me mais barato se fosse ao dentista em Esposende, mas não, vem à Previdência, sempre que está aqui de férias e faz questão porque efetivamente é um serviço de qualidade, muito humano e que está muito próximo, a tal proximidade das pessoas.

Eu peço desculpa por ter demorado muito tempo, a minha intervenção, mas eu senti-me na obrigação de dar este meu testemunho.

Obrigada.

---

Mais alguma questão? Então se me permitem vou seu... Ah, ok. Por favor.

---

Boa tarde a todos. Eu felicito a mesa e também o Dr. Luís Alberto pela organização deste evento.

Eu estou há muito pouco tempo no Mutualismo, mas hoje aqui aproveito, tendo ouvido o senhor, penso que é Presidente, não é? Do IPDJ?

Diretor.

Diretor do IPDJ, em que apela a que realmente temos que incentivar os nossos jovens ao Mutualismo e ao Associativismo e eu estou perfeitamente de acordo, mas depois, a seguir, nós vemos dois vídeos. E eu pergunto, que geração é que nós estamos a criar, em que duas estudantes que estão à beira do 12º ano e o 12º ano no meu tempo já era algo bastante avançado, não é? Porque ou se ficava por ali ou se ia para a faculdade. E como é que duas jovens que estão à beira do 12º ano, não sabem sequer definir Economia? Então, que país é o nosso? Estamos de facto, parece que há aqui qualquer coisa que não está de facto a funcionar, não é? O nosso sistema educativo, não está realmente compatível com, depois, todo este mundo em que nós estamos inseridos, lá está, está a ser realmente estrangulado pelo economicismo, não é? Porque chegar a esta fase da nossa vida e não saber o que é Economia é de facto bastante grave. É só isto que eu tenho a dizer. Obrigada.

---

Ok. Antes de passar a palavra aos oradores, eu vou deixar ficar uma questão a cada um. Não resisto. Eu tirei aqui uma série delas, mas vou ter que escolher só uma, até pelo adiantar da hora. Mas queria deixar ficar as seguintes questões: relativamente ao Dr. Vítor Dias, colocava-lhe a questão: como poderá o Instituto Português do Desporto e Juventude, contribuir para aproximar os jovens do Mutualismo?

Em relação do Dr. António Leite, por favor, colocava a seguinte questão: evidenciando a conta satélite da Economia Social um papel importante deste setor na criação do

emprego e na estabilidade do emprego, como se justifica que os jovens em geral, prestem tão pouca atenção a este mercado, no momento da procura do emprego?

E a outra questão que colocava também ao Prof. Délio, isto é difícil porque eu tenho aqui imensas e tenho que escolher uma delas, mas colocava a seguinte questão: portanto, como é que é possível que saia tanta gente do 12º ano e da universidade, atendendo à importância da Economia Social e da importância que a Economia Social tem até avaliada pelo VAB, como é que é possível que ainda tanta gente saia das universidades e do secundário sem nunca ter ouvido falar da Economia Social ou de Mutualismo?

---

Começo eu? Vai pela ordem? Muito bem. Muito obrigado pelas questões. Relativamente às questões das jovens não saberem definir Economia e Economia Social, enfim, eu, não é bem a minha área, tenho aqui dois ilustre colegas que estão mais relacionados com a área da educação e da formação, eu tenho a minha opinião pessoal, mas não queria tecer muitos comentários, a não ser que, dizer que obviamente isto tem muito a ver com o tipo de formação que se dá com o processo de ensino e aprendizagem, com aquilo que se passa dentro da sala de aula e com, eventualmente também com a oferta, enfim, com os percursos educativos, para que é que vos serve a escola, enfim, mas isso levar-nos-ia muito longe, e portanto, não é aqui o debate, uma coisa lhe garanto, se perguntar a qualquer um jovem, que participe como voluntário, numa organização, numa associação juvenil e que esteja envolvido de alguma forma nestes processos da chamada educação não formal, seguramente que lhe sabem responder a essas perguntas. Portanto, daí a vantagem, não é? Portanto, eu aqui mais estou a representar a educação não formal, cada vez mais isso é valorizado, onde se incluem obviamente a atividade das IPSS, das Mutualidades, das Associações, das Cooperativas, enfim, todos esses mecanismos. Outra coisa curiosa, é que, ainda em relação às questões da formação e da qualificação, obviamente e acho que ninguém tem dúvidas disto, nós estamos perante a geração mais qualificada de sempre. E como disse o Dr. António Leite, o meu amigo Diretor-Regional do Emprego, há um mito ou houve um mito, que está a mudar na sociedade portuguesa, que nós tínhamos licenciados a mais e que a educação e a formação não servia para nada, e isso é o discurso mais perigoso que há, porque como dizia um amigo meu, maior que os custos em educação, vejam quais são os da ignorância e experimentem os da ignorância. Nós não precisamos de experimentar, porque tivemos cinquenta anos disso. E eu, enfim, não sou bem dessa geração, mas posso dizer porque os meus pais passaram por lá e eu ainda fui buscar um bocadinho disso e portanto eu acho que nós temos que continuar a apostar na qualificação, na formação das pessoas, na educação, podemos discutir a que serviço de quem é que está a educação, mas isso é outra conversa.

Bom, respondendo à questão da senhora moderadora, o Instituto está, eu dei aqui assim alguns exemplos, alguns como desafio. As associações juvenis, são excelentes laboratórios de experimentação e de experiências de novas atividades, de inovação, de possibilidades das pessoas aprenderem a comunicar, a falarem em público, a desenvolverem um conjunto de competências que a escola formal não responde. Acho que há experiências muito interessantes de coisas que começam nas associações

porque as associações, as juvenis e provavelmente outras, têm esta vantagem que não têm aquela carga institucional, aquele peso de que se as pessoas errarem, é uma chatice. E aqui podem experimentar, sem essa carga, e portanto, a minha, aquilo que eu posso dizer é que estou totalmente disponível e falo pela Direção Regional do Norte no Instituto, para com a União das Mutualidades, podermos encontrar aqui alguma forma de cooperação, de colaboração e de podermos começar a envolver as associações juvenis neste processo, alguns jovens eventualmente partilharem, partilharmos experiências, partilharmos formação, experimentar algumas coisas que depois possam eventualmente ser replicadas, portanto, acho que há aqui terreno para nós podermos colaborar, respeitando aquilo que é a identidade de cada um, aquilo que é a autonomia de cada um, e a importância que cada um tem no seu território, mas seguramente que juntos, podemos ser muito mais do que a soma das partes. Estou totalmente disponível.

---

Muito obrigado pela questão que colocou, que eu acho que é pertinente. Eu confesso que diria que, estes jovens provavelmente não pensam nestas estruturas quando procuram o seu primeiro emprego pela mesma razão que não estão cá e não estão. É verdade. Eu olho daqui, e se olharem daqui ou se olharem de qualquer lado, perceberão que os jovens que aqui estão são pouquíssimos e portanto, há de haver uma razão para isso. Ou melhor, eu acho que há várias razões para isso. E é um trabalho que nós temos que fazer. Não há sobre isso nenhuma dúvida. Eu diria que estamos perante um problema de falta de informação, nós criamos um mito de que hoje, na chamada sociedade de informação e do conhecimento, como se aliás fossem sinónimos, o conhecimento e informação estão disponíveis e portanto são, por si só, acessíveis. Não é verdade.

Um dos grandes problemas que eu tinha com os meus alunos, ou melhor, que eu gostava que os meus alunos não tivessem, era quando eles achavam que qualquer dúvida que tivessem, iam à internet e a resposta estava lá, não tendo sequer a consciência de que na internet está a resposta ao que lá está mais as coisas mais extraordinárias e falsas que se possa imaginar porque para estar lá, basta que alguém lá ponha. E portanto se nós decidirmos hoje por absurdo criar, cada um de nós, criar um boato e o colocar na internet, eles farão o seu caminho. Não é?

E um jovem que não tenha capacidade para discernir entre o que é conhecimento, entre o que é informação, entre o que é a aplicação do conhecimento, e se não tiver quem lhe faça a mediação, estará, do meu ponto de vista, em pior situação do que aqueles que não tinham informação. Porque pior do que não a ter é eu achar que a tenho e portanto definir os meus caminhos e as minhas opções de forma errada, achando que estou completamente certo naquilo que estou a fazer. É a pior opção de todas, no meu ponto de vista. Informação. Depois as questões da moda. Os jovens e nós todos já fomos jovens, não é? Ainda bem. Mas já fomos. Os jovens são muito permeáveis às questões dos modismos e provavelmente se nós conseguirmos chegar lá dalguma maneira, talvez consigamos que esta situação que hoje existe, não tenho dúvida, possa ser invertida. E depois temos que tornar estas instituições atraentes para os jovens.



Os jovens têm hoje, como aliás nós, uma extraordinária fonte de ofertas diversificadas, para ocuparem o seu tempo e portanto, se nós não formos capazes de tornar as nossas ofertas atraentes, eles seguramente não as escolherão. Isso para mim é absolutamente claro.

Porque não é completamente verdade que os jovens não procurem instituições, não procurem associações, porque eles procuram, aliás, nós somos seres gregários, nós procuramos o que nos é semelhante, o problema é que aquilo que hoje nos une aqui nesta sala, diz muito pouco à generalidade dos nossos jovens, como muitas outras questões aliás dizem, e eles respondem a outros interesses, a outras motivações e o que nós temos que ser é inteligentes para que, efetivamente, conseguirmos trazê-los para cá, porque eu sei que há muita atividade destas instituições que pode ser interessante para os jovens, para além da simples criação de emprego que é tão importante e portanto, eu gostava de dizer isto e depois, gostava, com toda a franqueza, também de dizer alguma coisa sobre a questão das duas jovens, porque eu acho que quando nós vimos aquelas duas jovens, estamos perante três problemas.

Primeiro, o da generalização. Como é que nós, com dois exemplos, podemos generalizar para toda uma faixa etária que deve ter umas largas dezenas de milhares de jovens? Primeiro problema. Segundo problema, há de facto um problema de desconhecimento, não tenho dúvida. O que nós nos devíamos preocupar perceber é porque é que há esse desconhecimento e o que é que nós temos que fazer para que esse desconhecimento seja mudado. Mas eu também vos devo dizer que provavelmente faríamos todos tristes figuras, se nos fizessem a mesma pergunta a nós. Não é?

Eu como sou professor de português, procuro ensinar aos meus meninos e são meus meninos porque eles são do 2º Ciclo, quando eu pergunto o que é a Democracia, eles não podem dizer que é um sistema democrático, porque é das regras não usar a mesma palavra para a explicar. As duas jovens cometeram esse erro. E portanto, não há dúvida que nós temos um problema de dificuldade de pôr os nossos jovens a explicar coisas, mas nós também os temos. E este é o segundo problema, que foi o que foi mais mencionado, mas que é um problema. É o problema de alguma dificuldade em explicar as coisas e de dominar alguns conceitos básicos. E apesar de tudo, elas são de 11º ano, não são do 5º ano da faculdade, portanto, ainda há aqui, apesar de tudo, alguma diferença.

E há um terceiro problema e neste é que eu serei completamente franco, é que eu também acho que era desnecessário expô-las desta forma. Até podem ter dado autorização, certamente que deram, não é isso que está em causa, mas aquela pergunta, teria o mesmo resultado para muitos outros de nós que eu aqui, eu provavelmente não daria uma boa resposta à pergunta do que é Economia e então se perguntarem o que é Economia Social, provavelmente não terei uma boa resposta para esta pergunta e portanto eu acho que, nós por vezes caímos nestes problemas, eu acho que todos eles são apesar de tudo, resolúveis e dependem também de nós fazê-lo.

Gostava só de fazer uma pequeníssima referência, já que toda a gente incumpriu o tempo também, já agora, porque eu acho que com franqueza, olhando aquela imagem

que eu creio que foi o Eurico que sobre o que é que o português podia fazer naquela fábrica ideal, era estar lá na campânula de vidro, à espera que houvesse uma situação de emergência. Eu acho que verdadeiramente o português podia estar em qualquer lado da fábrica, desde que não fosse a gerir o tempo. Porque nisso somos verdadeiramente maus. E esta manhã, acho que é um excelente exemplo da forma como gerimos mal o nosso tempo.

Mas acho verdadeiramente que os portugueses podiam estar em qualquer um daquelas aspetos que foram mencionados, até dentro da campânula de vidro também, à espera das situações de emergência.

Mas, a questão, e este é um debate que eu acho que seria até muito interessante e seria engraçado que ele pudesse ocorrer a partir de um congresso como este, a questão da relação entre a educação e a economia.

Como já perceberam, há muitos que o sabem, aliás, eu sou professor. Eu diria que estou dispensado temporariamente da educação para estar no IEFP, mas não consigo deixar de pensar como professor e como profissional de educação com 33 anos de serviço.

Eu também acho que Educação não pode e sendo o termo subjugação, então é que não pode mesmo, não pode ficar subjugada à Economia. Não pode! E não tenho dúvidas que a Economia ou alguns agentes económicos, lá está, a dificuldade dos conceitos, alguns agentes económicos gostariam bem que a educação lhe ficasse completamente subjugada aos seus interesses, nomeadamente ao tipo de sociedade que nós temos. Mas eu também sei e todos nós sabemos, que a educação não pode ser completamente independente da Economia. Aliás, o ex-Secretário de Estado da Saúde, que mesmo que tenha tido pouco tempo como Secretário de Estado, tem muito tempo como experiente homem da coisa pública, explicou-nos como é que a Saúde está dependente da Economia. E como é que pode contribuir para a Economia. Porque é muito simples, se a Economia não produzir, eu não tenho orçamento para pagar a Saúde, tal como não tenho orçamento para pagar a Educação.

A dificuldade é, e a Educação tem até uma vantagem que aliás a Saúde também tem que é ela própria contribuir para que a Economia produza mais riqueza e, portanto, temos um sistema que funciona não em círculo vicioso, mas, espero eu, que em círculo virtuoso, em que a Educação e a formação profissional, pode contribuir para que a Economia cresça e para que haja mais desenvolvimento. Não necessariamente mais crescimento, mas mais desenvolvimento.

E, se tivermos mais Economia, se tivermos um país a produzir mais, seguramente temos capacidade para investir mais. Na Saúde, na Educação, na Segurança, já agora, e numa série de outras coisas que são obrigação do Estado, com todo o apoio que todas as outras instituições podem dar, e portanto, eu tenho é que conseguir o equilíbrio, o que não é nada fácil, aliás os portugueses são pouco dados a equilíbrios, não é? Somos muito mais dados a coisas extremistas, ou somos ótimos, ou somos péssimos, basta ver o que nos aconteceu nos últimos dois meses, como éramos ótimos até há um mês atrás, até ganhámos um campeonato Eurovisão, como éramos ótimos e de repente passámos a ser péssimos. Repararam como foi rápido? Tragicamente rápido! E portanto, não somos nada dados a equilíbrios. Mas eu acho que o que nós devíamos

procurar fazer, passo esta generalização que eu próprio acabei de fazer, é a de conseguir este equilíbrio entre uma educação que de facto forme cidadãos, mas que não forme cidadãos de forma completamente à parte do que é a realidade económica do país.

Eu não acho que a escola tenha que formar trabalhadores para que no dia seguinte saírem para a empresa A, B ou C, mas a escola não pode deixar de contribuir para a criação de cidadãos que tenham competências profissionais que lhes permitam ser empregados nas empresas A, B ou C, incluindo aquelas que nós ainda não sabemos que vão existir nos próximos anos, porque eu acho que essa é a grande vantagem da educação, não é tanto o que se ensina naquele momento, eu quase toda a minha vida fiz coisas que pouco tinham a ver com o curso superior que tirei. Porque como de facto dou aulas mas de forma intermitente, tenho estado mais tempo a fazer outras coisas, agora, o que eu acho que é fundamental é que quem faz um longo percurso de formação, aprenda coisas, obviamente, e aprenda a capacidade de aprender e a curiosidade de aprender coisas novas.

E se nós conseguirmos que os nossos jovens façam isso, se aquelas duas jovens tiverem curiosidade em saber o que é Economia, elas vão descobrir o que é Economia. É responsabilidade nossa criarmos a necessidade delas quererem saber o que é que é Economia.

Muito obrigado.

---

Eu também ia refletir sobre esta questão e dizer que, objetivamente, Dr. António Leite, o processo deontológico ao qual eu obedeço foi cumprido, anonimato das pessoas, não identificação do local e permissão dessas pessoas para que pudesse passar o vídeo. Portanto, isso para que fique claro que nunca o fiz, nunca o farei e portanto, aquilo que aqui trouxe foi exatamente um testemunho apanhado muito repentinamente, exatamente para provocar esta discussão e levantar exatamente a discussão em torno daquilo que é fundamental que é, como é que estão os nossos jovens hoje preparados. Não está aqui em questão aquelas duas alunas, elas não são reflexo e o Dr. António Leite disse e muito bem, não podemos generalizar, porque eu poderia ter apanhado uma outra aluna que me respondesse muito bem a dizer o que era a Economia Social. Por acaso não apanhei! Dentro daqueles exemplos, dentro daqueles exemplos. Portanto, aqui o que eu quero dizer é, a questão foi colocada exatamente para levantar questões e para irmos àquilo que é fundamental que é, como é que os nossos jovens hoje efetivamente têm, ou que conceito têm da Economia, da Economia Social, se têm, se não têm.

Depois, diretamente à questão que a moderadora nos coloca, Jani, aqui a questão está respondida também um pouco já também pelo Dr. António Leite que pegou e muito bem naquela questão dos agentes, dalguns agentes económicos, é preciso nós vermos que, eu quando levanto esta questão, eu não disse que a educação estava subjugada à economia, eu levantei a questão se efetivamente a educação está ou não está subjugada à economia. E há de facto determinados agentes económicos, aqueles que têm o poder económico, de tentarem subjugar determinados programas curriculares, ao

jugo daquilo que é a sua produtividade. E é isso que muitas das vezes, nós como académicos e como gestores académicos e pedagógicos, tentamos lutar e dizer temos que ir mais além do que aquilo que aqui está.

Não é por acaso que hoje se fala numa maior abertura curricular, numa possibilidade maior das escolas poderem manobrar os seus currículos, exatamente porque isso é uma necessidade imperiosa para um país que queira evoluir. Porque fartos de caminhar no mesmo sentido em que nos dizem que o programa é aquele, porque tem que ser aquele, porque vem a Ordem, não vou citar Ordens, mas vem a Ordem do não sei quem e que diz que se não tiver lá aquela unidade curricular, ele não pode ser licenciado naquela área, porque se não tiver isto, aquilo, aqueloutro, não pode ser, e não pode ser, e não pode ser e afinal o que é que nós estamos ali a fazer afinal como, porque a educação é onde as pessoas devem ser livres, é onde nós devemos pôr o nosso pensamento a fervilhar e é por isso que eu me sinto descomprometido perante tudo e perante todos, perante a plateia, perante políticos, perante tudo, porque efetivamente eu digo aquilo que se passa na minha vida todos os dias e é aquilo que eu luto todos os dias, para que efetivamente a educação seja uma educação construtiva mas que nasça e exemplo disso, eu não posso dizê-lo mais do que isto, eu desloquei-me a várias cidades do país, eu em conjunto com mais duas pessoas, para falar duma simples questão, a alunos e pais desses alunos, em determinadas noites. A falar sobre a importância dos valores na família. E porquê? Porque eu acho, porque eu tenho a firme certeza, que se as famílias trabalharem, se as famílias trabalharem em casa estes aspetos, nós vamos ter jovens melhores amanhã, mais conscienciosos e mais empenhados naquilo que têm que fazer. É isto que eu acredito, atenção.

É nisto que eu acredito. Eu não esto a ser demagógico. Não sou político. Eu sou um estudioso. Sou uma pessoa que se preocupa em perceber o porquê que aquilo acontece. Que há caminhos, que há empregabilidade, que estamos a combater, tudo muito bem. Agora, há formas e formas de nós mostrarmos esses caminhos. E eu tento é desmontar muitas das vezes esta lógica até pela minha própria base de ser sociólogo e portanto, nunca levo as coisas como um dado adquirido. Faço sempre uma pergunta, que um professor académico me ensinou, me disse sempre, tens sempre que colocar a questão porquê?

E portanto, eu coloco sempre o porquê? E por isso é que eu trouxe também estas duas miúdas, que têm estes dois testemunhos e dizer porquê? Porquê que elas dizem isto? E é isto, eu não estou a dar respostas. Não estou a dar soluções. E por isso é que estamos aqui neste debate, ainda bem que ele foi assim, ainda bem que aconteceu.

Muito obrigado.

---

Muito obrigada e para terminar, caros congressistas, Rejuvenescimento e Inovação no seio do Mutualismo, é um tema de extrema importância para o futuro e para a perenidade do Movimento Mutualista e que carece duma séria ponderação e de uma célere intervenção por parte de todos nós.

Foram aqui dados contributos muito relevantes e que agradeço e que a todos importa levarem para as vossas instituições. É necessário pois que se aprofunde este tema, e se possa ir mais além, refletindo e aprofundando, num futuro muito próximo, sobre os desafios que se avizinham para o Mutualismo, tais como:

Qual a estratégia a adotar pelo Movimento Mutualista para a captação de jovens e se permitem, mulheres, para os órgãos associativos das Mutualidades?

Poderá, a conciliação da experiência das gerações de dirigentes mais antigas com as gerações mais jovens, incrementar as potencialidades do Mutualismo?

Estarão as Associações Mutualistas devida e suficientemente empenhadas em apostar nos jovens e nas mulheres, para o Rejuvenescimento e Inovação do Mutualismo?

Estarão os jovens a ser adequadamente formados e sensibilizados para a Economia Social e o Movimento Mutualista em particular?

Estarão as instituições públicas e privadas a fazer o necessário para formar os jovens para as questões sociais?

Antes de terminar, em nome do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas e na qualidade de Vice-Presidente Norte do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, não posso deixar de agradecer aos jovens que prestaram o seu tempo para estar aqui hoje, são muitos que estão aqui voluntariamente, dedicaram dias das suas férias para estar aqui hoje e amanhã, apelando a continuem a prestar do vosso tempo para o Associativismo e para a Economia Social e desafiando que tragam mais colegas para estas questões.

Obrigada.

Para terminar, caros congressistas, façamos do nosso Movimento Mutualista, um movimento do rejuvenescimento, da inovação e das oportunidades.

Muito obrigada!

---

Findos os trabalhos desta manhã, convidamos todos os presentes para participarem no almoço servido no piso inferior, na Sala da República. Os trabalhos serão retomados às 14H30 e pedimos, por favor, pontualidade, para cumprirmos a agenda do dia.

---

Boa tarde!

Convidamos os presentes a ocuparem os lugares à vossa disposição para darmos início à sessão, fazendo votos de que o almoço tenha sido reconfortante.

Lembramos que têm à disposição os kits de tradução simultânea que deverão levantar na acreditação.

---

Mutualidades Portuguesas. Mais de dois milhões e meio de beneficiários. A União das Mutualidades Portuguesas, constituída em 1984 é uma associação de grau superior que tem como objetivo promover e representar as Associações Mutualistas suas filiadas junto das entidades públicas, privadas e sociais, posicionamento o Mutualismo como uma força de referência do setor social e solidário. É missão da UMP reforçar e desenvolver os Mutualismo promovendo o associativismo e modernização das Mutualidades conquistando espaços de intervenção social para benefício das Mutualidades e dos seus associados.

Rigor e excelência na qualidade dos serviços prestados.

O Movimento Mutualista, de caráter profundamente democrático, reúne em todo o país cerca de um milhão de associados e mais de dois milhões e meio de beneficiários, organizados num conjunto de associações de âmbito local e nacional, tendo um papel histórico fundamental na proteção dos individuais e das famílias, sobretudo nas áreas da Segurança Social e da Saúde. As Associações Mutualistas têm sabido complementar e colmatar as falhas e limitações dos sistemas públicos de proteção e das respostas das entidades privadas com fins lucrativos encontram-se empenhadas no desenvolvimento de novas soluções adequadas às novas necessidades dos portugueses.

Aposta na inovação e na tecnologia.

Criamos relações de cooperação com a comunidade e instituições.

Assumimos o compromisso solidário com o espírito de entreajuda.

Apoiamos a criação de estruturas e mecanismos que protejam a comunidade no seu todo e não apenas os indivíduos mais desfavorecidos, assegurando que o número de pessoas vulneráveis não aumente no futuro.

Apostamos na qualidade do capital humano.

Apoiamos a criação de novas modalidades e benefícios.

A União das Mutualidades Portuguesas desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de projetos que visam a criação de novas respostas e soluções às necessidades e as aspirações das Mutualidades dos cidadãos e suas famílias.

Mutualidades Portuguesas. Mais de dois milhões e meio de beneficiários

---

Retomamos os trabalhos deste congresso com o painel Desafios para a Economia Social, que terá como oradores Juan Antonio Pedreño Frutos, Loek Caubo, e Abdelmoula Abdelmoumni.

A moderar os trabalhos deste painel, que contará com um momento de debate, estará Carlos Saul Oliveira, Presidente do Conselho de Administração do Montepio Comercial e Industrial Associação de Socorros Mútuos.



Juan Antonio Pedreño Frutos, licenciado em Ciências Químicas, com especialidade em Química Industrial pela Universidade de Granada. É Presidente do Social Economy Europe e da Conferación Empresarial Espanhola de Economía Social.

Loek Caubo é formado em Língua Holandesa e Literatura na Universidade de Amesterdão e Vice-Presidente da Associação Internacional das Mutualidades para a Europa.

Abdelmoula Abdelmoumni é Presidente UAM, União Africana das Mutualidades e Presidente da Mutualité Générale du Personel des Administrations Public.

Passamos a palavra ao moderador do painel para que dê início aos trabalhos.

---

Boa tarde a todos.

Em primeiro, agradecer ao Presidente da União das Mutualidades Portuguesas pelo amável convite que me dirigiu para estar a moderar este painel, o que agradeço e é com toda a honra e com todo o orgulho que estou aqui. Depois também agradecer aos digníssimos oradores a vossa presença, e aos digníssimos congressistas e espero que este painel, que é um painel com um cariz internacional importante e nacional, portanto, diremos que estamos aqui multifacetados, seja proveitoso para todos e que possamos sair daqui com um conhecimento mais, mais profundo do que é o Mutualismo, nomeadamente do Mutualismo Internacional.

Cada orador terá dez minutos, dez, quinze minutos, vá lá, vamos ser um bocadinho mais compreensivos, não mais do que 15 minutos. No fim o debate terá a duração de trinta minutos. Eu cinco minutos antes do debate finalizar, avisarei todos que faltam cinco minutos. Vou ser, não direi intransigente, mas vou fazer um esforço para na verdade conseguir disciplinar o tempo, porque na verdade outras, outro painel se segue, e temos que na verdade gerir esta situação da melhor forma.

E então chamava ao debate o primeiro orador, Juan Antonio Pedreño Frutos, por favor. Ok?

---

Boa tarde.

Obrigado pela apresentação. Permitam-me, em primeiro lugar, cumprimentar o senhor Luís Alberto Silva, Presidente da UMP, e agradecer o convite para participar deste encontro, pela possibilidade de partilhar e, especialmente, porque as Sociedades Mutualistas são uma das mais importantes famílias do núcleo da Economia Social.

Estamos aqui apenas um dia antes dos 720 anos da fundação da primeira irmandade laica em Portugal, um marco que marcou o início do Mutualismo neste país e, portanto, o início de um modelo de empresa pelo qual milhões de pessoas lutam e trabalham, em toda a Europa: a Economia Social. Obrigado e parabéns.

Companheiros e companheiras da Economia Social Portuguesa, europeia e do sul do Mediterrâneo, colegas de painel, amigos e amigas:

Se há um modelo de crescimento social e empresarial na Europa com uma enorme vertente social e sobre o qual devemos construir o futuro da Europa, esse modelo está representado nas empresas de Economia Social. Com estas palavras, Fátima Báñez, Ministra Espanhola do Emprego e da Segurança Social, deu as boas-vindas às mais de 400 pessoas que participaram do evento no dia 23 de maio, em Madrid. Um evento organizado pela Social Economy Europe, pela CEPES e pelo Governo da Espanha, e que destacou, especialmente, perante os Ministros de outros países, que essas empresas, as empresas de Economia Social a que todos pertencemos, contribuem para tornar mais social o crescimento da União Europeia, pois têm um papel fundamental na criação e na manutenção de emprego. A Ministra recordava também como a Economia Social tem sido fundamental no período de recuperação de um país como a Espanha. A Economia Social chegou a ter até 7% menos perdas de postos de trabalho do que as outras empresas, e o próprio ministério chegou a afirmar que, se todas as empresas se tivessem comportado como se comportaram as empresas de Economia Social, não se teriam perdido mais de um milhão de empregos.

Para este evento, ao qual me refiro, e que acho que foi o mais importante na história recente da Economia Social na Europa, reuniram-se representantes de todas as instituições europeias: o Vice-Presidente do Parlamento Europeu, um vídeo de duas Comissões, o Presidente do Comité Económico e Social, ministros e representantes de 16 Governos e mais de 400 pessoas de toda a Economia Social. O propósito desta reunião, comum a todas as organizações e representantes de instituições, foi lançar um sinal claro à sociedade do papel indispensável que a Economia Social desempenha neste momento e de como esta contribui decisivamente para combater um dos grandes desafios que enfrentamos neste momento na sociedade europeia: a desigualdade.

Um modelo que se estabeleceu como um acelerador da inovação social em setores como a saúde, educação, habitação - algo que vimos também nos vídeos - a atenção a pessoas idosas e dependentes, na prestação de serviços de qualidade. Empresas, as nossas, que estão a impulsionar um modelo económico mais sustentável através de investimentos com forte impacto social e novas formas de produzir e consumir muito mais amigas do ambiente. O próprio Parlamento Europeu observa, numa sua definição, que as empresas de Economia Social são um motor de mudança na luta contra os desafios da União Europeia e, sobretudo, um pilar fundamental em termos de coesão e emprego. Um setor que está cada vez mais presente na agenda política dos governos. Um setor que está cada vez mais presente na agenda política da União Europeia, quer do Parlamento, como vou explicar em seguida, quer da Comissão Europeia, através das Comissões, principalmente, do Emprego e do Comércio Interno.

É, portanto, um setor que permite que a União Europeia e a Comissão Europeia traduzam toda essa influência em programas e medidas para a Economia Social de todas as famílias da Economia Social, e este acordo, este consenso geral, que existe, neste momento, temos de estar cientes de que nos dá uma oportunidade única de trabalhar em conjunto para que a Europa, definitivamente, aposte numa política em favor da Economia Social. Vamos ver um vídeo, que dura dois minutos, que penso

representar, graficamente, a importância e o que atualmente representa a Economia Social na Europa.

Este vídeo foi apresentado em Madrid a 23 de maio, e devemos estar muito orgulhosos por pertencermos à família da Economia Social. É um modelo de empresa para o futuro da Europa, e é importante que tenhamos essa consciência. Para mim é uma honra estar aqui esta tarde como Presidente da Social Economy Europe, a organização representativa dos dois milhões de empresas de Economia Social, dos catorze milhões e meio de trabalhadores na Europa que trabalham para um modelo diferente de fazer economia.

Sob a égide da organização da Social Economy Europe agrupam-se entidades europeias representativas das Mutualidades de Saúde, através da Associação Internacional das Mutualidades, bem como sociedades e organizações de cooperativas, companhias de seguros mútuos, fundações, associações de interesse geral, empresas sociais, empresas de inserção, instituições conjuntas de proteção social, bancos e instituições financeiras éticas e da Organização Europeia das Cidades e Regiões para a Economia Social. São também membros da Social Economy Europe as organizações que congregam a Economia Social. Em Portugal, por exemplo, através da CASES, na Bélgica, em França, em Itália e em Espanha, em Espanha, em particular, através da CEPES - e aproveito esta oportunidade também para enviar, a partir de Espanha, uma cordial saudação da CEPES. Na passada terça-feira estive com a Ministra num evento, e disse-lhe que viria a Portugal. Pediu-me que enviasse uma saudação calorosa, em representação do Governo de Espanha. A Associação Internacional das Mutualidades tem sido e é a protagonista da nossa organização desde a sua criação em 2000 e, assim como a Economia Social Europeia não pode ser entendida sem as Mutualidades, a história da Social Economy Europe também não pode ser entendida sem a participação da Associação Internacional de Mutualidades, algo que nós sempre consideramos e valorizamos de maneira muito especial.

Aproveito o facto de partilhar esta mesa com o senhor Loek Caubo para o felicitar pela sua eleição como Vice-presidente da região europeia para a recente assembleia realizada na semana passada. Gostaria de falar, brevemente, do que representam as empresas na Economia Social, em seguida, passar para a forma como envolvem as instituições, neste caso, e como a Social Economy Europe está a influenciar diferentes instituições para o futuro da Europa na Economia Social e acabar, muito brevemente, com alguns dos desafios que temos a decorrer neste momento.

Devemos estar todos conscientes que se deve dar uma maior visibilidade às empresas de Economia Social, que tem de se dar mais visibilidade às empresas que estão a dar resposta aos desafios que os cidadãos europeus enfrentam atualmente. As nossas empresas contribuem para um crescimento económico sustentável; criam empregos de qualidade; ajudam a reduzir a desigualdade social; reforçam a solidariedade entre todos os europeus e preocupam-se em inovar em cada um dos seus projetos empresariais. Este é, também, um modelo que temos de considerar deixar para as gerações futuras, que são garantes de um modelo que começou há 180 anos, que tem valores e princípios que têm de ser transmitidos às gerações futuras, para fazer uma sociedade melhor, continuamente. São valores e princípios que estão, neste momento, a guiar o futuro da

União Europeia, para assegurar, conforme foi estabelecido pelo Tratado de Lisboa, o bem-estar de cada uma das pessoas e para alcançar objetivos, conforme definia o Tratado de Lisboa, como o desenvolvimento sustentável, com base num crescimento económico equilibrado, a busca do pleno emprego e da competitividade, o progresso social, o combate à exclusão social, a promoção da proteção social e da proteção ambiental.

A Economia Social está a responder a todos estes desafios e age também como um aliado dos Governos, para estabelecer políticas transversais da União Europeia nos diferentes Estados. É uma demonstração da existência, na nossa sociedade, da diversidade e de uma infinidade de maneiras de empreender que, tal como o próprio Comité Económico e Social sublinha, é essencial para garantir o desenvolvimento de mercados competitivos, a eficiência económica, a competitividade dos agentes económicos e sociais, mantendo a coesão social.

Estamos a falar de uma Economia Social que tem mostrado que a solidariedade é capaz de oferecer soluções para as graves crises humanitárias. Perguntavam-me, esta manhã, quando entrei, o que achava a Economia Social dos refugiados. O que pensa, qual a atitude que a Economia Social devia ter. E eu disse que a Economia Social tem como um dos seus princípios básicos a solidariedade. E como este é um dos princípios básicos, temos que o colocar sobre a mesa em cada uma das nossas ações, e fornecer alternativas, sermos exigentes com os governos para que cumpram os compromissos para com os mais desfavorecidos e isso que tem que ser feito pela Economia Social, para dar esperança de um projeto de vida melhor para todos.

Em suma, a Economia Social é um exemplo de uma sociedade aberta que, atualmente, inspira a Europa, e o próprio Presidente da União Europeia colocou-nos como exemplo neste plano europeu de direitos sociais que está a ser implementado. Nós estamos a dar voz, neste momento, nas diferentes instituições, a milhões de pessoas que estão a divulgar esta iniciativa, que formam parte das empresas, como vós e como eu.

Estão a divulgar uma solução para o resto da sociedade e a disseminar a importância dos valores das empresas de Economia Social. Tudo isso, como o fazemos? Como influenciamos as organizações? Bem, a Social Economy Europe influencia e trabalha diretamente com as instituições europeias, com o Parlamento Europeu. O Parlamento Europeu tem um Intergrupo de Economia Social que, atualmente, tem mais de 80 deputados e é um Intergrupo que é, basicamente, a voz da Economia Social na Europa ao longo dos últimos 20 anos. A Social Economy Europe tem assumido, nesses 20 anos, a Secretaria do Intergrupo, por isso temos uma tarefa fundamental para convencer os deputados através das ações que tomamos no Intergrupo, de que têm de continuar a apoiar a Economia Social.

Este ano, por exemplo, temos feito várias audições, cinco audições, especificamente, sobre questões fundamentais para a Economia Social. Mais de seiscentas pessoas em cinco audições e temos abordado temas como a criação de emprego estável, a transposição de algo muito importante, a transposição da diretiva da UE sobre contratos públicos, o papel das instituições financeiras na Economia Social, as propostas para um

plano de ação para a Economia Social e, finalmente, o papel a ser desempenhado pela Economia Social neste pilar europeu dos direitos sociais.

Bem, além de neste ano de 2017 temos celebrado o 60º aniversário do Tratado de Roma e para que estejam cientes da importância deste, o Vice-presidente da Comissão Europeia, Jyrki Katainen, esteve presente em tal audição, onde se desenvolveu o tema da Economia Social. Todos estes atos têm conclusões e estas conclusões passam para as instituições e, por isso, essas instituições, a cada dia, estão a preparar medidas para a Economia Social. Tenho que dizer-vos que, até há muito pouco tempo, não havia medidas para o conjunto da Economia Social. Não havia! Nós éramos invisíveis.

O que fizemos, o que estamos a fazer na Social Economy Europe, é colocar uma imagem, colocar ao centro o foco em empresas que antes eram invisíveis para muitos políticos e muitos representantes europeus. E esses fomos nós: invisíveis, até agora. Em diferentes países e também, é claro, na União Europeia, isso é o que fizemos e o que estamos a fazer. Colaboramos com o Comité Económico e Social Europeu. O Comité Económico e Social Europeu tem 37 conselheiros de 140/150, que são conselheiros que representam a Economia Social no local e em diferentes países e há um grupo de Economia Social que conseguiu alcançar, nos últimos dois anos, um Dia Europeu das Empresas da Economia Social. Este ano foi o segundo. Não havia Dia Europeu para as Empresas da Economia Social. Dois anos, este foi o segundo. Não havia dia Europeu para as empresas europeias da Economia Social. E temos de assegurar que, dentro de poucos anos, o Dia Europeu em Bruxelas represente milhares e milhares de pessoas que defendem a Economia Social no Dia Europeu, que será no final de junho. Não temos de ficar acomodados, não devemos ser complacentes. Temos que avançar e dizer que estamos aqui neste dia Europeu das empresas e demonstrar à sociedade, às instituições, mostrar este modelo de empresa que está representado há apenas dois dias. Há dois dias foi aprovado por unanimidade um parecer sobre a dimensão externa da Economia Social no âmbito do Comité Económico e Social Europeu.

Cinco minutos apenas? Vou tentar ajustar o meu discurso.

Pois, foi por unanimidade. Só houve uma pessoa que votou contra e acreditamos que tenha sido porque se enganou a pressionar o botão. A própria Comissão Europeia adotou igualmente medidas a este respeito, e algo muito importante: os Estados-membros estão a desempenhar um papel fundamental. No Luxemburgo, na Conferência Europeia, no Luxemburgo, criou-se um grupo informal de países que apostam na Economia Social. Este grupo informal de países que apostam na Economia Social tinha seis membros.

Há dois anos, no Luxemburgo, eram seis. Agora são treze. Em Madrid, onze assinaram o tratado e faltavam a França e a Eslováquia, que não puderam estar presentes. Treze, quase 50% de todos os países da União Europeia já concordaram em pedir à Comissão um plano para a promoção em favor da Economia Social, e precisamos aumentar o número de países. Quando o conseguirmos, teremos ganho uma pequena batalha, mas temos que continuar a lutar nesse sentido. Bom, mas também, em 2015, em dezembro de 2015, o Conselho da União Europeia de todos os Governos aprovou por unanimidade

um documento intitulado "Promover a Economia Social como motor essencial do desenvolvimento económico e social na Europa" e estabelece um conjunto de medidas que implicam uma primeira rota, repito: aprovado por unanimidade por todos os Governos da União Europeia e para que se trabalhe de forma coordenada para a Economia Social e agora, neste momento, seis meses depois, não chega a seis meses, a nova diretora da Comissão, Ulla Ungerman, apresentou um plano de medidas para a Economia Social.

Baseada em cinco linhas: a primeira é o acesso aos fundos e financiamento, algo muito importante para as empresas de Economia Social; a segunda é o acesso aos mercados; a terceira é a melhoria dos quadros legais e regulamentares; a quarta é a inovação tecnológica social e novas formas de empresa e a quinta dimensão internacional. Cinco eixos com vinte e nove medidas que devem ser incluídas no orçamento, e às quais as Empresas de Economia Social podem pedir fundos para melhorar as nossas empresas. Tudo isto é ótimo, mas temos de continuar a trabalhar juntos, devemos continuar o diálogo com as instituições para que possamos avançar. Estou quase a terminar. A conclusão mais importante do ato de Madrid foi pedir à Comissão Europeia um plano de ação para a Economia Social para os anos 2018/2020. Com dotação orçamental. Com dinheiro, com recursos, com medidas. Estas são medidas, mas se pedirmos um plano, tanto melhor para todos. Esta foi a conclusão mais importante: um plano sobre objetivos socioeconómicos, em concreto, que possa chegar a todas as medidas que trabalham a Economia Social. Finalizo, porque não quero alongar-me demasiado a este respeito, com uma questão importante.

É necessário que a Europa e todos os Estados-membros fomentem todos os modelos de empresa, não pode haver qualquer discriminação neste respeito. Os onze Estados Membros que assinaram este acordo mais França e Eslováquia, em conjunto com o Parlamento, apostaram, por exemplo, numa proposta que visa melhorar ainda mais as condições e o desenvolvimento e promoção das empresas de Economia Social.

Trabalhar para que o Fundo Europeu de Investimento de Juncker promova projetos de investimento para empresas que beneficiam as Mutualidades, que beneficiam os programas relacionados com a cooperação para o desenvolvimento e que demonstre a solidariedade das empresas de Economia Social. Um plano europeu que aumente a consciência da sociedade sobre este modelo de empresa e, algo muito importante, para promover a consciencialização entre os jovens. Este é um desafio que enfrentamos, os jovens precisam saber imediatamente os valores, os princípios dos nossos modelos logo na escola, porque se assim não for, dentro de um algum tempo não seremos capazes de chegar aos jovens que agora têm outra perspetiva diferente do modelo que estamos a defender.

Amanhã, e concluo como comecei, amanhã cumprem-se os 720 anos da fundação da primeira irmandade laica em Portugal. Centenas de anos depois, os princípios que inspiraram a primeira iniciativa ainda estão muito presentes no Século XXI, nas Mutualidades, mas também em toda a Economia Social. Numa altura em que o projeto europeu está à procura da sua identidade. Um projeto europeu que procura valores, que estão no centro das empresas de Economia Social, valores que estão naquilo que defendemos todos os dias. Solidariedade, responsabilidade, participação democrática



e, acima de tudo, que as pessoas estão no centro das preocupações das nossas empresas e do nosso governo, que é o que nós defendemos na Economia Social.

A Europa precisa da Economia Social e a Economia Social também precisa da Europa. O nosso desafio é fazer, todos os dias, da Economia Social, a empresa do futuro, como afirma o vídeo que vimos antes, porque a Economia Social é o expoente da sociedade aberta e social que inspira a Europa. Eu quero fazer, para finalizar uma chamada conjunta para a colaboração. Reparem, sozinhos ou individualmente somos invisíveis, só nós somos invisíveis. Mas todos juntos, toda a Economia Social junta, pode ser invencível. Muito obrigado e boa tarde.

---

Convido de seguida o Loek Caubo, por favor.

---

Senhoras e senhores, caro Senhor Presidente, caro Senhor Luís Alberto Silva, caro Senhor Luís Costa, é uma honra vir aqui falar-vos hoje enquanto Luís III, neste XII encontro do Congresso Nacional do Mutualismo aqui no Porto.

Muito obrigado pelo convite e pela oportunidade de partilhar algumas das perspetivas da AIM sobre o Mutualismo e a Economia Social ao nível europeu. Antes de começar a minha apresentação, queria endereçar a si, senhor Presidente, e às pessoas de Portugal, em nome da AIM e dos seus membros, as nossas mais profundas condolências no que diz respeito a catástrofe que sucedeu na região de Leiria. É muito bom testemunhar que a UMP e os seus membros têm um papel fundamental na gestão deste desastre.

Em seguida, senhoras e senhores, quero descrever sumariamente a organização que aqui represento. A AIM é uma organização-quadro mundial na área das Mutualidades de saúde e dos seguros de saúde na Europa e no mundo. Temos sessenta e quatro membros de trinta e um países e, como sabem, Portugal é um deles. Os nossos membros prestam cobertura de saúde a duzentos e quarenta milhões de pessoas por todo o mundo e a cerca de duzentos milhões na Europa através de seguros de saúde e gestão de instalações sociais e de saúde. A AIM tem o propósito de defender o acesso a cuidados de saúde e a serviços sociais para todos. A nossa missão assenta na disponibilização de uma plataforma para membros para intercâmbio de questões comuns e para representar os seus interesses e valores nas instituições europeias e internacionais.

O meu trabalho pessoal no dia a dia é realizado nos Países-Baixos, em Zorgverzekeraars Nederland, organização-quadro para as seguradoras de saúde nos Países-Baixos. Todos os nossos membros são entidades sem fins lucrativos, cooperativas ou mutualistas, e os seguros de saúde no nosso país baseiam-se na solidariedade e no acesso a cuidados de saúde de qualidade para todos.

Neste painel fala-se de desafios para a Economia Social. A Economia Social e as Mutualidades, especialmente, podem ser vistas como uma parte importante da nossa sociedade moderna. Entre o Estado e os mercados, estas representam o próprio povo.

Fala-se de 720 anos de história. Olhando para o meu país não consigo ir tão longe mas muitas das Mutualidades no meu país são cooperativas e desenvolveram-se no início do século XX ou até antes e estavam ligadas a sindicatos, às profissões liberais, mas também à igreja. Para capacitar as pessoas e também para lhes permitir tomarem responsabilidade pela sua própria situação. Isto foi muito importante no século passado mas talvez agora o seja ainda mais.

Vou focar-me nos desafios para a Economia Social ao nível europeu, na situação atual na Europa e nas suas instituições. Tudo isto está algo complicado. Nos últimos anos, a União Europeia tem estado focada grandemente no crescimento económico. A proteção social está sob grande pressão e os encargos sobre os sistemas de segurança social, que continuam a aumentar, estão a afastar-nos do verdadeiro princípio da cobertura universal de cuidados de saúde que nós, enquanto membros da AIM, defendemos. Os pacotes de benefícios foram reduzidos e os copagamentos foram aumentados.

O desafio está em compreender o funcionamento adequado dos sistemas de segurança social, que só poderão ocorrer por toda a União Europeia através de uma Europa social melhor e mais forte. A Economia Social não é apenas um fator de estabilização da sociedade, é também um grande e importante contributo para a globalidade da economia europeia. A Economia Social reúne a diversidade das organizações, tais como cooperativas, associações, organizações de Mutualidades e empresas sociais, sendo as Mutualidades de saúde uma das chaves para a Economia Social.

O vídeo que acaba de ser mostrado sobre a Social Economy Europe mostra a importância de um ponto de vista económico. O ponto principal, tradicionalmente, da Economia Social e das empresas de Economia Social é servir os seus membros e não obter um retorno sobre o investimento para os investidores de capital, tal como as empresas de capital fazem.

Os membros agem de acordo com o princípio da solidariedade e Mutualidade e gerem a empresa com base no princípio “uma pessoa um voto”. Não sei qual é a situação em Portugal mas, por exemplo, no meu país e também em outros países europeus, temos que fazer muito trabalho nós próprios porque falamos agora sobre as regras europeias e os acordos europeus mas muitas das cooperativas e Associações Mutualistas podem investir mais em comunicação e na relação com os seus membros para perceber qual é o seu valor acrescentado e para que as pessoas compreendam que são realmente membros e não apenas clientes de uma espécie de organização comercial.

Este é um grande esforço que temos de envidar no meu país, por exemplo. Não obstante, as empresas sociais do meu país enfrentam muitos desafios. Os Governos tendem a focar as suas políticas e a fortalecer o posicionamento das empresas privadas com fins lucrativos. Se a solidariedade estiver próxima do nosso coração, as empresas de Economia Social devem ter um forte posicionamento na economia europeia.

O conceito das empresas de Economia Social difere nos diferentes estados membros. Isto leva a confusão e a uma falta de compreensão das empresas de Economia Social, limita as nossas organizações no acesso a financiamento e ao desenvolvimento de acordo com os nossos valores fundamentais e formatos organizacionais. Mais ainda, a falta de reconhecimento dos atores na Economia Social, incluindo as Mutualidades em

muitos Estados-Membros e a falta de compreensão dos Estados tornam difícil o desenvolvimento e o envolvimento em operações transfronteiriças. É por isso que nos últimos cinco anos um dos objetivos principais da AIM tem sido o requerimento de um estatuto europeu para as Mutualidades.

Tal estatuto levaria a um maior reconhecimento da importância da Economia Social e aumentaria a consciencialização e a visibilidade do nosso tipo de organizações. Permitiria, também, uma cooperação transfronteiriça entre a União Europeia e as suas sociedades mutualistas, e permitiria que estas se consolidassem sem colocar em questão o seu enquadramento legal e que partilhassem princípios comuns e características específicas.

Para a Comissão Europeia, dado o seu enquadramento desde 2014, isto não tem sido visto como uma prioridade. Foi pedido a vários comissários que publicassem uma proposta para o estatuto europeu das mutualistas. As respostas foram claras. Tal proposta precisa de uma adoção unânime pelo conselho e é pouco provável que seja atingida, pelo que a Comissão não publicará tal proposta. Durante algum tempo, houve alguma estagnação a nível europeu.

A AIM decidiu então requerer um enquadramento legal geral para todas as empresas de Economia Social, em cada país da União Europeia, com vista à promoção das empresas de Economia Social. A Economia Social não vem sendo uma prioridade para as instituições europeias já há muito tempo e estamos a trabalhar em conjunto com a Social Economy Europe nessa questão. A AIM é um dos membros fundadores e o maior patrocinador de tal organização. Estou muito satisfeito por estar neste painel com o Senhor Pedreño, Presidente da Social Economy Europe. Quero também dar-lhe os parabéns pelo trabalho da Social Economy Europe, que tem vindo a desenvolver nos últimos anos. Foi com a sua ajuda que um Intergrupo da Economia Social que, conforme nos disse, foi criado no Parlamento Europeu.

A visibilidade da Economia Social no Parlamento Europeu é extremamente importante. O apoio dos membros parlamentares é importante para que se convença a Comissão Europeia a preparar propostas, e o nosso trabalho conjunto direcionado para o Parlamento Europeu ajudou a convencer a Comissão Europeia a criar um grupo de propostas na área das empresas de Economia Social. Os membros da AIM participaram no grupo de especialistas em empreendedorismo de onde surgiu um relatório em 2016.

A Comissão Europeia apresentou recentemente ações e estratégias para as empresas de Economia Social, ações de melhoramento de acesso a financiamento e acesso aos mercados para melhorar as condições quadro e para facilitar a inovação social e a adoção de novas tecnologias e novos modelos de negócio. A Comissão visa também apoiar o desenvolvimento dos atores da Economia Social para além da União Europeia. A AIM reuniu em maio com a Comissão Europeia para disponibilizar o seu apoio, que foi aceite de bom grado pela Comissão.

No decorrer dos próximos meses a AIM irá disponibilizar-se para estabelecer orientações para os Estados-Membros no desenvolvimento de quadros regulamentares para a Economia Social e empresas sociais. Para além disso, contribuiremos para as ações da Comissão Europeia apresentando as melhores práticas de África, do Médio

Oriente e da América Latina, sendo a AIM membro organizador também nessas regiões. Estou muito satisfeito por ter aqui o Senhor Abdelmoumni em representação de um dos nossos membros. Estou certo que, em seguida, nos trará alguns exemplos.

Planeamos, também, organizar, no âmbito da nossa associação, uma assembleia geral, este ano, em novembro, em Roma, juntamente com a Comissão Europeia e os nossos membros africanos e da América Latina. Por último mas não menos importante, a associação afirma que a Comissão poderá dar as ferramentas aos Estados-Membros que pretendam utilizar e otimizar a cooperação para chegar a um reconhecimento legal das Mutualidades a nível europeu. É extremamente encorajador ver que uma série de Estados-Membros se comprometeram a promover a Economia Social. Cerca de onze Estados-Membros e estes países, o senhor Pedreño falou também nesta questão, assinaram a declaração em Madrid em maio deste ano na conferência da Social Economy Europe. É um grande sucesso trazer o tópico da Economia Social para a agenda das instituições europeias. Vamos continuar o nosso trabalho, fazendo *lobbying* no Parlamento Europeu, na Comissão Europeia e em outros atores ao nível europeu para otimizar o reconhecimento das Sociedades Mutualistas a nível europeu. Senhoras e senhores, o nosso futuro afigura-se de grandes desafios.

Os fluxos migratórios atingem a Europa como uma força nunca antes vista. As sociedades em envelhecimento obrigam a uma mudança de pensamento. As questões ambientais constituem uma ameaça crescente à saúde pública e estes desafios requerem uma Economia Social forte e uma posição sólida para os Movimentos Mutualistas. A nossa associação, em conjunto com os seus membros, incluindo a União das Mutualidades Portuguesas continuará a lutar pelo reconhecimento das Mutualidades e pelo seu posicionamento na economia. A nossa força recai na unidade e na manutenção dos nossos princípios de solidariedade, democracia e âmbito não-lucrativo. aguardo com expectativa a continuação do nosso trabalho em conjunto. Muito obrigado.

---

Por último, convidava o nosso terceiro orador, o Sr. Abdelmoula Abdelmoumni para, se faz favor fazer a sua apresentação.

Muito obrigado.

---

Senhor Presidente,  
Cara Assistência,

Antes de mais, cabe-me agradecer ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da União Mutualista Portuguesa por me ter dado a oportunidade de partilhar convosco a experiência do meu país, Marrocos, bem como a experiência da Mutualidade ao nível da África.

O tema que vou abordar hoje designa-se “A Mutualidade: uma base para a solidariedade africana”. O plano da minha apresentação será o seguinte:

- Estado da situação da Mutualidade em África;

- Os desafios e as perspetivas;
- A organização mundial do Mutualismo;
- A colaboração entre a União Africana da Mutualidade e a União das Mutualidades Portuguesas.

#### Uma perspetiva sobre a União Africana da Mutualidade

Trata-se de um agrupamento de Mutualidades Africanas do setor da saúde, cuja sede se encontra em Rabat, em Marrocos. O acordo relativo à sede da União Africana da Mutualidade foi assinado em Rabat a 11 de julho de 2012 - sendo, portanto, recente – entre o Presidente da União Africana da Mutualidade e o Governo Marroquino, depois de terem sido assinados os Estatutos dessa Organização pelos representantes dos governos dos países africanos.

Hoje, somos vinte países aderentes à UAM, tendo onze países assinado os Estatutos da UAM. A assinatura pelos representantes dos Estados Africanos signatários significa que há um compromisso no sentido de desenvolver, apoiar, para melhorar e para acompanhar as mutualidades nos seus países.

Os objetivos da nossa organização, desta UAM, são:

- Melhorar o acesso aos cuidados de saúde das populações africanas, o que é hoje muito importante para nós;
- Melhorar os indicadores de saúde (que são alarmantes ao nível do Continente Africano);
- Aproximar as prestações dos aderentes;
- Exercer pressão junto dos governos para reforçar o enquadramento jurídico mutualista;
- Colaborar no sentido de um contexto jurídico adaptado às Mutualidades;
- Melhorar a taxa de reembolso e o montante da cobertura;
- Federar o movimento mutualista;
- Alargar a ação mutualista em África.

Uma vez que, em África, não estamos todos em pé de igualdade no âmbito da Mutualidade e no âmbito da cobertura médica e universal, impõe-se traçar aqui o estado da situação das Mutualidades em África. Citarei Marrocos, a Costa do Marfim, o Burkina Faso, os Camarões, o Senegal e o Mali que são membros desta União e signatários dos Estatutos.

Marrocos é o mais antigo em África no domínio da Mutualidade; a primeira Mutualidade foi criada em 1919 (dentro de dois anos celebraremos o nosso 100.º aniversário, estamos longe dos 720 anos de Portugal). Em 1948, criámos a Federação do setor mutualista que se designa de CNOPS, e em 1963 implementámos um enquadramento jurídico para a mutualidade em Marrocos. O sistema da mutualidade em Marrocos é financiado em exclusivo pelas quotas dos aderentes. Demarca-se completamente das empresas comerciais ou estatais.

Em 2005, com a preocupação de alargar a proteção social a toda a população marroquina, o Estado implementou, a partir de 18 de agosto de 2005, o Seguro de Doença Obrigatório que comporta dois regimes:

- a) O regime obrigatório destinado aos Funcionários Públicos, Assalariados, Reformados, Estudante, bem como aos Profissionais Liberais;
- b) E o Regime de Assistência Médica para os mais desfavorecidos, o RAMED, que visa essencialmente as pessoas que não têm quaisquer recursos.

O Seguro de Doença Obrigatório que se designa de AMO e que foi instaurado em 2005, como já referi, beneficiou 38% da população, além dos 9 milhões de pessoas que beneficiaram do Regime de Assistência Médica, o RAMED, desde 2012. Os estudantes que beneficiam do AMO elevam-se a 298.000 indivíduos, e os Migrantes a cerca de 25.000, sobretudo subsaarianos. A lei relativa ao regime do Seguro de Doença Obrigatório destinado aos profissionais, trabalhadores independentes beneficiará muito em breve cerca de 11 milhões de pessoas, ou seja, 30% da população + 38%, ou seja, chegaremos a 68% da população coberta em Marrocos. E os pais cuja lei inerente está a ser analisada na Câmara de Conselheiros.

As Mutualidades trabalham em articulação com o SDO e, sobretudo, para os Funcionários Públicos. A arquitetura da cobertura médica em Marrocos responde às exigências da OIT no que respeita à base de proteção social, isto é, o Estado financia hoje a cobertura de base; o cidadão financia assim a parte complementar através da sua adesão às Mutualidades. O que é que isto significa? Tal significa que estamos a desenvolver a taxa de cobertura para as nossas populações e também facilitamos o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e melhoramos os indicadores de saúde para o país.

O modelo da Mutualidade em Marrocos é simples: no plano das prestações, existem prestações indiretas e diretas. As primeiras são constituídas por dois grupos: o reembolso complementar feito no processo em ambulatório e as prestações de Previdência, isto é, são atribuídos subsídios por falecimento, por reforma, subsídios escolares para os órfãos e subsídios para pessoas portadoras de deficiência.

Quanto às prestações diretas, são disponibilizadas aos nossos aderentes e titulares de direitos através das Obras Sociais e Sanitárias, através de consultórios de medicina dentária, consultórios médicos, optometristas e óticas, zonas de repouso, centros psicopedagógicos para crianças em situação de deficiência mental. A fim de fornecer serviços à população portadora de deficiência, temos dois centros AMAL. Um centro na Capital, Rabat, e um centro a sul de Marrocos, em Agadir. Também criámos escolas visando a escolarização dessas crianças portadoras de deficiência e a sua integração através de diplomas de centros de formação. De igual modo, a integração dos diplomados dos centros da Mutualidade nos postos da Mutualidade Geral do pessoal das Administrações Públicas.

A melhoria das prestações foi uma das grandes preocupações dos dirigentes da Mutualidade Geral; melhorámos o reembolso dos processos por doença; passou de 16% a 20% sabendo que o Seguro de Doença Obrigatório reembolsa 70%, portanto, 70% do SDO + 20% da Mutualidade, ou seja, reembolsamos 90% aos nossos



aderentes. Aumentamos de forma substancial os prémios que referi: houve um aumento do subsídio por falecimento de 150%: passou de 2.000 € para 5.000 €; houve um aumento da pensão de reforma de 360%: de 650,00 € para 3.000 €. A implementação do prémio para o funcionário reformado está fixada a 2.000 €. Também aumentámos o subsídio atribuído a órfãos (para a sua escolarização) em 3% para os órfãos que frequentam a creche, 500% para os órfãos que frequentam a escola primária, 700% para o colégio e 1000% para o secundário e 1500% para o ensino superior. Tal foi feito através de estudos e do actuariado.

Além da sua presença administrativa em doze regiões – porque em Marrocos há doze regiões -, a Mutualidade Geral zela pelo desenvolvimento e pela extensão dessas prestações médico-sociais. Isto porque, antes de 2009, todas as prestações diretas foram concentradas ao nível da Capital, de Rabat. Hoje, já não é o caso: estamos presentes nas doze regiões de Marrocos. Temos quarenta e sete consultórios de medicina dentária e uma unidade de saúde móvel, temos sete centros médicos, um centro ótico em Rabat e doze pontos de venda nas regiões, e temos dois centros psicopedagógicos para crianças portadoras de deficiência, como já disse, no Centro e no Sul, cinco centros de repouso no Centro, a Norte e a Sul de Marrocos. Este é o mapa de Marrocos e a respetiva implantação médico-social. No início, estávamos apenas em Rabat, e hoje estamos presentes nas doze regiões.

Quanto à implantação dos gabinetes administrativos de proximidade para os nossos aderentes, antes de 2009, estávamos apenas presentes nas grandes cidades, hoje encontramos-nos em quase todas as localidades do nosso país.

Muito em breve, até ao final do mês, vamos reforçar ainda mais essa proximidade e essa implantação com sete gabinetes de proximidade e sete centros médico-sociais regionais.

Além da proximidade física, temos uma unidade móvel que cobre todo o território nacional, para que possamos chegar a todos os cidadãos, aos nossos aderentes e titulares de direito, nos enclaves e zonas longínquas. Este ano, de 1 de janeiro a 1 de maio de 2017, servimos nas regiões do nosso país 9.535 aderentes, o que eleva o número a 37.000 pessoas, desde o lançamento desta ação móvel, em 2012.

A Mutualidade Geral também organiza programas de solidariedade, porque somos solidários entre nós enquanto aderentes à Mutualidade Geral, mas também solidários para com a nossa população. Fazemos programas de solidariedade em colaboração com Autoridades Locais, nas regiões afastadas do país, em proveito das populações desfavorecidas, os estudantes africanos subsaarianos e imigrantes africanos residentes em Marrocos.

#### O Movimento Mutualista na Costa do Marfim

Na Costa do Marfim, desenvolveu-se desde os anos 70. Repousa numa longa tradição de solidariedade profundamente ancorada na cultura do país, favorecendo a sua expansão. Além disso, o contexto modificou-se inicialmente com o Regulamento Comunitário da UEMOA adotado em 2009. De seguida, o voto da lei CMU que se aproxima da lei do Seguro Médico Obrigatório em Marrocos que se designa de cobertura

de doença universal na Costa do Marfim, em 2014, o que leva hoje as mutualidades a adaptarem-se e enfrentarem-se novos desafios.

No caso do Burkina Faso, a implicação das populações nas mutualidades de saúde é cada vez mais importante: a militância ganha terreno. O acoplamento dos programas económicos permite aumentar a contribuição pessoal dos membros e alargar, ao mesmo tempo, consoante as necessidades, a gama das prestações asseguradas pelas organizações mutualistas; a confiança nas mutualidades está mais forte e muitas pessoas já não hesitam em quotizar em prol de uma adesão a longo prazo.

Nos Camarões, o tímido compromisso das populações deve ser considerado. A taxa de cobranças das quotas é baixa. Os produtos oferecidos pelas mutualidades são pouco diversificados. A qualidade dos serviços oferecidos pela formação sanitária é baixa. Degradam-se as relações entre mutualidades e prestadores de cuidados. A UAM participou a 25 e 26 de abril de 2017 na capital dos Camarões, laundé, num encontro organizado pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social e a Rede Nacional das Mutualidades Sociais dos Camarões sobre o tema do Movimento Mutualista face às mutações em curso no sistema de proteção social nos Camarões. A UAM quer acompanhar os Camarões na implementação do seu enquadramento jurídico.

No Senegal, as mutualidades de saúde são constituídas essencialmente por mutualidades de saúde comunitária. A população-alvo das mutualidades de saúde é essencialmente constituída por atores do setor informal e do setor rural que não são ilegíveis perante o regime obrigatório de seguro de doença, o que coloca o problema da falta de equidade no acesso aos cuidados de saúde. O sistema de seguro de doença baseado no emprego no setor da economia formal com as instituições de previdência da doença (IPM) reservadas em exclusivo a funcionários públicos.

No Mali, desde os anos 50 as mutualidades já tinham sido criadas, em particular, em determinadas empresas, como os correios e as telecomunicações, nos caminhos de ferro e no seio do arcebispado. Desde o início dos anos 90, o desenvolvimento da mutualidade inscreve-se no Mali como uma prioridade do Governo. Existência de um contexto legislativo e regulamentar, a lei que foi votada a 21 de fevereiro de 1996 regendo a mutualidade na República do Mali. A zona da UEMOA. Mais de 90% da população dessa zona não beneficia de qualquer forma de segurança social, o que constitui uma dificuldade considerável de acesso aos cuidados. Criação de numerosas organizações de proteção social para as populações não abrangidas pelo sistema formal de segurança social (mutualidades de saúde); ausência de enquadramento legal apropriado em todos os países do espaço.

A constatação é a situação das estruturas da saúde em África continua preocupante, mas diferente de uma região para a outra, como expliquei. Para tomar em consideração as especificações de cada país, a UAM adotou a política da Regionalização. Em abril de 2014, criámos 4 regiões: a África Central, o Norte de África, a África Ocidental e a África Austral. Hoje, assistimos à implementação da região da África Ocidental.

Os objetivos (já os citei) e as perspetivas

As perspetivas dessa situação, isto é, tomar em consideração as especificidades regionais (a isso somos obrigados em África), reforçar a formação (é uma necessidade), recolher dados mutualistas (que são raros), intensificar o *Networking* visando um *lobbying* forte. De que forma? Regionalizando a UAM (é uma necessidade), criando centros de formação, criando o Observatório da Mutualidade, unificando o movimento mutualista.

Em direção à unificação do mutualismo mundial

Exprimindo uma vontade conjunta de criar uma organização mundial que federe os diferentes atores do setor mutualista e garanta a união dos esforços mutualistas pelo mundo fora, a UAM reúne vinte países e assinou na Costa Rica em junho de 2015 com a Organização das Mutualidades Americanas (ODEMA) que reúne dezanove países um protocolo de intenções para a formação de uma organização mundial que federe todas as mutualidades de todos os setores de atividade. Isto porque, em África, somos interpelados sobre a questão do desenvolvimento humano. Porque não há apenas o questionamento e o défice na saúde.

A ratificação em Genebra da versão inglesa do protocolo em março de 2017.

Para se certificar da implementação desta união, foi levada a cabo uma reunião entre o Presidente da UAM, o Presidente da ODEMA e o Representante dos Centros de Acolhimento e das delegações e ONG em Genebra (CAGI), este centro tem por objetivo a instalação e a integração em Genebra das organizações internacionais não-governamentais.

Os objetivos da criação desta união mutualista que agrupa todos os setores de atividade são:

- Unificar o movimento mutualista pelo mundo fora;
- Posicionar o mutualismo como pilar incontornável da economia social e solidária;
- Desenvolver o movimento mutualista;
- Reforçar o papel que ocupa a mutualidade no sistema da proteção social;
- Melhorar a taxa de cobertura;
- Intensificar o *Networking*;
- Fazer ouvir a voz da mutualidade em várias tribunas;
- Melhorar os indicadores de desenvolvimento humano;
- Participação na implementação de uma justiça social e espacial;

Trabalho em rede levado a cabo pela UAM e a Mutualidade Geral da Administração Pública.

Hoje, somos membros do Fórum Mundial da Economia Social e Solidária do Canadá. Temos uma convenção estratégica com a Turquia. Trabalhamos em conjunto com a MGEM França através do programa PASS que acompanha a nossa região ocidental. Somos hoje um membro da Rede da Economia Social e Solidária Africana. Temos um projeto de constituição de uma União Mundial da Mutualidade com a ODEMA. Somos Vice-Presidentes da Comissão da Mutualidade na ISSA. Temos convenções com universidades marroquinas. Temos um protocolo com a Mutualidade Portuguesa. Temos uma convenção com a AMCI que trabalha no âmbito internacional com os

estudantes africanos. Temos uma convenção com a AGMCI da Costa do Marfim que é Presidente da Região Ocidental da UAM. Trabalhamos em estreita colaboração com a ONU Mulheres. Temos ligações com as Mutualidades dos Veículos Pesados do Senegal. Somos membros da Associação Internacional da Mutualidade. Somos membros da Rede da Economia Social e Solidária Marroquina. Trabalhamos em conjunto com o Programa PASS na África Ocidental.

A colaboração com a União das Mutualidades Portuguesas, a UAM e Mutualidade Geral baseia-se na partilha de experiências e de know-how, capitalizar as experiências de sucesso no âmbito da Mutualidade, em cada país, trabalhar sobre projetos concretos e exequíveis visando o bem das nossas populações das duas margens, desenvolver as Mutualidades do setor da saúde, reforçar o papel desempenhado pelas mutualidades na cobertura médica.

Obrigado!

---

Bem, depois destes nossos oradores se apresentarem os seus temas, poria à consideração dos presentes, dos nossos congressistas, algumas questões que entendam colocar aos nossos oradores. Por favor.

Agradecia que aparecesse alguma pergunta. Se não sou obrigado a fazer já eu algumas perguntas. Ah, está, obrigado.

---

Boa tarde a todos em primeiro lugar.

Eu acredito que o senhor Loek Caubo tenha um tradutor.

Ou devo dizer... Sim?

---

Tem tradutor.

---

Ok. Ele fez alguns comentários em acerca de nós unirmos esforços enquanto empresas de Economia Social e termos uma voz no Parlamento Europeu. E a minha pergunta é: que tipo de propostas é que estão a faltar nesse momento, para que este tipo de propostas sejam ouvidas, enquanto nós somos empresas de Economia Social?

---

Não tenho a certeza de ter compreendido a sua pergunta mas vou tentar responder. Penso que não é um problema relacionado com definir projetos específicos ou exemplos à Comissão Europeia, mas o problema é que existem grandes diferenças por toda a Europa e entre países.

Cada país tem os seus próprios regulamentos e o seu próprio sistema, e quando vemos a Europa do ponto de vista dos mercados, então a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu vêm como uma das suas funções principais desenvolver ações para que o mercado possa operar e que essas empresas comerciais de um país possam operar em outros países.

Mas para a Economia Social e para as Mutualidades não sentem esta urgência para que tal se torne possível. Assim, o problema para nós é que a Economia Social passe a estar na agenda do Parlamento Europeu e da Comissão e que estas entidades compreendam que devem também analisar as regras e o sistema para garantir que o funcionamento da Economia Social e das Mutualidades seja possível por toda a Europa.

---

Acerca das pessoas jovens? No seu país? Português? Falo português? Ok. Acerca dos jovens, no seu país, eles têm uma voz ativa nas empresas de Economia Social?

---

Não sei se o meu país é muito diferente dos outros, penso que em todos os países é difícil e devemos dar o nosso melhor para envolver os jovens e mostrar-lhes o que é a solidariedade, porque os jovens crescem numa sociedade na qual a solidariedade e a necessidade de solidariedade é menos visível do que era há alguns anos atrás.

Assim, por toda a Europa, devemos fazer um esforço para mostrar aos jovens que a solidariedade é um fundamento da nossa sociedade, que não é algo que vem do exterior mas algo que as pessoas têm que fazer. E a palavra Mutualidade é, no fundo, a base da solidariedade, pois ambos os lados devem ter um intercâmbio e mostrar solidariedade um com o outro.

---

Eu estou neste momento a intervir porque nós estivemos num painel anterior que eu achei muito relativo. E muito importante no tema da Economia Social que era o Rejuvenescimento nas Mutualidades. E eu achei um tema muito importante porque nós vemos que Portugal tem uma população muito envelhecida. E a minha grande pergunta é: e quando eu for uma pessoa já envelhecida, será que nós teremos esse tipo de Mutualismo?

---

Deixe-me dizer que estive cá de manhã, mas foi tudo em Português, pelo que não consegui seguir o debate, deixe-me dizer isso em primeiro lugar. Bom, se teremos solidariedade e Mutualidades em dez, vinte, trinta, quarenta anos, esse não é um facto automático. Será esse o caso, apenas, se lutarmos por isso e mostrarmos que existe um valor acrescentado.

Quando fala de pessoas seniores não apenas daqui a vinte, trinta anos mas mesmo agora, ficará claro que precisam de tal solidariedade porque, por exemplo, não sei como funciona aqui, mas no meu país os idosos não tem família ou quase nenhuma família,

pelo que precisam que os seus vizinhos e a sociedade os auxiliem, e que tornem possível que vivam as suas vidas sem ajuda profissional e para que possam ficar em casa o máximo de tempo possível, sem terem de viver em instituições.

---

Muito obrigado, Senhor Presidente, se faz favor.

---

Eu tinha aqui uma pergunta a cada um dos elementos, se me permitem. Como presidente não devia colocar as questões mas alguma curiosidade, tendo aqui um painel, bastante rico conforme temos, primeiro saudá-los a todos.

Ao Pedreños porque muito recentemente estivemos precisamente em Madrid onde estive presente. Estive presente em Madrid precisamente na assinatura daquela Convenção dos vários Ministros que estiveram lá. Portanto eu estive o prazer de estar lá presente. E a minha pergunta para o Pedreños é: Sabendo que Portugal está neste momento a fazer, que foi um percurso que foi feito também em Espanha da criação da Confederação que representa no fundo as entradas da Economia Social, e sendo eu um elemento, faço parte dos órgãos associativos da CASES, que de alguma forma está a procurar promover essa Confederação. Eu sei qual é a resposta mas é importante, porque estamos aqui numa, enfim com uma série de mutualistas. Mas que da importância que possa ter precisamente esta Confederação que, que já o respondeu um bocadinho ali mas se calhar é importante que todos ouçam, da criação desta Confederação. Porque há alguns receios das entidades da Economia Social. Receios, medos de se perder de alguma forma a sua identidade, a sua força, em benefício de outros.

Depois tinha também uma pergunta para, para o Luís, porque eu vou falar em português para ele. Que traduzam em inglês. Pareceu-me na tua apresentação que é na Holanda, é uma organização um voto. Uma pessoa um voto. Aqui em Portugal é assim. E de alguma forma nós, UMP, ficamos um bocadinho incomodados, porque por exemplo na AIM, não se passa dessa forma. A votação é feita de acordo com o poder financeiro das organizações. O que de alguma forma, no nosso entender, retira precisamente aquilo que é a espontaneidade, a liberdade, que todos nós como seres humanos temos e que de alguma forma a sensação que fica é que é o poder financeiro que manda precisamente na AIM.

A pergunta que eu iria fazer para o Abdelmoumni é precisamente, atendendo que, evocou ali a ideia da criação de uma Organização Mundial de Mutualismo, e que a própria AIM sendo uma organização que, de alguma forma representa vários continentes, qual foi ou é essa relação, porque eu acho que, como pegando nas palavras do Pedraño, em que ele diz que se todos, todos juntos somos mais fortes, e havendo aqui, e não havendo esta, esta sintonia para que sejamos mais fortes com a AIM e com essa, com uma Organização Mundial. Como é que correu sobre contactos e qual vai ser, ou se é possível, ambicionamos precisamente uma organização mundial que represente no fundo todo o Mutualismo no mundo e não uma organização que



existe, e uma outra que vai surgir também, que no fundo eu acho que nos divide do que nos propriamente nos une.

Muito obrigado.

---

Bom, em resposta ao pedido para falar um pouco sobre a Confederação Espanhola, como construímos o tema da Economia Social em Espanha, a influência que tivemos também no ato de Madrid, neste sentido.

Devo dizer-vos que a Confederação Espanhola foi constituída há 25 anos e até então éramos organizações separadas. De um lado estavam as cooperativas, do outro, as diferentes famílias da Economia Social.

As Mutualidades, as sociedades laborais, as empresas de inserção, diferentes famílias. Não tínhamos nenhum nível de representação. Não tínhamos nenhum nível de representação, nem tão pouco estávamos em nenhum fórum onde pudéssemos intervir. Foram 25 anos de trabalho interno, dirigindo todas as famílias numa única direção. A direção de que se algo era bom para o conjunto, seria bom para a família. Esta conceção culminou com o trabalho de todos na Lei Espanhola de Economia Social de 2011.

Fizemos um evento em 2010 em Madrid com cerca de 800 pessoas. Esteve presente o Governo e o Presidente Zapatero, que se comprometeu dizendo que, em menos de um ano, teríamos uma lei de Economia Social. Em 2011 foi aprovada esta lei da Economia Social e isto significa o que é a primeira lei de Economia Social no mundo. E isto significou um passo muito importante pois todas as famílias trabalharam na mesma direção e todas beneficiam desta representação conjunta. Vou dar-vos apenas um dado: o único país que conseguiu ter um programa europeu do Fundo Social Europeu para a Economia Social e inclusão social com novecentos milhões de euros foi Espanha.

Um programa de novecentos milhões de euros para reforçar as famílias da Economia Social e para reforçar as empresas de Economia Social. Isto só foi possível graças a todos termos seguido a mesma direção. Deste programa beneficiaram todas as famílias. É para a Economia Social, mas todas beneficiam. E quem gere é a CEPES. Estamos a gerir por parte da Confederação a parte que corresponde à Economia Social e isto é muito importante. São mensagens de, como trabalhando numa direção específica, existe um efeito de união. Eu dizia que cada um por si, somos invisíveis, e que todos juntos podemos ser invencíveis. Isto é verdade e demonstramo-lo. O resultado da declaração do ato de Madrid é outro exemplo. A confederação convidou a Ministra Espanhola para que estivesse na Conferência Europeia de Bratislava para que assumisse a Presidência Europeia dos Governos a favor da Economia Social. Neste momento, a Presidência Europeia pertence a Espanha.

Encorajamos a Ministra Espanhola para que tivesse uma relação bilateral de Economia Social com Portugal e já tivemos duas reuniões neste sentido, duas, e fizemo-lo a partir da Confederação. Encorajamos a Ministra da nossa Confederação para trabalhar com França numa relação bilateral para potenciar a Economia Social dos dois países.

Para indicar um número simples, a família mais representativa da Economia Social Espanhola, que são as cooperativas de trabalho, tem trezentos mil associados. Toda a Economia Social tem dois milhões e duzentas mil pessoas. A diferença é assinalável. Trezentos mil podem ser invisíveis, ainda que seja a maior, e dois milhões e duzentos mil são 9% de emprego em toda a Espanha, e isto é muito importante, neste caso, peço desculpa, 12% de emprego, 12% do emprego, e é importante que os responsáveis políticos percebam que esta Economia Social segue unida e na mesma direção e dá-nos uma tremenda força a todos. Eu encorajo Portugal a seguir este caminho pois os benefícios são muito claros e muito rapidamente visíveis.

Muito obrigado.

---

O senhor Luís fez uma pergunta sobre a democracia na AIM, certo? E eu vou dar-lhe duas respostas: começemos pela primeira. Penso que quando fala de “uma pessoa um voto” a democracia na AIM é o melhor que conseguimos atingir, pois pegamos nos votos de cada membro, pelo que os votos são decididos pela quantidade de pessoas que estão representadas pelos membros. Isso é também a quantidade de dinheiro que temos de pagar para ser membro da Associação, mas dessa forma é um sistema muito democrático, penso.

É como o Parlamento Europeu. Quando estamos na Holanda temos menos membros no Parlamento Europeu do que, por exemplo, a Alemanha. Mas deixe-me dar-lhe outra resposta. Penso que esta é mais importante: penso que “poder” e este tipo de palavras, já há três anos que trabalho de forma muito intensa na Associação e não acredito que estejamos a lidar com este tipo de coisa. Na AIM toda a gente é ouvida, os membros podem participar e penso que temos uma excelente cooperação, envolvendo toda a gente que quer estar ativa na AIM. Penso que é também uma espécie de democracia.

---

1:26:24 [francês] 1:35:22

---

Julgo que lá para trás estava alguém que...

---

Olá muito boa tarde a todos participantes.

Eu gostaria de colocar duas questões direcionadas nomeadamente ao Sr. Caubo e ao Sr. Abdelmoula Abdelmoumni, sobre a questão da Organização Mundial do Mutualismo.

Em primeiro lugar para o Sr. Caubo da AIM eu gostaria de questionar muito diretamente como é que a AIM encara a criação de uma Organização Mundial do Mutualismo que no fundo irá, creio eu, chocar um bocadinho com aquilo que são as responsabilidades da AIM no plano internacional. Em segundo lugar, ao Sr. Abdelmoumni eu gostaria de questionar em que medida é que esta nova Organização Mundial do Mutualismo será diferenciadora da AIM, ou seja, em que medida é que esta organização não será

redundante e terá elementos diferenciadores que a diferenciem, passo a redundância também, da AIM também e que contribuam para que esta nova organização se afirme no plano internacional das Mutualidades.

Muito obrigado.

---

Houve uma reunião, entre as várias partes, em Madrid, há cerca de duas semanas, e debatemos esta questão na nossa assembleia, na semana passada, em Antuérpia. E a opinião de todos os membros da AIM, bem como da Europa, da América do Sul, de África e do Médio Oriente, que estiveram presentes em Antuérpia, é que a fundação de uma nova organização-quadro, uma nova organização mundial, não seria de nenhuma utilidade.

Penso que começar novas organizações e financiar uma maior estrutura não ajudará as Mutualidades individuais, estamos abertos a cooperação com todas as organizações, com os mesmos objetivos e os mesmos princípios sobre a solidariedade, mas os nossos membros não pretendem financiar uma nova organização-quadro para as Mutualidades.

---

Obrigado, Senhor Presidente.

Agradeço a sua pergunta, que é pertinente. Primeiro, colocou a questão da democracia. A democracia é uma componente muito importante em todo e qualquer desenvolvimento, em toda a criação e, também, na participação.

Dou o exemplo de Marrocos, da minha Mutualidade: servimos 1.500.000 beneficiários na nossa Mutualidade. Somos a maior Mutualidade de África (não apenas em Marrocos). E no seio do Conselho de Administração do Seguro de Doença Obrigatório encontramos Mutualidades que têm apenas 25.000 beneficiários. Pois acreditávamos que cada um de nós podia trazer, dar, participar da mesma forma que o outro. E é por isso que hoje estamos a 68% da cobertura médica da nossa população.

No que respeita a criação da União Mundial das Mutualidades, como sabe, Senhor Presidente, as organizações mutualistas são hoje – por exemplo, em África – organizações mutualistas no âmbito da saúde. A maioria das Mutualidades é da área da saúde. Por exemplo, em Marrocos, temos apenas uma Mutualidade dos Seguros, uma Mutualidade apenas para as reformas, mas temos trinta e oito Mutualidades na área da saúde. Temos cinco milhões de beneficiários nessa área. Mas, como sabem ainda melhor, ao nível de África, somos hoje interpelados no âmbito do desenvolvimento humano. Porque não há unicamente números e indicadores alarmantes na área da saúde ou no âmbito da cobertura médica. Também há no setor agrícola, ainda mais no setor das pescas, no setor do habitat, e por aí fora.

Se nos limitarmos unicamente ao setor da saúde, não vamos poder responder às interpelações de todos os africanos. Julgo que seríamos expulsos pela História. Como o disse, trabalhando em estreita colaboração com os nossos colegas da América, descobrimos que eles estão mais avançados, mais desenvolvidos no domínio da

Mutualidade nos setores da agricultura, do ensino, da saúde, etc. E concluímos que poderia ser uma resposta às interpelações que recebemos ao nível do nosso continente. Hoje, não podemos esconder-nos ou fechar os olhos ao que as populações nos solicitam. Antes, era possível fazê-lo. Hoje, não.

Esta aproximação entre o continente, a União das Mutualidades de África que se especializa no âmbito da saúde e a União das Mutualidades Americanas que também se especializa no domínio da saúde, é indispensável trabalhar para unificar as nossas forças, mas também para reunir todos os ramos das Mutualidades. Se cada ramo trabalhar apenas no seu domínio, estaremos dispersos. Mas se reunirmos os ramos, estaremos unidos. Se falarmos apenas da nossa política, da nossa estratégia mutualista de saúde, passaremos a ideia de que nos estamos a dispersar. Mas se trabalharmos, na nossa estratégia e na nossa visão de futuro, sobre todos os ramos mutualistas sobre os quais somos interpelados e que nos podem ajudar no desenvolvimento humano, no desenvolvimento do nosso país e do nosso continente, julgo que estaremos em consonância com a história.

Vou dar um pequeno exemplo para clarificar melhor: a Economia Social e Solidária. Quando estávamos a trabalhar e a perspetivar as coisas como Mutualidade da saúde, a Mutualidade geral do pessoal das administrações públicas em Marrocos, tivemos dificuldade para conceber a Economia Social e Solidária até mesmo ao nível do nosso país. Porque se diz que é enorme, que a Economia Social e Solidária integra as cooperativas, as associações, as mutualidades e outras que trabalham na solidariedade. E aderimos a esse Agrupamento de Redes da Economia Social e Solidária Marroquino e descobrimos que funciona muito bem. E como é que funciona bem? Tornámo-nos fortes, temos outros parceiros (cooperativas e associações). Se seguirem as novidades da Mutualidade Geral no site e no facebook, descobrirão que hoje travamos uma grande guerra ao nível parlamentar sobre o projeto de quota da mutualidade ao nível da Economia Social e Solidária. As cooperativas e as associações estão próximas e estão hoje solidárias com a Mutualidade Geral sobre o projeto de quota da Mutualidade.

O *Networking* é mais importante na unificação do que na especificidade e na especialidade (isto é, a especialização num ramo). Falo um pouco politicamente, se formos um pouco mais longe, encontramos países dirigidos por Estados de uma só formação política, e outros Estados com diversidade na sua formação política (partidos políticos). O desenvolvimento dos países vem com a pluralidade. Quando somos plurais, isto é, participamos, desenvolvemos ideias, unimo-nos à volta de estratégias, e desenvolvemo-nos para o futuro.

A democracia, a transparência, o desenvolvimento e a igualdade vêm com a diversidade. A diversidade é boa, o seu contrário, não. Se unirmos esforços para acolher todos os ramos de atividade que trabalham no âmbito da Mutualidade, ainda mais, se nos unificarmos na cúpula da Economia Social e Solidária que junta as associações e as cooperativas, julgo que amanhã seremos uma rede muito forte face à economia, e teremos um peso social que vai responder a todas as questões que se colocam hoje aos nossos cidadãos.

Obrigado.

---

Não sei se há mais alguma questão a colocar? Por favor. Existe ali alguém que quer pôr uma questão. Mas, eu pedia, julgo que será a última questão porque já estamos aqui um bocadinho a fugir ao tempo.

---

É só uma questão ao Sr. Juan António.

---

Muito rápido.

---

Que falou sobre o papel do Estado na promoção da Economia Social. Queria saber que tipo de medidas ou políticas acha que o Estado deve adotar para o desenvolvimento da Economia Social.

---

Ainda vai responder?

---

Sim.

---

Bom, muito rapidamente, todas as medidas em geral que incidam na não-discriminação das famílias da Economia Social quanto ao resto, na potenciação da própria família da Economia Social, no desenvolvimento, na difusão, no fomento, todo este conjunto de coisas é aquilo em que neste momento estamos a trabalhar com o Governo de Espanha a partir da CEPES.

Estamos a trabalhar na estratégia espanhola para o fomento e desenvolvimento da Economia Social. Uma estratégia que abrange sete eixos entre os quais o auxílio às organizações, a criação de emprego, a participação da mulher na cooperação e desenvolvimento, favorecer a solidariedade, direitos humanos e sociais a favor desta questão, sete eixos que entendemos serem adequados em termos orçamentais e que têm de fazer parte de uma medida maior de criação das empresas de Economia Social e uma maior representação.

Uma das medidas é como podemos melhorar a representação institucional da Economia Social. Temos que seguir com presença nos fóruns ao nível máximo, melhorando o diálogo institucional, participando no diálogo social. Estamos limitados na participação no diálogo social. Temos que tentar uma melhoria neste sentido para todo este conjunto de medidas. Este setor percebeu que há benefícios para todos e estamos a definir em conjunto com o Governo Espanhol uma estratégia espanhola a favor da Economia

Social para os próximos quatro anos. Estas são as medidas que estamos a fazer com o Governo de Espanha, mas para além disso cada uma das regiões espanholas está a desenvolver um plano integral de desenvolvimento da Economia Social. Um plano integral, o que significa que cada região tem o seu próprio plano de Economia Social com orçamentação e o Estado tem um plano para a Economia Social global no seu conjunto.

Isto, por exemplo, é uma medida que seria impossível alcançar de forma individual, cada uma das famílias que compõem a Economia Social. Isto é uma espécie de chuva miúda que está a cair de forma igual por toda a Europa. Na Europa vai haver um plano de ação para a Economia Social e depois cada país terá o seu plano, a sua estratégia e em cada país as regiões terão as suas estratégias para a Economia Social e esta é a forma correta para que a partir do território se potencie o desenvolvimento, o fomento e a visibilidade das empresas de Economia Social.

Neste momento, para responder à pergunta, está em aprovação no congresso de deputados um plano com o nome “Estratégia Espanhola para a Economia Social” que se juntará a este programa operativo de inclusão social e Economia Social que referi anteriormente, dotado com novecentos milhões de euros, que estamos a desenvolver desde 2017 até 2023. Temos sete anos em que vamos tentar aproveitar ao máximo os recursos e a vontade política para situar a Economia Social no espaço de interlocução que lhe corresponde e que merece.

---

Bem, eu como, como moderador sou obrigado na verdade a dizer aqui duas ou três conclusões, muito rapidamente para acabarmos. Então, deste painel, deste magnífico painel que já, desde já agradeço aos oradores, na verdade a importância dos conhecimentos que trouxeram, tiramos por conclusão o seguinte: a crescente importância e envolvimento do Movimento Mutualista a nível mundial onde a União das Mutualidades Portuguesas já é um *player* interventivo e ouvido; a importância que a ECE desempenha no desenvolvimento e implementação de novos modelos económicos no âmbito da Economia Social; a criação de uma estratégia comum a nível internacional para potenciar a Economia Social.

E por fim dizer, as conclusões pelo menos que tiramos, julgo eu, que o Mutualismo a nível global está a seguir o seu caminho e por aquilo que ele foi dito aqui o futuro é de esperança.

Muito obrigado.

---

Dado o adiantado da hora, vamos dar continuidade aos trabalhos. Informamos no entanto, que está disponível uma coffee-station para todos os participantes.

O IV painel será dedicado ao tema Estratégias de Cooperação e contará com as intervenções de Arlindo Nascimento do Rosário e Aida Beirão. Comporia igualmente este painel o Dr. Marco António Costa, Presidente da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da CPLP. Todavia, por motivos de agenda política,



que são publicamente conhecidos viu-se impossibilitado de estar connosco nestes trabalhos.

A moderar o painel e a conduzir o debate estará Manuel Amaro, Presidente da Direção da Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto.

Vamos dar início ao IV painel que será dedicado ao tema Estratégias de Cooperação e contará com as intervenções de Arlindo Nascimento do Rosário e Aida Beirão. A moderar o painel e a conduzir o debate estará Manuel Amaro, Presidente da Direção da Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto.

Arlindo Nascimento do Rosário é Ministro da Saúde e da Segurança Social de Cabo Verde, tendo sido deputado, Delegado de Saúde e também Diretor do Hospital Regional de Santo Antão. Possui licenciatura em Medicina e Especialização em Pediatria Geral.

Aida Beirão, licenciada pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra é atualmente assessora para os Assuntos Sociais do Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais de São Tomé e Príncipe, participando neste painel em representação do Senhor Ministro.

Damos portanto a palavra ao moderador para que conduza os trabalhos deste painel.

---

Ah, estava ver que tinha sido boicotado mas não.

Bom queria agradecer em primeiro lugar. Primeiro, boa tarde a todos, já nos vimos desde manhã. Expressar aqui o meu agrado por pertencer a este painel. Que me honra muito, sobretudo por ter, por estar ladeado por dois países que eu conheço razoavelmente bem, que me dizem muito, que me fizeram sentir sempre em casa cada vez que os visitei, e de maneira tudo o que possa contribuir para que eles levem também a nossa hospitalidade para os seus países, me deixam muito grato e muito satisfeito.

Queria agradecer por isso também, ao Dr. Luis Alberto, por me ter designado para este painel, porque parece que adivinhou. E agradecer-lhe também o esforço que ele tem feito, nomeadamente com os protocolos que já estabeleceu e que se prepara para continuar a estabelecer com estes dois países. no âmbito da Proteção Social, no âmbito da Saúde, que são realmente dois vetores importantes, para estes países que estão agora no início de novas políticas, novas ações, junto da sociedade para lhes levar uma melhor proteção social, uns melhores cuidados de saúde.

Assim vou convidar o primeiro orador, o Sr. Dr. Arlindo Nascimento do Rosário, Ministro da Saúde e da Segurança Social de Cabo Verde, a quem dou a palavra e faz favor de se dirigir então.

---

Ok. Muito boa tarde a todos.

Queria em primeiro agradecer o convite que me foi formulado, portanto ao Governo de Cabo Verde, para participarmos neste congresso. Felicitar também a Associação das

Mutualidades Portuguesas, 720 anos é muito tempo, é obra. E de facto estou aqui, em representação do Governo, na realidade devia estar também, devia vir a Senhora Ministra da Família e da Inclusão Social que tutela a área da Proteção Social e nomeadamente, a parte das Mutualidades. Por razões de agenda ela não pode estar, mas aqui estou em nome do Governo também, até porque interessa muito, a questão das Mutualidades, sobretudo na área da Saúde.

Eu iria fazer rapidamente então uma apresentação sobre a Proteção Social em Cabo Verde.

Na realidade lá, a Segurança Social lá em Cabo Verde está subdividida em dois, digamos em duas vertentes: A parte da Segurança Social do regime contributivo e a Segurança Social, de proteção social para pessoas ainda que não têm, não estão cobertas pelo regime contributivo. O regime contributivo está com o Ministério da Saúde e Segurança Social. O outro regime está com o Governo, está com Ministério, portanto o Ministério da Família e da Inclusão Social. Da parte contributiva, essa parte contributiva da Segurança Social contributiva, é gerida pelo Instituto Nacional da Previdência Social, portanto o INPS, o chamado INPS, sobre tutela do Ministério da Saúde e da Segurança Social e neste momento abarca uma população de cerca de 40% da população cabo-verdiana. Portanto 40% da população já está coberta pelo regime contributivo.

A restante está, como lhe disse, na parte da Proteção Social, em que entra também a parte das Mutualidades.

Nós temos, o nosso sistema de, o Mutualismo em Cabo Verde ainda é incipiente. Baseia-se muito também no aspeto cultural também muito forte, lá em Cabo Verde, que nós chamamos de Juntamon. As pessoas unem-se, tradicionalmente há uma tendência para se unirem, para construírem as casas, na altura dos funerais, nos medicamentos, etc. Há essa união, essa união, essa participação das comunidades que é já uma coisa tradicional. De todo modo, pouco a pouco, vem sendo implementado e já, já inclusivamente algumas ilhas onde isso já é mais evidente.

Nós como sabe somos um país pequeno, de que quinhentos e tal mil habitantes, dividido por ilhas, nove habitadas, onde o Mutualismo está sobretudo mais avançado, mais concentrado na ilha de Santiago, como o Sr. Presidente bem sabe, e tem sido esse desenvolvimento do Mutualismo, do Movimento Mutualista em Cabo Verde, tem sido desde a primeira hora muito apoiado pela Associação de Mutualismos de Portugal.

Portanto como dizia o regime de Proteção Social, nós temos uma rede de Segurança Social, que é a tal população residente, que em situação de falta ou de diminuição de meios de subsistência, essa parte da população é financiada pelo orçamento do Estado e é gerido pelo Ministério da Família e Inclusão Social. A Proteção Social obrigatória, de trabalhadores por conta de outrem, ou por conta própria e suas famílias, aí essa parte é financiada por quotizações, por contribuições e é gerida pelo Ministério da Saúde e Segurança Social. Existe também um regime de Proteção Social complementar que quem independentemente de ter, podendo ter uma Proteção Social obrigatória poderá contratualizar mais alguma proteção, nomeadamente com empresas ligadas à área da segurança.

Na rede de Segurança, o que é que o Estado, qual é o compromisso do Estado? Pensões Sociais e o Fundo Mútuo da Saúde, que inclui também o subsídio de funeral, rendimentos de inclusão, sistema de cuidados. Aí, dentro do Sistema de Cuidados entra a parte das ações sociais e assistência médica, as evacuações. Há um grande investimento anual na área das evacuações, sobretudo para Portugal. Das evacuações externas mas também de evacuações internas. Normalmente é a parte do Centro Nacional de Pensões que gere essa parte das evacuações e, de facto há um volume, portanto o orçamento utilizado, gasto nessa parte das evacuações quer entre as ilhas, porque o nosso sistema, o nosso sistema de Saúde, é um sistema que é normalmente hierarquizado, nós temos apenas dois hospitais centrais, um na Ilha de Santiago e outro em São Vicente, e necessariamente, em função do nível e da complexidade dos cuidados, há necessidade de se evacuar, entre as ilhas e quando, a capacidade interna, a capacidade nacional não consegue resolver a situação, conseguimos também através da cooperação portuguesa, com o Estado Português, fazer a evacuação para Portugal.

Numa Proteção Social obrigatória, portanto existem as prestações imediatas, as diferidas e aí entra a parte também a assistência médica e medicamentosa, hospitalar e meios auxiliares de diagnóstico. Digamos que 80% da população cabo-verdiana, com mais de 60 anos já recebe uma pensão, uma pensão social.

40% da população cabo-verdiana encontra-se coberta pela proteção social obrigatória, já me estou a repetir. O Sistema de financiamento da Saúde ainda não garante a cobertura universal em Saúde. Garante em termos de acesso, em termos de acesso geográfico, nós temos estruturas e unidades de saúde em todas as ilhas, em todas as localidades, a menos de sessenta, a menos de trinta minutos da população, das residências, mas ainda há necessidade, de realmente, em determinados setores aumentar não só a qualidade mas também o acesso económico das pessoas aos cuidados, ao cuidado universal de Saúde.

Portanto, nesse sentido, nós estamos a trabalhar, daí a importância de facto de conseguirmos desenvolver também, complementando o sistema de Segurança Social Obrigatório, o sistema de Mutualidades que irá ajudar sobretudo as populações mais carenciadas com dificuldades graves, fazer realmente, gerir, e ajudando a gerir, melhorar o acesso dessa população aos cuidados, aos cuidados não só de saúde mas de outros sistemas.

Portanto os grandes desafios, alguns desafios, que nós temos em termos de cobertura de Proteção Social. Temos, pretendemos estender, fazer a extensão da cobertura da Proteção Social, aumentar o regime das Mutualidades, estender para todas as outras ilhas, quer a nível local mas também regional. Fazer isso é importante, o Governo está extremamente interessado em avançar com uma política de Economia Social. Inclusivamente foi agora em junho, que foi aprovado uma nova lei sobre a Economia Social, lá em Cabo Verde e já está aprovada. A garantia da sustentabilidade do sistema de financiamento de saúde, porque de facto nós temos uma população, que ainda, nós podemos dizer, que nós estamos ainda a beneficiar de um bónus demográfico, uma população relativamente jovem. Mas é preciso de facto pensar também na razão de ser e na proteção maior da Segurança Social, que é a parte das pensões, que precisa desde já começarmos a trabalhar sobre isso.

Por outro lado, mesmo um sistema de saúde, há a necessidade de procurarmos outras formas de financiamento, que não sejam praticamente exclusivas do orçamento geral do Estado e nesse sentido, estamos a trabalhar, portanto não só com o Ministério das Finanças, normalmente com quem tenho trabalho sempre, mas por forma a encontrar outras fontes de financiamento para a Saúde, sem esquecer que a nossa política inclui também a parte de maior abertura ao setor privado, permitindo alguma complementaridade, estamos a trabalhar neste momento. Já foi inclusivamente apresentado ao nível do Conselho dos Ministros, a regulação do setor da Saúde onde irá encontrar, teremos um quadro muito mais claro, mais bem definido, para atividade quer no setor público quer no privado. Eu creio que essa complementaridade irá ajudar também, na parte da, na extensão, no alargamento da cobertura dos cuidados.

Portanto a situação atual em relação às Mutualidades, há um potencial de crescimento enorme, não só a nível de Santiago mas em todas as outras ilhas. Em 2015 existiam em Cabo Verde quarenta e três mil e trezentos beneficiários. Parece, quando falamos em milhões parece uma coisa minúscula, mas tendo em conta a população, é uma percentagem já bastante razoável e a tendência é realmente de aumentar. E de facto, como disse, é de extrema importância a extensão da cobertura da proteção social e de promoção de saúde junto da população mais carenciada.

Outros desafios, o desenvolvimento e a conciliação no setor da Economia Social e Solidária. A regulamentação do setor da Economia, precisamos de facto também fazer da Economia Social, fazer essa regulamentação. A capacidade, a capacitação no domínio da gestão das Mutualidades. Há necessidade, a mim inclusivamente até na criação de um banco, de um banco de dados para podermos ter de facto as coisas bem definidas. A questão da prestação de contas. Há todo um conjunto de atividades que precisam de ser desenvolvidas para termos um sistema muito mais definido e mais claro em relação, na preparação inclusivamente das próprias, de quem está na liderança dessas Associações Mutualistas.

A criação de uma União de Mutualidades de Cabo Verde, entre as ilhas, mas também fazer, desenvolver a cooperação, a cooperação no caso concreto, com quem temos estado em ligação muito mais forte e com quem estamos a desenvolver, já desenvolvido algum trabalho, tem sido com a Associação das Mutualidades de Portugal. E nós contamos, e nós esperamos que de facto essa cooperação irá aumentar cada vez mais, poder beber um pouco dessa experiência já vasta e de muitos anos, que Portugal tem nessa matéria.

Portanto, como estava dizendo essa cooperação com a União das Mutualidades Portuguesas, irá sem dúvida apoiar, na regulamentação do setor de Economia Social e Solidário, na prestação de assistência técnica e outras, apoiar as ligações mutualistas, na definição de estratégias de financiamento, entre outros.

Há possibilidade de estabelecer também um acordo de cooperação nessa matéria. Portanto, muito rapidamente era o queria dizer sobre o desenvolvimento do Mutualismo em Cabo Verde numa forma, ainda estamos numa forma, ainda estamos numa fase muito incipiente mas com muita vontade e não só porque, conjuga não só o que sente

a população, a necessidade que vem da própria população, mas também da própria política do Governo, nessa matéria em termos de Economia Social.

Muito obrigado a todos.

---

Muito obrigado Sr. Dr. Arlindo.

E agora então dou a palavra a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aida Beirão de São Tomé e Príncipe.

---

Minhas Senhoras e meus Senhores, queria antes de mais cumprimentar todos os presentes e expressar em nome do Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais de São Tomé e Príncipe e sua Excelência o Sr. Ministro Dr. Emílio Lima, o mais profundo agradecimento pelo convite formulado pela União das Mutualidades Portuguesas e pelo seu Presidente Dr. Luís Alberto Silva para estarmos presentes no XII Congresso Nacional do Mutualismo e Dia Nacional do Mutualismo que celebra este ano 720 anos de história em Portugal. Infelizmente e devido a um impedimento de última hora não foi possível o Sr. Ministro Dr. Emílio Lima estar hoje aqui presente. Como é já do conhecimento de todos, o Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais da República Democrática de São Tomé e Príncipe assinou, no dia 31 de maio, um protocolo de cooperação com a União das Mutualidades Portuguesas, que veio consagrar um processo colaborativo iniciado já há alguns meses atrás. Esperamos que este protocolo seja o início de um caminho trilhado em conjunto, em prol do desenvolvimento da Economia Social e do Movimento Mutualista em São Tomé e Príncipe.

Promover a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento do país em geral e dos cidadãos São-Tomenses em particular, são alguns dos princípios e objetivos que defendemos conjuntamente. A República Democrática de São Tomé e Príncipe tem, no âmbito da sua constituição, um conjunto de objetivos primordiais do Estado, entre os quais, a promoção do respeito e a efetivação dos direitos pessoais, económicos, sociais, culturais e políticos dos cidadãos e garantir a democratização e o progresso das estruturas económicas, sociais e culturais. Para tanto, a Organização Económica de São Tomé e Príncipe, assenta no princípio de economia mista, tendo em vista a independência nacional, o desenvolvimento e a justiça social.

O período antes da independência foi caracterizado por diferentes formas de proteção social, materializadas através de entidades de Socorros Mútuos e Caixas de Previdência do Comércio e dos funcionários públicos. No que diz respeito ao período que se seguiu à independência, o mesmo ficou assinalado e infelizmente pela vigência das leis 2 de 79 e 5 de julho na qual foi extinta a Associação de Socorros Mútuos em São Tomé e Príncipe. Contudo, é intenção do Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais fazer renascer o Mutualismo em São Tomé.

Assim e após uma primeira visita da delegação da União das Mutualidades Portuguesas a São Tomé e Príncipe ficou claro que a UMP, seria um parceiro a considerar como estratégico para o desenvolvimento da Economia Social sobretudo do Mutualismo e da própria sociedade civil de São Tomé Príncipe. Este é o protocolo de cooperação que

temos a certeza que trará benefícios, não só para a Republica Democrática de São Tomé e Príncipe, mas também para a própria União das Misericórdias Portuguesas que reforçará sim a sua presença no nosso país.

São Tomé e Príncipe apesar de ser um país relativamente pequeno é constituído por uma população muito jovem, onde cerca de 65% da população tem menos de 25 anos.

Após alguns anos de instabilidade económica e social pensamos agora estar no caminho certo.

Acreditamos nos valores e princípios do Movimento Mutualista, desde a solidariedade à liberdade, a democraticidade, a corresponsabilidade e entreajuda, bem como na construção de uma sociedade mais justa e solidária, assente na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. São áreas prioritárias do Governo de São Tomé e Príncipe, a criação de emprego para os mais jovens e aposta na Economia Social, como um parceiro complementar do Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais da Republica Democrática de São Tomé e Príncipe e do próprio Governo.

A par da aposta na educação e da formação da população em geral e dos jovens em particular, o Governo tem também em vista privilegiar o desenvolvimento do turismo, com grande potencial mas ainda pouco explorado, da agricultura, através da reativação das roças e com auxílio de parceiros internacionais que possam absorver a nossa produção de cacau, de café e também nas pescas.

Para além do já referido, contamos com o apoio da UMP, na promoção e difusão do Mutualismo e dos seus valores, posicionando-se como uma força de referência no setor social e solidário, assumindo uma postura ativa, democrática e credível no panorama da Economia Social. Igualmente contamos com a colaboração, na criação de uma lei de bases da Economia Social que responsabilize o Governo e as Entidades, bem como na criação de um código das Associações Mutualistas e ainda no reconhecimento por parte da Assembleia Nacional e da sua constituição da importância das entidades da Economia Social.

Considerando os âmbitos de atuação da UMP e do Movimento Mutualista nos domínios da Saúde, da Segurança Social, da Economia, das Finanças, do Turismo, da Agricultura, da Formação Profissional, estamos certos que, as Mutualidades podem desenvolver os vários domínios que influem a vida económica e social das pessoas.

É nossa pretensão envolver os cidadãos na criação de regimes de auto proteção e dar-lhes ferramentas que não só permitam, como incentivem e facilitem a sua integração e participação social de forma justa, democrática e em igualdade de oportunidades.

Gostaríamos de voltar a ter um Movimento Mutualista ativo em São Tomé e Príncipe.

No passado, como já referi antes, existiram já algumas Associações de Socorros Mútuos em São Tomé e Príncipe. Estas associações ainda hoje, passados mais de quarenta anos, são evocadas por quem as conheceu, com especial saudosismo. Em algumas cidades, os serviços de saúde foram totalmente assegurados por Associações de Socorros Mútuos, deixando por isso, muito boas recordações desse tempo.



Estamos certos que esta parceria entre o Ministério do Emprego e Assuntos Sociais de São Tomé e Príncipe e a União das Mutualidades Portuguesas será longa e com muitos sucessos.

Termino a minha intervenção parabenizando a União das Mutualidades Portuguesas pela sua longevidade. Para todos vós felicitações e votos de bom trabalho.

Muito obrigada.

---

Bom, tivemos a oportunidade de ouvir as realidades daqui dos nossos dois países, digamos, irmãos, porque o são, as preocupações que têm e que se revestem as políticas dos mesmos, e aquilo que pretendem encetar para o futuro, para uma vida melhor das suas populações. Portanto antes de terminar, queria perguntar se da parte dos senhores convidados se tem algumas questões a apresentar.

Enquanto pensam e para que o tempo não seja morto, posso eu colocar algumas questões. E começava pelo Sr. Dr. Arlindo e perguntar-lhe, dado que não percebi muito bem da sua exposição, se já há Associações Mutualistas constituídas no seu país.

---

Sim, sim. Já existem várias Associações Mutualistas praticamente em todas as ilhas, sendo certo que na Ilha de Santiago, a ilha que tem mais associações neste momento. E associações que, não só para setor da saúde, mas também para o subsector agrícola, habitacional, portanto com várias vertentes, sendo certo que para a área da saúde é a área que existem mais associações.

---

Muito obrigado. Para a Sra. Dra. Aida Beirão, troco sempre o nome. Recentemente, como referiu, foi estabelecido um protocolo de cooperação entre a União das Mutualidades e São Tomé e Príncipe. Na sua perspetiva, nota-se já alguma vantagem, ou em termos de futuro tem essa perspetiva próxima?

---

Muito obrigada.

Eu penso que sim, penso que já se nota alguma vantagem porque há imenso interesse, quer do Ministério, isso foi já manifestado por diversas vezes, e mesmo a minha presença aqui, portanto, demonstra que estamos muito interessados. Nós já tivemos essa experiência, como eu tive oportunidade de dizer antes, do Sistema Mutualista em São Tomé. Funcionou muito bem. Pertencia ao Sistema Mutualista um hospital, o segundo maior de São Tomé, na cidade da Trindade. Era como se fosse um hospital de especialidades, digamos assim, penso que, infelizmente hoje está ao abandono. E é o que eu acabei de dizer, as pessoas que conheceram e que pertencerem, que temos ainda algumas que podem dar, pronto, falar sobre o assunto, e tiveram oportunidade, foram chamadas quando foi da visita do Dr. Luís e da sua equipa a São Tomé, estas pessoas que tem algum conhecimento ainda daquilo que foi, foram chamadas a dar a

sua contribuição, portanto, houve logo ali um interesse imenso em que reativássemos, digamos assim, esse sistema em São Tomé. Para além disso, nós temos, já que o Sr. Ministro apresentou da parte de santomense, também temos o sistema contributivo e o sistema não contributivo. O sistema contributivo, é gerido pelo Instituto Nacional de Segurança Social. E o não contributivo, a chamada Ação Social, que é gerido de forma autónoma, infelizmente apresenta várias debilidades. Portanto, não temos um regime complementar, neste momento e que faz imensa falta. Portanto, o Mutualismo aparece-nos logo ali como uma saída, portanto, e que nos interessa imenso. Interessou desde o princípio, porque era, pronto, era um assunto que já não se falava, já não se tratava, embora para vocês isto seja já velhinho, não é? 720 anos! Para nós, acaba por ser uma coisa nova, que chamaram-nos a atenção agora outra vez, e que nos parece bastante atrativo e que tem, parece-nos ter pernas para andar. E que vamos é precisar de ajuda, no sentido de vermos qual o melhor caminho para reativarmos o Mutualismo em São Tomé.

---

Muito obrigada Sra. Dra. Bom o nosso, não há? Há perguntas? Faz Favor?

---

Peço desculpa. Primeiro, devo agradecer ao Senhor Ministro pela sua intervenção, bem como ao representante de São Tomé. A minha questão é simples, queria apenas saber se, nesses dois países irmãos africanos, já tinham ouvido falar da existência da União Africana da Mutualidade, que é uma organização que é membro observador ao nível da OIT e que é membro e Vice-Presidente ao nível da Associação Internacional de Segurança Social, intervindo junto de vários países africanos como plataforma de troca de ideias ao nível da mutualidade.

Obrigado.

---

Há mais? Faz favor. Parece que ninguém quer colocar. Ah sim? Então faz favor.

---

Boa tarde ao painel! Parabéns pela vossa participação. Tinha aqui, estava a pensar em duas questões. Uma dirigida portanto à oradora de São Tomé e Príncipe, que também saúdo. E perguntando se, na verdade está a mostrar São Tomé e Príncipe muito interesse pelo Mutualismo, existe algum modelo já escolhido? Por onde é que vão começar? Como é que estão a pensar operacionalizar diremos, eu julgo que será uma intenção de curto prazo, como é que estão a pensar operacionalizar portanto o Mutualismo no interior de Cabo Verde. E em que vertentes? E em que vertente é que, portanto, deve haver uma série de prioridades, em que vertentes é que estão pensar, na verdade, priorizar essa vossa intenção?

Ao nível de Cabo Verde, nós em Portugal temo-nos debatido muito com, como é que o Mutualismo se vai financiar? Um problema, é um problema latente. Porque essas coisas não se fazem sem dinheiro não é? Como é que em Cabo Verde estão a pensar financiar

portanto esta vertente do Mutualismo? Se eventualmente com comparticipação dos habitantes? Pagando uma determinada quota? Se com o apoio total do Estado? Se eventualmente existe alguma coisa pensada nessa, nessa base. E como é que eventualmente a União das Mutualidades Portuguesas poderá também participar, diremos na vossa intenção de implementação do Mutualismo nas diferentes ilhas. Muito obrigado.

---

Há mais perguntas? Sra. Dra. quer fazer o favor de responder?

---

Relativo, é assim... O protocolo foi assinado muito recentemente, portanto nós não temos ainda o modelo. E como eu disse nós precisamos até do apoio da União das Mutualidades para nos ajudar a, para nos orientar, também, para ajudar a orientar, as nossas, os nossos caminhos, não é? Nos nossos caminhos. Escolher o melhor caminho a percorrer. Mas é com certeza uma área prioritária, a da Saúde. Porque é a área em que nós temos maior fragilidade, claramente, não é? Em São Tomé neste momento, o nosso sistema de Saúde é de facto um problema, um problema grave, se calhar o maior que o Governo enfrenta. E portanto precisamos de ajuda urgente para resolver alguns dos problemas que enfrentamos na Saúde. Portanto aí claramente precisaremos de ajuda e precisamos de cooperação. E relativamente ao que disse sobre a urgência, sim. É urgente. Nós pretendemos que nos próximos, não sei, logo que seja possível, aqui encontremos uma forma, um caminho, junto à União das Mutualidades para definirmos qual o caminho melhor e por onde começar, porque as necessidades são imensas, pensamos que há espaço em São Tomé para intervenção em vários domínios, mas da Saúde, com certeza, vai ser sempre a primeira preocupação.

---

Se faz favor Sr. Dr.

---

Em Cabo Verde, as associações que já existem, é sobretudo, como disse na área da Saúde, mas não só, os associados quotizam-se, têm alguma cotização mensal, à volta de, que ande entre os 250, diria que em euros, daria por volta de três a seis euros mensais, por pessoa. E é dessa, essa é uma parte, a quotização entre os associados. Mas eles também conseguem, quando nos organizamos, ter atividades do tipo de empreendedorismo, nomeadamente da realização de determinadas obras sociais, que seriam realizadas, que são financiadas pelo Estado, portanto, do Orçamento do Estado, e que era um fonte, acabava por constituir uma fonte de financiamento também. Portanto concorrem e em função do tamanho e da dimensão da obra, podem também ser eles a executar, e é uma outra também, uma outra fonte de financiamento. Portanto, fundamentalmente, é nessa linha, portanto da quotização e de outras fontes de financiamento pela realização de determinadas... Para além da área da saúde, na área, por exemplo, agrícola, inclusivamente na exploração, conseguem explorar alguns produtos e depois comercializar, portanto, comercializar esses produtos. Daí que

também conseguem algum rendimento. O que eu posso dizer ainda é que na área, no setor da saúde, quais é que são os dividendos que já podem ter as Associações de Mutualidades lá em Cabo Verde?

Por exemplo, a cobertura do internamento, a taxa do internamento, a chamada taxa moderadora para os internamentos, a Associação pode compartilhar, portanto, as Associações podem compartilhar em cerca de 50% no pagamento dessas taxas moderadoras. No transporte, no transporte dos associados para os hospitais ou para outro serviço. Nos medicamento. Até um valor, até um limite, pode, portanto, a Associação compartilhar com cerca de 75% do custo total do medicamento, até esse valor. Sendo certo que depois desse valor ultrapassado, é o inverso. Em vez de ser 75%, a Associação compartilha com 25. Quer dizer, já há algum resultado. Já há um dividendo claro da parte de resposta da Associação, o que motiva, o que me leva, que mostra interesse em que esse tipo de regime de proteção se expande não só onde está mais implementado, que é na Ilha de Santiago, na Praia ou outros concelhos mas nas outras ilhas também.

Como disse é uma organização que tem local, regional e central. E há todo um sistema organizado em termos de, sobretudo na parte da centralização, do orçamento e há uma centralização, sendo certo que as atividades são descentralizadas, nos vários setores, nas várias Associações locais.

---

Muito obrigado. Há mais alguma questão? Faz favor. Há mais alguma questão?

Não? Ok.

Bom, então já que não há mais questões. Só tenho que agradecer mais uma vez aqui aos dois representantes, quer de Cabo Verde, quer de São Tomé e Príncipe, dizer-lhes que para nós foi muito gratificante tê-los cá. Ver, dar-nos a conhecer as realidades dos seus países, ver que estão preocupados com a proteção social, nas suas várias vertentes, de Saúde, Cultural e outros tipos de Mutualismo que estão a ser desenvolvidos nos seus países e constatarmos que lá como cá, a preocupação que nós temos, quer os políticos, quer os Mutualistas, é proporcionar às populações, uma vida melhor, uma maior proteção, quer nas suas reformas, quer na doença e portanto, é isso que nos anima e é isso que faz parte da vida.

Queria também agradecer ao Dr. Luís Alberto, a forma como decorreu este primeiro dia de trabalhos, que ainda não acabou, mas em termos de painéis, sim, parece-me que é o último. Agradecer-lhe também a preocupação que ele tem tido na abertura de portas como já foi referenciado e está visto que ele abre portas não só cá no continente, até atravessa o Atlântico e vai até às ilhas. o que para nós também é muito bom sabermos que temos quem nos represente à altura, porque as nossas associações, infelizmente e já que estamos a tratar de um painel que trata de cooperação, vivemos muito fechados, quase de costas voltadas e mais grato é estarmos a oferecer cooperação a estes dois países nossos amigos e irmãos e nós ainda vivemos de costas muito voltadas, aqui uns com os outros. Às vezes numa associação estamos a desenvolver uma atividade, quando essa atividade, enfim, poderia ser otimizada, recorrendo a outra

associação do lado. E também ainda não somos capazes de fazer isso, ainda não somos capazes de entender que Mutualismo é fraternidade, é solidariedade, é pormos ao serviço dos outros aquilo que nós poderemos fazer. E aí não há que virar costas, a quem quer que seja. É oferecermos os nossos préstimos, é oferecermos toda a nossa colaboração e todo o nosso empenho ao serviço dos outros.

Isso é que pode ser o Mutualismo do presente e o do futuro.

A todos muito obrigado e mais uma vez, o Sr. Ministro Arlindo, a Sra. Dra. Aida por estarem presentes, por terem conferido muito qualidade aqui ao nosso painel e ao nosso XII Congresso. Muito obrigado e bom regresso.

---

Para o encerramento deste dia de trabalhos, chamamos para a mesa o Secretário de Estado da Saúde, Dr. Manuel Delgado e José Almeida, membro do Conselho de Administração na União das Mutualidades Portuguesas.

Damos em primeiro lugar a palavra ao membro do Conselho Administração que apresentará as conclusões de hoje.

---

Olá boa tarde.

Caros congressistas, chegados ao final deste dia de trabalho, é tempo de produzirmos algumas conclusões e de assinalarmos algumas ideias essenciais.

Todavia, permitam-me, desde já, antecipar que a síntese que apresentarei ficará seguramente muito distante da riqueza quantitativa e qualitativa dos contributos dos oradores dos painéis de hoje. Com efeito, tivemos oportunidade de ouvir intervenções dos mais diversos quadrantes que, pela sua visão e capacidade de análise dos temas propostos, nos diagnosticaram maleitas, propuseram ideais, apontaram caminhos e, acima de tudo, desafiaram. Mas diga-se, é precisamente para isto que nos reunimos em congresso.

Portanto de forma estruturada e muito sucinta, importará destacar as seguintes conclusões: A sociedade está em constante mutação e enfrenta, a cada dia, novos desafios. Os sistemas estatais vêm-se confrontados com dificuldades e respostas às necessidades das populações. As Mutualidades em particular, as entidades da Economia Social em geral, já provaram ser capazes de responder à sociedade em áreas chave como Saúde, a Proteção Social, complementando o papel do Estado.

As Mutualidades mostram capacidade de adaptação, auto organização, democraticidade, vitalidade, relevância social e resiliência. Os princípios humanistas Mutualistas têm-se mantido honrosamente imutáveis, fiéis à sua génese. Apesar das instituições acompanharem as novas tendências da sociedade, o Movimento Mutualista vê-se confrontado, com desafios para os quais ostracizar caminhos de solução, alargando horizontes de atuação e estratégias de cooperação diversas e transversais.

As Mutualidades não deverão abrir mão das características distintivas: proximidade, trabalho em rede, eficiência, diversidade, criatividade e complementaridade, que lhe são reconhecidas. O Movimento Mutualista tem à sua frente grandes oportunidades na área da Saúde, às quais importa estarmos atentos e sabermos aproveitar com persistência, que nos caracteriza.

O Mutualismo Português deverá ter um papel importante junto das Entidades Nacionais e Internacionais, na abordagem de matérias como a criação de instrumentos de financiamento para a Economia Social. Inovando em termos da sustentabilidade financeira urge, para a promoção do rejuvenescimento do movimento, que as Mutualidades apostam na inovação e recriação das áreas de atuação, na diversificação dos serviços e intervenções, abrangendo o desporto, o lazer, a cultura e o bem-estar entre outros, apresentando aos jovens aspetos que estimulem e atraiam. A ligação com as instituições do ensino e as associações juvenis, a abertura de instituições à modernização, e o investimento na capacitação da classificação dos recursos humanos, são condições essenciais para o caminho do desenvolvimento de mais jovens no Movimento Mutualista.

As Mutualidades enquanto entidades de Economia Social devem assumir com orgulho, o seu papel fundamental, na promoção de empregabilidade nacional e devem continuar a reclamar a importância de todas as parcerias, no domínio da criação da riqueza e emprego.

A cooperação internacional é uma estratégia fulcral para o crescimento do movimento, porque promove a partir de práticas e modelos, a inovação, a adversidade e o fortalecimento, o crescimento e a sustentabilidade das instituições. Creio que estes são os argumentos mais que suficientes para que, sairmos daqui hoje com as nossas almas Mutualistas cheias de contentamento e a ferver de ideias e para voltarmos todos amanhã em clima de festa e para o dia comemorativo que assinalamos.

O nosso muito obrigado a todos.

---

Para encerrar a sessão, convidamos para usar da palavra do Senhor Secretário de Estado.

---

Muito boa tarde a todos.

Começo por cumprimentar os responsáveis por esta organização. O meu caro amigo, Dr. Luís Alberto Silva, o Sr. Dr. José Almeida. Os meus cumprimentos a toda a Direção da União das Mutualidades Portuguesas. Permitam-me também um cumprimento especial aos nossos convidados estrangeiros, dos nossos amigos países africanos de Língua Oficial Portuguesa que aqui estão, aliás, eu fiquei particularmente sensibilizado com a ideia de que as Mutualidades também se desenvolveram em África há muitos séculos atrás e os países de Língua Oficial Portuguesa mantêm ainda tradições na área do Mutualismo. Queria cumprimentar também todos os presentes, e uma palavra



também para o representante da Administração Geral de Saúde do Norte e dizer-lhes que é com particular satisfação que estou neste encerramento no primeiro dia de trabalhos, deste XII Congresso.

Começava por dar os parabéns à organização, porque eu acho que este tipo de Movimentos e designadamente estes Movimentos que têm uma história e um passado riquíssimo ao longo de como se vê, sete séculos atrás, representam, eu diria, pilares estruturantes da sociedade portuguesa, e um pouco por todo o mundo, as Mutualidades que fizeram o seu caminho, com vicissitudes várias, com percursos diferentes naturalmente, mas sempre com uma utilidade social indiscutível. E portanto, os meus parabéns por conseguirem estarem aqui reunidos de novo. Eu penso que o ultimo congresso foi, quando Sr. Presidente?

---

2015.

---

Mas tinham estado 50 anos sem fazer nenhum, não foi?

---

Sim.

---

Bom, portanto estas coisas não são fáceis, não é? Há uma história, esta história tem vicissitudes, tem dificuldades e portanto reparem, vocês estiveram 50 anos num interregno em termos de conseguir retomar esta unidade, que eu acho que é uma matriz essencial para o vosso futuro. O vosso carácter histórico de grande responsabilidade social que nasceu há cerca de sete séculos atrás e que, no caso português, teve um desenvolvimento particularmente relevante a partir de 1807, aumenta consideravelmente as responsabilidades do Mutualismo em Portugal.

Recordo o espírito Mutualista baseado no servir o outro, baseado na solidariedade, baseado na interajuda, mas também baseado num princípio que hoje se torna difícil, que é o princípio da autonomia em relação ao Estado, a independência em relação ao Estado. Estas associações começaram por se projetar do ponto de vista ideológico, baseadas, não direi no anti Estado, mas numa separação clara do interesse do Estado. Nós não queremos o Estado, nós queremos é criar condições para dentro de ciclos profissionais ou regionais, conseguirmos criar estruturas em que nos ajudemos reciprocamente. Baseada no trabalho, bem entendido.

Eu recordo que em 1804, no princípio enfim do século XIX, havia cerca de oitocentas e noventa e quatro Mutualidades em Portugal e elas estavam muito viradas para a ideia de socorro. A palavra socorro quer dizer, ajudem-me na emergência, ajudem-me na situação de rutura pessoal ou rutura familiar, ajudem-me na proteção em situações desvalidas, por assim dizer. Reparem, esta perspetiva muito pontualizada, pela doença

e pela morte, a doença enquanto situação que merece um cuidado especial, uma capacidade familiar especial, uma capacidade inclusive, hoje em dia, de ter acesso a cuidados de Saúde, e a morte, porque o socorro terminava na capacidade de apoio às famílias para fazer o funeral dos falecidos. E era um pouco à volta destas duas perspetivas, a doença e a morte, que estas entidades se desenvolveram neste dealbar ou início do século XIX.

Curiosamente, no Estado Novo, com Salazar, estas entidades foram, eu diria, um pouco perseguidas. Justamente porque Salazar via um estado corporativo e nessa perspetiva corporativa, Salazar preferiu, eu diria entre aspas, nacionalizar as Mutualidades e criar Casas do Povo, Casas de Pescadores, Casas não sei de quê, tudo numa perspetiva de estrutura integrada em ministérios de então. Ou seja, as Mutualidades foram um bocadinho, não direi, escoraçadas, mas postas de lado. E regressaram, eu diria com sucesso, e reconstruíram-se a partir de 1979. Curiosamente, o 25 de Abril trouxe às Mutualidades, eu diria, um oxigénio renovador, que lhes permitiu, curiosamente, desenvolver-se melhor mas, o número de Mutualidades reduziu substancialmente. Das cerca de oitocentas e tal que eu há um bocado referi, hoje em dia, segundo as minhas contas, haverá cento e poucas Mutualidades. Talvez cem, cento e uma, cento e duas Mutualidades em Portugal.

Hoje em dia, com a renovação operada em 1979, e que teve como principal ponto a criação da Federação Nacional da Associação de Socorros Mútuos, que depois desembocou na União das Mutualidades Portuguesas, em 1984, e depois a filiação na Associação Internacional das Mutualidades. Portanto hoje, eu diria que do ponto de vista da edificação de uma Mutualidade sã e arrumada e organizada, nós podemos atribuir, a estas datas, de 1979 para cá, eu diria o rejuvenescimento, o fortalecimento e a reorganização das Mutualidades Portuguesas.

É claro que, nesta evolução, e há um bocado gostei de o ouvir, Senhor Doutor, quando falava que o tempo muda permanentemente e temos que estar adaptados às novas realidades. É evidente que nesta evolução, assistiu-se, nas sociedades pelo mundo fora, a uma conquista inexorável de direitos por parte dos cidadãos, que obrigou os Estados a assumir prestações que até aí eram entregues à cidadania.

A ideia de que um cidadão do século XII, ou do século XIII ou do século XIV tinha que sobreviver com os recursos que tinha ou com a sua capacidade de trabalho, hoje em dia deu lugar a modelos de governação pública em que, o cidadão tem um conjunto de direitos considerados básicos. Aliás, na nossa Constituição o direito à Saúde é um direito, a Saúde é considerada um bem de mérito. Isto é, independentemente da nossa capacidade de pagar medicamentos, ou pagar internamentos, ou pagar o que quer que seja, a Saúde constitucionalmente em Portugal é considerada um bem de mérito, ou seja um bem indiscutível, associado ao facto de sermos seres humanos. Portanto, as sociedades evoluíram para este patamar de exigência, de cidadania e de direitos.

Qual é o problema que se coloca à Mutualidades neste percurso? Justamente reposicionar-se, num contexto em que o Estado ou entidades para-públicas, se aproximam do cidadão e o vão recheando de direitos. É evidente que não é fácil e o espaço de intervenção das Mutualidades tem que se reinventar ou foi-se reinventando

até aos nossos dias. Eu diria, e nós hoje temos uma sociedade muito mais evoluída, que tínhamos há 40, 50 anos atrás e felizmente o país está a crescer, felizmente o emprego está a aumentar, felizmente a situação de deficit excessivo foi ultrapassada e portanto a economia portuguesa parece estar no bom caminho. Mas isto é sempre tudo muito relativo, não é? Estamos no bom caminho hoje, não quer dizer que daqui a um ano ou dois anos as coisas não estejam mal, se não tivermos cuidado em matéria de distribuição de rendimentos.

Mas dizia eu, apesar de tudo isso, o Estado apresenta sempre, diversas insuficiências, na resposta que dá ao cidadão. Eu diria que o Estado denota capacidade de intervenção e é forte, naquilo que nós podemos chamar, as questões essenciais de cidadania: os transportes, a circulação de veículos, a alimentação básica, a habitação, a saúde básica, pois é, só que, se nós formos no dia a dia acompanhar um cidadão de oitenta anos, a um hospital, a um centro de saúde, a uma farmácia, se calhar percebemos que há ali um conjunto de prestações, há um conjunto de serviços, há um conjunto de informações que falham. E, ao fim e ao cabo, os direitos deste cidadão acabam por na realidade serem inferiores, ao direito do cidadão médio português. Eu, permito-me dizer isto com muita consciência do que estou a dizer, as Mutualidades são um pilar muito importante para corrigir estas falhas que ainda existem na coesão social em Portugal. Conseguem ter uma dimensão de atuação, uma forma de se aproximar dos problemas, muito mais autêntica, muito mais próxima, ultrapassando muitas vezes a burocracia, ultrapassando muitas vezes a visão planificada dos recursos e conseguem chegar de facto, ao problema do cidadão concreto.

Isto às vezes não é fácil. Os Estados muitas vezes têm dificuldades neste tipo de respostas, e as Mutualidades pelo seu carácter de proximidade, pelo seu passado, pela sua história, pela sua capacidade de se voluntariarem pessoas de forma desinteressada para ajudar o outro, têm aqui uma oportunidade, eu diria uma janela de intervenção muito importante.

Tudo isto para vos dizer, que para nós Governo do país na área da Saúde, as Mutualidades são-nos muito prestáveis, desempenham de facto um papel em muitos aspetos insubstituível.

As funções do Movimento Mutualista organizam-se muito à volta da criação de valor para os mais necessitados através de uma utilidade social mais vasta do que aquilo que um leigo como eu em matéria de conhecimento de Mutualidades terá muitas vezes que é, muitas vezes nós pensamos que as Mutualidades se vocacionam exclusivamente para questões de pobreza e saúde. Não! Não é só isso. Eu verifico, das leituras que fiz, que a utilidade social das Mutualidades, vai desde aspetos de formação e informação, portanto dando mais literacia, mais conhecimento, mais capacidade de orientação ao cidadão em termos de procura de serviços, isto é, não se reconhece exclusivamente na prestação mas também em dar ao cidadão uma matriz social de intervenção, que lhes permita desempenhar o seu papel e ser protagonistas ativos na sociedade.

A visão hoje, já não é a visão do socorrismo, como eu há pouco referia e que muitas vezes ainda aparece referenciada em muitas das publicações do Movimento Mutualista Português.

Hoje, em vez de socorrismo fala-se muito mais em associativismo permanente. Não é um socorrismo para colmatar falhas momentâneas ou isoladas, mas sim um objetivo associar as pessoas através de movimentos de intervenção permanente, de apoio permanente. Eu diria, se calhar uma heresia que eu vou dizer agora, de certa forma, o Movimento Mutualista foi precursor dos seguros, ainda que em perspetivas diferentes. Porque o seguro seja ele de saúde, seja automóvel, também parte de um princípio semelhante que é, há um conjunto de riscos. Como é que podemos proteger estes riscos? Como é que podemos proteger as pessoas de correrem estes riscos?

Bom, o Movimento Mutualista tem todavia uma grande diferença. É que faz a prevenção dos riscos através da solidariedade, não através de uma prática comercial. E aqui tudo muda de figura. O Movimento Mutualista tem uma nobreza de intervenção que os seguros, quer automóvel, quer de habitação, quer de saúde não têm, não conseguem ter.

O que está em causa no Mutualismo é cada um da aquilo que pode para quem mais precisa. E reparem, e isto corresponde de facto à cobertura de riscos que nós atravessamos ao longo do nosso tempo de vida, ao longo do nosso percurso de vida, das nossas atividades profissionais, da nossa família, etc. Eu diria que os fins previdenciais, que previnem riscos de natureza sanitária e de natureza social, aproximam muito o Movimento Mutualista da Saúde. Não há dúvida que o Ministério da Saúde e o Serviço Nacional de Saúde são, e com o Movimento Mutualista, são, eu diria, parceiros indissociáveis. A Saúde, como sabem, é uma área que teve, felizmente para o ser humano, um desenvolvimento, eu diria, prodigioso, nas últimas décadas. Hoje conseguimos salvar vidas à nascença que há vinte anos eram recém-nascidos que iam falecer em poucas horas ou em poucos dias e hoje em dia sobrevivem e é evidente que isto traz problemas novos às sociedades humanas, que é o problema da sobrevivência, da dignidade desses cidadãos, que nascendo em situações muito adversas, com grande dificuldade em manterem-se vivos, todavia sobrevivem e depois é preciso saber onde é que ficam, quem os sustenta, quem os apoia, quem lhes dá a dignidade humana. E nós temos em Portugal como noutros países, um contingente significativo de pessoas com deficiências graves à nascença e que duram vinte, trinta, quarenta anos. Primeira questão.

Segunda questão, o envelhecimento. As Ciências Médicas e o armamento terapêutico hoje disponível nas sociedades modernas, permitem que as pessoas morram muito mais tarde. Toda gente diz que isto é um bem, e eu também direi o mesmo, para lá caminho rapidamente. Mas há aqui um pequeno problema, é que os riscos da dignidade humana e da felicidade e do bem-estar se esfumarem, aumenta na razão direta do envelhecimento. Uma pessoa mais nova, tem mais autonomia de vida, tem mais capacidade de ganhar através do seu trabalho honrado, os rendimentos para se precaver. Mas uma pessoa envelhecida, velha, permitam-me utilizar esta expressão, tem muito mais dificuldades. A sociedade é muito mais adversa, a vida é-lhe muito mais madrastra. E até acontece, ao contrário do que acontecia nas gerações anteriores, que os filhos vão trabalhar para outro sítio, que os netos também vão estudar para outro país, e às tantas uma pessoa de noventa anos que tinha uma família enorme, vê-se sozinha, ele e a velhota, porque entretanto a família cada uma foi para seu sítio, cada

um foi para seu sítio. E esta ideia de que, em idades avançadas as pessoas vivem sozinhas, é uma ideia que é uma realidade, convenhamos, é uma realidade que obriga a que a sociedade, crie mecanismos de promoção da saúde e bem-estar destas pessoas, dando-lhe a dignidade que elas merecem. São outros fenómenos, que o envelhecimento trouxe e que para os quais, a sociedade tem que estar preparada.

Hoje em dia, a União das Mutualidades Portuguesas, tem portanto, e era aqui que eu queria chegar, tem portanto, janelas de intervenção que correspondem às exigências, às necessidades, e aos problemas do nosso tempo. Já falei no envelhecimento, poderei falar nos reformados e nos tempos livres destas pessoas. Poderei falar nos acamados e na necessidade de serviços domiciliários, eu diria que permita que os serviços de saúde, não fiquem instalados nas suas instituições, mas que tenham capacidade de criar antenas e aproximar-se dos domicílios onde as pessoas residem. As áreas de dia. Há quem diga, com alguma graça que nós quando temos a idade adulta, temos os nossos filhos e de manhã levamos aos infantários e aos colégios. Há quem diga que qualquer dia também começamos a levar os nossos pais, com 90 anos, à área de dia, que é o chamado colégio para o idoso ou a escola para o mais velho. E há até quem tente conjugar isto, no mesmo espaço físico, põem os jovens ou os mais novos e os mais velhos, num processo de interação geracional muito interessante e que até tenta prevenir a estigmatização dos idosos.

Reparem, tudo isto, porque eu estou aqui a lucubrar sobre estes temas que é um manancial de situações novas, para as quais devemos criar respostas, tudo isto é um desafio, para as Mutualidades Portuguesas, designadamente porque o Estado, nestas matérias, não tem capacidade para chegar a todas as necessidades. Não tem capacidade e eu diria em certa maneira, não tem vocação. O Estado faz coisas planeadas, de natureza global, tem muita dificuldade em fazer coisas de natureza personalizada.

Eu verifico que as Mutualidades têm feito intervenções inovadoras e alguns projetos como o Mutual"IN", que é vosso não é? Através do apoio que podem dar aos vossos associados, aos vossos beneficiários, em redes de clínicas e farmácias, um pouco por todo o país. O Programa PIVS que significa Programa para a Inclusão e Vida Saudável. Prevenir para ganhar. Tudo isto são projetos que têm esta marca distintiva que é alavancar a qualidade de vida, ponto número um. Promover a Saúde, ponto número dois. E ponto número três, prevenir as situações dramáticas de doença. Porque aqui é que está o cerne do problema. Se os serviços de saúde estão à espera, acomodados às suas instalações e às suas tecnologias, que os doentes apareçam, com certeza que o dinheiro nunca vai chegar. Nós temos é que fazer um trabalho contrário, que é promover formas de atuação preventiva, promocional, educativa para comportamentos saudáveis e para conseguir diagnosticar rapidamente e de forma precoce, situações clínicas que naturalmente se vão agravar.

Termino com o reconhecimento do trabalho da União das Mutualidades Portuguesas, dizendo que da parte do Ministério da Saúde, e do Senhor Ministro e da minha própria parte, estamos sempre disponíveis para ajudar a resolver problemas e para estabelecer protocolos, parcerias convosco, dentro desta matriz de inovação que deve ser o vosso

apanágio e que é a grande oportunidade de intervenção que as Mutualidades Portuguesas têm no futuro próximo.

Vocês cumprem uma missão importantíssima para o bem-estar e para a coesão social dos portugueses.

Muito obrigado.

---

Temos aqui uma placa das Mutualidades Portuguesas que vou pôr lá na minha sala. Muito obrigado.

Um belo néctar

É um Vinho do Porto com 100 anos!

Com 100 anos? Um vinho do Porto com 100 anos.

Também não fique com essa cara, que vai levar para Cabo Verde também, Senhor Ministro.

Muito obrigado, muito obrigado

Um livro sobre o Porto.

---

Damos por encerrada a sessão, agradecemos que devolvam os kits de tradução simultânea à saída, na zona de acreditação. Pedimos aos congressistas que se inscreveram na visita aos Paços do Conselho que aguardem junto à zona de acreditação para serem acompanhados pelos colaboradores da organização do congresso.

Lembramos que amanhã as atividades se iniciarão às 9h30m conforme o programa.

---

## **8 de julho de 2017**

Bom dia! Sejam bem-vindos ao segundo dia de trabalhos do XII Congresso Nacional do Mutualismo, que é simultaneamente um dia de festa porque se assinala o Dia Nacional do Mutualismo.

Para assinalar esta data, foram produzidas garrafas comemorativas de edição limitada de Vinho do Porto, que se encontram disponíveis para aquisição à entrada. A produção destes vinhos, teve o acompanhamento do enólogo Luís Constâncio.

Convidamos os presentes para assistirem a um momento musical interpretado pelo Quarteto de Cordas Opus Quatro.



---

Saudamos as autoridades aqui presentes e convidamos para compor a mesa da sessão de abertura, a Vice-Presidente Norte do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Dra. Jani Silva, o responsável pelo Pelouro do Desenvolvimento Económico e Social em representação da Câmara Municipal do Porto, Dr. Ricardo Valente.

Tomará a palavra, em primeiro lugar nesta sessão de abertura, a Dra. Jani Silva.

---

Muito bom dia!

Sua Excelência Reverendíssimo Bispo Auxiliar do Porto, D. António Augusto,

Sua Excelência, o Primeiro-ministro de Cabo Verde, Sr. Dr. Ulisses Correia e Silva,

Exmo. Senhor Vereador do Pelouro do Desenvolvimento Económico e Social da Câmara Municipal do Porto, Dr. Ricardo Valente,

Exmo. Senhor Diretor do Centro Distrital de Segurança Social do Porto, Dr. Miguel Cardoso,

Exmo. Senhor Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro, Dr. Manuel Ruivo,

Demais entidades oficiais aqui presentes,

Caros colegas dos órgãos associativos da União das Mutualidades Portuguesas,

Caros representantes das entidades da Economia Social,

Caros companheiros e companheiras mutualistas aqui presentes,

Caros representantes dos órgãos de comunicação social,

Minhas senhoras e meus senhores,

Cabe-me dar as boas-vindas a todos os presentes no início deste segundo dia do XII Congresso Nacional do Mutualismo 2017.

Faço votos de que o dia de ontem, preenchido com painéis diversificados e abrilhantado por intervenientes de elevada valia e capacidade de partilha, tenha sido proveitoso e acima de tudo, tenha semeado, em todos os participantes, a ânsia de perseguir novas ideias, novos projetos, novos domínios e novos territórios.

O dia de hoje, que tenho a honra de inaugurar, é essencialmente de festa e partilha comemorativa, porquanto assinalamos não somente o Dia Nacional do Mutualismo 2017, como muito em particular, comemoramos e trazemos para o palco, os resilientes 720 anos de Mutualismo em Portugal, recordando que o Movimento Mutualista é um movimento laico, emergente da sociedade civil, que afirma, independentemente das

convicções e opções ideológicas de cada indivíduo, os valores perenes que devem nortear a humanidade e a gestão da causa pública.

Foi precisamente há 720 anos, no dia 8 de julho de 1297, em Beja, que surgiu a primeira organização de caráter mutualista de que há registo em Portugal, pelo que hoje o Movimento Mutualista português está de parabéns.

Trata-se realmente de um importante marco histórico que muito nos orgulha e que assinala o notável exemplo de perseverança e de entrega dos verdadeiros idealistas, aqueles que resilientes e resistentes ao longo dos tempos, dedicaram uma boa parte da sua vida à nobre causa do Mutualismo, movidos somente pelo desejo de estarem ao serviço do próximo contribuindo para a perenidade do movimento.

E é por isso que, presentemente, todos os anos, a 8 de julho, por decisão em assembleia democrática participada, o país e os Mutualistas, assinalam o Dia Nacional do Mutualismo e celebram o presente, honrando o passado.

Um dos pontos altos deste dia é precisamente a entrega de prémios, com especial destaque para o prémio Mutualismo e Solidariedade 2016, que neste ano de 2017, transborda as fronteiras nacionais e acrescenta à família dos Galardões Mutualistas, o prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional.

Haverá igualmente um momento dedicado a conhecermos projetos de Associações Mutualistas que ousaram partilhar com todos nós os seus projetos, as suas práticas e os riscos que decidiram correr, inserido na atribuição do prémio Inovar para Melhorar 2017.

É também com muita satisfação que partilho com os presentes, mulheres e homens de ideais, que o Movimento Mutualista tomou a iniciativa de, no ano de 2017 distinguir um cidadão de causas e dedicação ao próximo, com a atribuição do prémio Cidadania e Solidariedade.

Por último, não poderei terminar esta minha breve intervenção, sem obviamente fazer referência à dinâmica da Chama Mutualista que teve iniciativa em outubro de 2016. Esta iniciativa simbólica, mais do que percorrer todas as Mutualidades do país, teve e pretendemos que continue a ter, o mérito de pôr todos em contacto, de aproximar e unir os Mutualistas dos vários pontos do país, ligando as comunidades e tornando visível a coesão, a dimensão e a força do Movimento Mutualista português.

A todos vós, votos de um excelente Dia Nacional do Mutualismo!

Muito obrigada!

---

Convidamos para intervir de seguida o Dr. Ricardo Valente.

---

Bom, primeiro dar bom dia a todos.

Fazer os cumprimentos, Sua Eminência, o Bispo Auxiliar do Porto, com muito gosto que o vejo aqui, o senhor Presidente da UMP, obrigado pelo convite dirigido à Câmara do Porto, é com enorme gosto que estamos aqui, Sra. Dra. Jani Silva, muito gosto também, membros e entidades que aqui estão da Segurança Social, Instituto de Emprego, muito bom dia a todos!

Minhas senhoras e meus senhores, é com enorme gosto e orgulho que a cidade do Porto acolhe durante estes dois dias o XII Congresso Nacional do Mutualismo.

Reconhecemos que o Mutualismo e a Economia Social em sentido lato, são de uma importância vital em Portugal e quando falamos em Mutualismo, falamos em cooperação institucional, em proteção social, em solidariedade, em assistência social. Estes são valores fundamentais da nossa sociedade, pilares da nossa vida em comunidade, pelo que o Mutualismo hoje, tal como no passado, tem uma enorme relevância pelo impacto que cria no desenvolvimento sustentável onde atua.

As Associações Mutualistas desenvolvem atividades de grande relevância, complementares aos prestados pelo Estado e pelo setor privado, nos campos da segurança social, saúde, de ação social, promoção da qualidade de vida, disponibilizando vantagens aos seus associados em termos de serviços clínicos, apoio jurídico, serviços farmacêuticos, entre outros.

No âmbito da Economia Social, o Mutualismo contribui portanto, com um conjunto de atividades com uma relevante expressão social e económica. São atividades geridas por entidades sem fins lucrativos e disponibilizadas em áreas não completamente servidas pelos mecanismos do mercado, possuindo portanto esta vantagem de chegar onde outros não chegam. Com o Mutualismo assegura-se uma maior rede de cobertura e um acesso facilitado e mais económico a serviços relevantes, do ponto de vista social.

O setor da Economia Social conta hoje em Portugal com perto de sessenta e uma mil entidades, de acordo com os últimos dados. Sabemos que a grande maioria estão na Área Metropolitana de Lisboa, representando perto de 23% destas entidades, a Área Metropolitana do Porto representa perto de 12% do número de entidades da Economia Social e também sabemos que é nestes grandes centros urbanos que é mais premente a atuação deste tipo de entidades.

No Porto aliás, há uma longa e histórica tradição Mutualista, pelo que desde já devo saudar a Liga das Associações Mutualistas do Porto que integra diversas associações bastante importantes a nível local, com uma importante ação no terreno, que têm e deve ser reconhecida e saudada.

A nível nacional, os últimos dados indicam um enorme crescimento do número de entidades a operar no chamado terceiro setor, englobando Cooperativas, Mutualidades, Misericórdias, IPSS, Fundações, Associações, com um crescente aumento em termos de emprego e em termos de emprego remunerado também.

Portanto, hoje as estatísticas dizem-nos que neste setor, teremos perto de duzentos e sessenta mil trabalhadores envolvidos no setor.

Também de crucial relevância é o peso do voluntariado na população portuguesa e, portanto, e a tradição do Mutualismo está muito ligada à nossa enorme tradição de cooperação da sociedade civil, que é relevante e que, enfim, na tragédia de Pedrógão, percebemos bem a força da sociedade civil e do voluntariado que nasce de forma espontânea.

Hoje, nós temos perto de onze ponto cinco por cento da população portuguesa a colaborar em ações de voluntariado, portanto, nós estamos a falar para cima de um milhão e duzentas mil pessoas, a entrar em ações de voluntariado, o que é de extrema relevância.

Um dos temas, no entanto chaves, da Economia Social e um dos problemas aliás que foi levantado no Livro Branco relativamente ao terceiro setor, tem a ver com o financiamento da Economia Social, a forma como se financiam este tipo de entidades.

Enfim nós, Câmara do Porto, consideramos que de facto, o pilar da coesão social é fundamental e a questão do financiamento deste tipo de entidades também é algo que deve ser trabalhado, portanto e damos nota bastante positiva ao facto de, enfim, Portugal ser pioneiro na inclusão da Economia Social nos programas comunitários e nomeadamente no Portugal 2020, e o facto de hoje termos o programa Portugal Inovação Social, que é um programa inovador, um programa extremamente inovador, com uma dotação orçamental de perto de cento e cinquenta milhões de euros afetos a este programa, tendo na semana passada sido anunciados os primeiros trinta e oito projetos inovadores que receberam financiamento à volta de doze milhões de euros.

E portanto, e consideramos nós que de facto este investimento, do ponto de vista da Inovação Social, é algo que deve ser acarinhado, ajudado e facilitado por todos, portanto, e nós, Câmara Municipal do Porto, estamos a desenvolver juntamente com a Escola de Gestão do Porto, com a Porto Business School, exatamente um programa que agilize as entidades que prestam serviços sociais a concorrerem a este programa, e terem capacidade de gestão e de acompanhamento daquilo que é necessário para este tipo de financiamentos do lado da Economia Social.

Enfim, falando agora um pouco da cidade que acolhe este congresso, que é a cidade do Porto, a nobre e invicta e sempre leal cidade do Porto, a cidade do Porto, de facto, nos últimos tempos, tem vindo a assistir a uma dinâmica económica relevante e que se estende evidentemente à área da Economia Social, aliás não há economia sã, sem coesão social, enfim, porque a economia sem coesão social e sem garantir uma coesão social é uma economia insustentável a prazo e portanto, e o que nós pretendemos é que as duas situações caminhem lado a lado.

Dados recentes demonstram que o crescimento da criação de empresas no Porto, em sentido lato e não restrito, ao setor da Economia Social, é muito virtuoso. Nós neste último ano e meio, criámos perto de 22% de crescimento do número de empresas na cidade do Porto, no concelho do Porto, e isto compara com 16% na zona Norte e portanto de facto, o Porto neste momento é já um catalisador do lado do crescimento de empresas, na região Norte e cresce já acima daquilo que são as taxas de crescimento da região Norte do país.

O Porto também é já hoje o maior ecossistema de *start-ups* do país. Novas empresas, chamemos-lhe assim, as pequenas empresas ligadas à nova economia, esta nova economia pode também ser Economia Social, nós estamos a, temos vindo a nascer no Porto muitas empresas ligadas à Economia Social, pequenas empresas, o Porto hoje tem já no seu ecossistema 36% das *start-ups* nacionais e isto compara com 32% da cidade e da zona de Lisboa e Vale do Tejo.

Portanto, pela primeira vez desde que temos estatísticas, o Porto é hoje, de facto, a cidade com maior número de empresas, das novas empresas a nascer.

Também e não menos importante, a cidade do Porto passou a ser um pólo relevante de atração de investimento internacional, investimento estrangeiro e investimento ligado aos novos setores, à nova economia e à economia do conhecimento.

Portanto hoje, enfim, pela primeira vez também, o investimento em educação que o Estado Português fez e que todos nós fizemos em Portugal, começa a mostrar os seus frutos, e portanto, hoje de facto a economia do conhecimento que é, enfim, a chamada indústria quatro ponto zero, tem em Portugal um pólo relevante, gigante, diria eu, de desenvolvimento, face à qualidade dos nossos recursos humanos, e de facto, à competitividade que nós conseguimos ter, em termos de concorrência internacional.

Portanto, diria que Portugal pode ter neste século XXI, um momento único do ponto de vista de capacidade competitiva internacional, basicamente porque a dimensão pequena que o país tem é irrelevante no mundo de conhecimento onde os recursos humanos de facto são um fator fundamental e o vetor fundamental de desenvolvimento.

Portanto e o Porto tem tido essa capacidade de atração de investimento de alta qualidade, alto valor acrescentado, nas áreas de Tecnologia de Informação, nas áreas da Biotecnologia, nas áreas da Saúde, nas áreas da Engenharia, nas áreas dos Serviços Financeiros, entre outros.

O Porto, este ano e só neste primeiro semestre do ano, tivemos a inauguração do Centro Tecnológico da Euronext, portanto, da bolsa europeia, na prática, da bolsa de Paris, que na cidade do Porto criou cento e cinquenta postos de trabalho altamente qualificados, tivemos a instalação da Web Help, uma multinacional francesa, com a criação de duzentos postos de trabalho, trezentos e cinquenta até ao final do ano. Tivemos a instalação da Natixis, um banco francês que vai criar na cidade do Porto, seiscentos postos de trabalho e tivemos, na semana passada, a instalação da multinacional dinamarquesa Vestas, o maior produtor do mundo na área das Energias Renováveis, que instalou no Porto o seu centro tecnológico, que vai criar trezentos e cinquenta postos de trabalho na área da Engenharia, oitenta dos quais até ao final do ano.

Portanto e o que nós consideramos de facto é que esta capacidade que o Porto tem e tem tido, de atrair investimento internacional, é fundamental para o desenvolvimento económico e social da cidade, porque de facto, não há capacidade de criar instituições fortes do lado social, se não tivermos também uma economia vibrante, crescente e que crie condições também de financiamento e crescimento deste terceiro pilar da Economia e da Economia Social e portanto, para nós, a captação de grandes investimentos é algo que não se reduz apenas à economia no sentido estrito privado, é claramente uma

questão de desenvolvimento sustentado de cidade e de região e de país e portanto a questão da economia e do desenvolvimento social estão sempre lado a lado.

A Câmara do Porto, por isso mesmo tem sempre procurado agir de forma pró-ativa, no sentido de melhorar o ambiente de negócios da cidade, facilitando, agilizando processos de instalação, tornando a cidade atrativa do ponto de vista de novos investimentos, melhorando a vivência da cidade, melhorando a capacidade de criação de emprego na cidade do Porto e criando experiências de instalação de empresas que permitam que o Porto fique no radar do investimento a nível internacional.

Enfim, para finalizar e porque no início da minha intervenção falei da cooperação institucional, nós sabemos que nada e enfim este é o nosso princípio, que nada é conseguido sem cooperação, colaboração, competição, como nós dizemos, os três cês e muitas vezes infelizmente as pessoas vêm o terceiro cê como algo que vai contra os dois primeiros, nós achamos que de facto colaborar, cooperar e competir, podem ser três cês perfeitamente compatíveis, desde que a competição seja justa, transparente, clara e porque a competição no fundo é aquilo que nos faz aprender e melhorar e melhorar todos os dias.

E portanto nós também consideramos que de facto que do lado do Mutualismo e do lado da Economia Social ela também aí, também nos ensina muito pelo seu carácter associativo, pela capacidade que tem de juntar entidades que competem evidentemente entre si, mas que no fim, colaboram, cooperam no sentido de criar valor, do ponto de vista daquilo que é o seu trabalho final.

E por isso, enfim, agradecer a vossa presença, desejar o maior sucesso para a Associação, para todos os seus membros e contem com o Porto, sempre.

Obrigado.

---

Segue-se agora o momento do programa dedicado à evocação de 720 anos de Mutualismo em Portugal. Um momento que contará com a intervenção, desde já, da Dra. Ana Maria Silva, vice-Presidente da Associação Internacional das Mutualidades.

Convidamos a Dra. Ana Maria Silva, para a sua intervenção.

---

Bom dia a todos!

Gostaria de saudar todos os presentes e de agradecer o amável convite que me foi endereçado pelo Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, na pessoa do Senhor Presidente, Dr. Luís Alberto Silva, para discorrer sobre a história do Mutualismo em Portugal, neste dia que é realmente especial, já que simultaneamente comemoramos o Dia Nacional do Mutualismo e os 720 anos de história do Mutualismo em Portugal.

Procurarei apresentar uma síntese da história e uma análise diacrónica dos conceitos inerentes ao Mutualismo, enfatizando a importância deste movimento no nosso país,



portanto, esta missão será bastante desafiante, já que discorrer sobre a história do Mutualismo em Portugal, 720 anos desta história, é realmente um enorme desafio, tentar aqui compilar a história em poucas palavras, portanto, nesta desafiante missão, apoiarme-ei nas doudas palavras escritas por alguns mutualistas historiadores, que incontornavelmente citarei.

O Mutualismo em Portugal foi concebido logo nos primórdios da independência do nosso país, há mais de sete séculos. Contam-se precisamente hoje, 720 anos de um porfiado percurso emancipador, que se iniciou em Beja, com a Confraria Laica, denominada Confraria dos Homens Bons de Beja, outorgada em 1297 por carta selada de D. Diniz, cujos objetivos eram praticar a beneficência, o socorro mútuo e a piedade.

O original do respetivo compromisso existe e é o mais antigo documento histórico referente a uma Associação de Beneficência e Socorro Mútuo.

Faziam parte desta confraria, mercadores e outros homens bons do concelho, que viviam em honra de cavaleiros e se reuniam para serviço de Deus e do Rei, entreajudando-se na doença, na pobreza ou na morte de um dos seus familiares.

Os confrades entreajudavam-se, contribuindo com donativos para o cumprimento dos encargos que a instituição se propunha cobrir, como por exemplo: morrendo a cavalo algum confrade, o dono do cavalo receberia da sociedade a soma de cinquenta libras, para comprar outro, devendo restituir a diferença se o comprasse por menos.

Adoecendo um confrade, olhariam pela sua vida, se a velhice ou a doença o invalidasse ou se caísse em grande pobreza, deviam mantê-lo entre si, de modo a que não descesse da sua condição.

Ao confrade falecido em Beja ou a sua mulher, acompanhariam à sepultura os confrades que estivessem na vila e por alma do morto deviam rezar missas pater noster e concorrer com um soldo por cabeça para se cantarem missas, com essa mesma intenção.

Os associados auxiliar-se-iam mutuamente quando concorressem ao serviço do Rei ou em geral, no serviço militar.

Àquele que adoecesse de moléstia grave, levá-lo-iam a povoado onde pudesse ser tratado.

Ao que fosse ferido, levá-lo-iam, tirando-o das mãos dos inimigos. Se morresse, não lhe faltavam com o ofício atrás indicado e, se caísse em cativeiro, todos contribuían para a ajuda do seu resgate.

Suscitando-se contenda entre dois confrades, os outros tratariam de os reconciliar.

E se algum dos desavindos não se sujeitasse ao juízo dos colegas, incorria na multa que eles lhe impusessem e a questão resolvia-se pelos meios ordinários.

Portanto, ficam bem patentes nos compromissos desta confraria, os princípios mutualistas da entreajuda, da democraticidade, da corresponsabilidade e da solidariedade.

À semelhança do que se passou noutros países, as Mutualidades portuguesas começaram a revelar alguma pujança a partir do momento em que o Estado Liberal, decretou a liberdade do trabalho, abrindo espaço à ação de instituições voluntárias de previdência.

Ainda que só em 1864, durante a regeneração, tenha sido dado aos trabalhadores o direito de formarem as denominadas sociedades de ajuda mútua, foi já na primeira metade do século XIX, que surgiram em Portugal, as primeiras associações de socorros mútuos, na altura com o nome de montepios e temporalmente não muito distantes do nascimento das friendly societies em Inglaterra e das Mutualidades francesas.

Não obstante a sua matriz laica, frequentemente as associações incluíam evocações religiosas nas suas denominações, como aliás ainda hoje se pode constatar. Nalguns casos, tal circunstância resultou da transformação de confrarias ou irmandades em Mutualidades. Noutros casos, parece ter havido conflitos entre as novas associações e as confrarias e irmandades anteriormente existentes.

Em Portugal, quando as confrarias surgiam associadas à organização corporativa dos mesteres e como consequência da solidariedade profissional e dos imperativos coletivos do ofício, assumiam-se já como verdadeiras Associações Mutualistas.

Decorre da história que o Movimento Mutualista Português, se vem a tornar claramente proeminente durante o século XIX, num movimento que se prolonga até ao fim da primeira república, já no século seguinte.

As Associações de Socorros Mútuos passaram a ter um vasto campo de atuação na assistência médica e medicamentosa e na atribuição de pensões de sobrevivência e subsídios de funeral, tendo sido contempladas com legislação própria em 1891, alterada em 1896, pelo Decreto de Lei de 2 de outubro, que se manteve em vigor até à reforma da legislação mutualista de 1930-1932.

No diálogo variável que mantêm com a república, as associações mutualistas voluntárias afirmam a sua autonomia perante o processo de institucionalização dos seguros sociais obrigatórios, mas fazem-no por dentro das instituições políticas do Estado, numa coabitação que perdura enquanto beneficia ambas as partes.

O admirável mutualista Costa Goodolphim, no seu livro precursor sobre o Mutualismo Associativo Popular em Portugal, situa o começo da era associativa no período que se seguiu às revoluções socialistas de 1848. Efetivamente, o movimento associativo acordou por toda a Europa, depois da chamada primavera dos Povos.

No entanto, apesar dos ecos que a ideia que a associação dos trabalhadores conheceu em Portugal, só nos centros urbanos de maior dimensão as ideias socialistas penetraram a cultura operária.

Pequenas, frágeis e criadas por necessidades de sobrevivência, as associações representativas do trabalho, seguiam a via do Mutualismo, atuando como pequenas caixas de empréstimos e procurando a instrução popular.

O associativismo viria pois a consagrar organizações tão decisivas para a segurança das classes trabalhadoras e resultantes da sua livre e espontânea iniciativa, como o são hoje as Associações Mutualistas, as Cooperativas, os Sindicatos, os Montepios, as próprias Misericórdias, enfim, todo um conjunto de instituições de solidariedade social cuja organização e fundamento assentam nos pressupostos que já referi.

Foram as sociedades de socorros mútuos, as primeiras instituições no mundo moderno que emergindo no próprio seio do mundo do trabalho deram resposta positiva às preocupações, como a doença, a invalidez, a viuvez, a velhice, o desemprego forçado e qualquer outro caso de privação dos meios de sustento.

Só mais tarde, no século XX, surgiram em força as instituições de segurança social obrigatória. Nesse mundo operário circunscrito, o apogeu Mutualista conheceu outra expressão a partir dos anos oitenta do século XIX, num movimento ascendente que não registou quebras, até ao começo da república, em 1910.

O Mutualismo adquire então grande expansão e propõe-se preencher a falta de um sistema de proteção social tanto mais que, por decreto de 7 de maio de 1834, as corporações de artes e ofícios existentes desde a Idade Média, haviam sido suprimidas.

As Associações de Socorros Mútuos, de uma maneira geral, passaram a ter um vasto campo de atuação na assistência médica e medicamentosa e na atribuição de pensões de sobrevivência e reforma, invalidez, subsídios para funeral e luto.

É evidente que, ao longo dos anos, muitas das associações soçobraram, não conseguindo suportar as vicissitudes a que foram sujeitas, não só pela debilidade das suas estruturas que lhes não permitiam alterar ou inovar as suas modalidades, mas também pela alternância das sucessivas crises políticas que tiveram que enfrentar e mais tarde, pela criação da Segurança Social. No plano dos princípios e até à adoção em 1927, das Convenções número 24 e 25, da Organização Internacional do Trabalho sobre o seguro da doença, fora travada uma renhida luta contra a instituição do seguro social na medida em que o Mutualismo assumia uma expressão de liberdade, enquanto o seguro social ou mais tarde, mais amplamente, a Segurança Social, assentava necessariamente numa base de obrigatoriedade.

Efetivamente, as primeiras tentativas de implementação do seguro social obrigatório, coincidiam com um grande dinamismo do Movimento Mutualista cuja ação transpunha os próprios limites do movimento, efetuando-se reivindicações relacionadas com a proteção social de toda a população.

Registam-se dois importantes momentos, no que respeita à influência das Mutualidades para a criação do seguro social. O primeiro momento é precisamente o I Congresso Nacional das Mutualidades, realizado em 1911 e o segundo momento é a criação do seguro social obrigatório na doença, nos acidentes de trabalho e na invalidez, velhice e sobrevivência e de bolsas de trabalho, nos decretos de 1913 e de 1919.

O denominado I Congresso Nacional de Mutualidade, foi uma iniciativa marcada pela época e marcante para a época, que dada a sua relevância, invocarei.

Em 1911, Portugal era um país pobre e atrasado em que 75% da população era analfabeta e mais de metade retirava o seu sustento da agricultura. Na época, vivia-se uma situação de crise financeira e monetária e de estagnação económica, num clima de instabilidade política e social, marcada pelas eleições para a assembleia constituinte, pela conspiração monárquica e por um movimento grevista.

Nesse ano, com a integração do Mutualismo, o Reino Unido introduzia o seguro social obrigatório para a cobertura dos riscos de doença e desemprego, pela mão do, na altura, Ministro das Finanças, Lloyd George, pelo que o I Congresso Nacional de Mutualidade, constituiu um grande debate nacional sobre questões sociais e sobre o papel das Mutualidades na sua resolução.

O congresso decorreu durante cinco dias, de 18 a 22 de junho de 1911, em Lisboa, na Sala Portugal, da Sociedade de Geografia e no Salão Nobre do Teatro Nacional Almeida Garrett, tendo contado com a presença de 474 congressistas, dos quais apenas cinco eram mulheres, em representação de três Mutualidades. Na altura, eram poucas as mulheres membros de Mutualidades, porque era reduzido o seu peso na população ativa e na atividade cívica e associativa.

Aliás, naquela época, para aderirem a uma mutualidade, as mulheres casadas careciam de autorização do marido.

Das cerca de 640 Mutualidades existentes em Portugal, marcaram presença no congresso 304 Mutualidades de 72 concelhos do país.

Foram apresentadas e discutidas 21 teses e aprovadas conclusões e propostas sobre cada uma delas, teses essas que abordaram diferentes temas, ainda hoje tão atuais, nomeadamente, a relação das Mutualidades com o Estado e o papel da Mutualidade em vários domínios da previdência e da assistência, como acidentes de trabalho, fomento da Economia Social e das caixas económicas, farmácias sociais, policlínicas, higiene e segurança, prevenção sanitária e maternidades.

Durante este congresso foi igualmente analisada e legislação sobre as Mutualidades e sobre os aspetos relativos à sua organização e contabilidade, bem como foram debatidas formas de cooperação como a criação de ligas e de serviços comuns.

Sobre o tema das relações com o Estado, no congresso reclamou-se que fosse longa e eficaz, mas ponderada e liberal, a intervenção ou ação do Estado, na matéria de Previdência Social, defendendo uma legislação que fornecesse condições de garantia e que regulasse a organização e funcionamento das Mutualidades, a par de uma rigorosa e constante fiscalização.

Neste domínio, ficou a recomendação de que fosse criada uma estrutura de tutela que desse uma atenção especial às Mutualidades, no domínio regulamentar e de fiscalização.

Igualmente nas recomendações do congresso está patente a dupla preocupação de conciliar liberdade com a intervenção do Estado, ao apelar para que o Governo promulgasse uma lei sobre os acidentes de trabalho, criasse um fundo para garantir pensões de invalidez e velhice, procedesse à construção de casas económicas,

garantissem a comparticipação pública no auxílio às viúvas e órfãos e também garantissem a abertura de caixas de previdência e de caixas escolares para educar as gerações futuras.

Uma das teses aprovadas preconizava a extensão da Mutualidade livre como fase preparatória da previdência obrigatória, considerando que a Mutualidade, o socorro mútuo, era um poderoso meio de transição entre a sociedade de então e a sociedade futura, como previdência social obrigatória.

O Movimento Mutualista Português soube reconhecer as limitações da Mutualidade livre de adesão voluntária, decorrentes do reduzido número de aderentes, dos obstáculos de natureza estatística e contabilística, pelo que requereu a Mutualização de certos riscos, à escala nacional. Aliás, Costa Goodolphim, reconhecia, já em 1889, a imperiosa necessidade de intervenção do Estado no caso das pensões.

Sobre a organização do movimento, destacou-se a aprovação da criação da denominada Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos, antepassada da atual União das Mutualidades Portuguesas, destinada ao estudo das questões da Mutualidade Portuguesa, à propaganda no país para o seu desenvolvimento, à defesa de todos os direitos legais em benefício das Mutualidades e ao intercâmbio de relações com associações similares estrangeiras.

No domínio da organização e funcionamento das Mutualidades, o congresso aprovou a reforma de legislação então vigente, que datava de 1896, com o destaque para a problemática da governação.

Na altura, o movimento tinha como preocupação a limitada participação feminina, pelo que também decorrente do congresso, foi proposta a eliminação da exigência de autorização dos respetivos maridos, para a adesão das mulheres casadas às Mutualidades e o estabelecimento de uma quota mínima para a participação das mulheres nos órgãos associativos, estabelecendo-se que, nas associações formadas por indivíduos de ambos os sexos, os associados do sexo feminino, tivessem representação nos corpos gerentes, pelo menos um em cada corpo.

Em relação à prestação de contas e transparência, o congresso sugeriu a imposição da obrigação de publicação dos relatórios e a sua distribuição aos associados, muito antes da convocação da assembleia geral. E a propósito deste órgão e tendo em conta o seu funcionamento, o congresso propôs a introdução de mecanismos de democracia representativa na sua composição.

Atento às questões de visibilidade, o congresso solicitou a colaboração da imprensa, na Cruzada do Mutualismo, bem como a promoção de ações de divulgação do movimento, nomeadamente conferências nas sedes das Mutualidades, com a participação de convidados especialistas, apostas do Movimento Mutualista.

O congresso reconheceu a importância da prevenção sanitária, a alta importância da higiene na saúde e recomendou que o princípio de que, mais vale prevenir que remediar, fosse o lema de todas as associações.

Ao mesmo tempo, o congresso deu uma atenção especial às questões da educação para a poupança e a previdência. Neste domínio, Costa Goodolphim aconselhava numa das suas teses e parecendo antever o que se passaria no futuro, que nos indivíduos como no Estado, quando se dá um desequilíbrio no seu modo de ser financeiro, aconselha a boa razão proceder-se a economias, mas de forma que não representem um sacrifício penoso.

Por outro lado, as Mutualidades decidiram enfrentar novos desafios e procurar todos os meios para que a sua vida económica se tornasse mais desafogada e de forma que não ressaciasse os direitos dos associados.

Meios que são atividades que devem gerar excedentes para auxiliar os fins das Mutualidades. Um desses meios era a formação de Cooperativas de Farmácia, a exemplo do que existia em Bruxelas e Barcelona, na forma de ligas, pertencentes a várias Mutualidades ou de farmácias privativas de Mutualidades isoladas. Farmácias essas que, sem agravar os interesses coletivos, poderiam aumentar as suas receitas.

Referia-se a propósito, que nessa data, tinham sido já constituídas ligas. Em Coimbra, em Gaia e no Porto.

Outros meios seriam também a criação das caixas económicas, para estimular o aforro e combater a usura e os montes de piedade, para realizar empréstimos sobre penhores. Sobre esta matéria o congresso deu na altura notícia de protestos de proprietários de farmácias privadas contra a existência de farmácias mutualistas. Uma situação que parece recorrente nos dias de hoje.

Por fim, sublinhem-se os vários caminhos de cooperação mutualista apontados pelo congresso. Nesse âmbito, sugeriu-se a criação de equipamentos e serviços conjuntos entre várias associações, nomeadamente dispensário médico-cirúrgico, policlínica, laboratório farmacêutico e de análises clínicas, maternidade mutualista, creche para filhos dos associados, caixa económica, biblioteca mutualista e serviço de funerais.

O I Congresso reclamou, recomendou, deliberou e foi ouvido pelas autoridades públicas e marcou a agenda política mutualista e da previdência social.

As relações entre o Estado e o Mutualismo institucionalizaram-se com a entrada de diversos mutualistas para dirigentes do Ministério. Foi criado o novo Ministério do Trabalho e da Previdência Social e foi criada uma Direção Geral com competência nos assuntos Mutualistas.

O Governo autorizou a criação da Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos, a atual União das Mutualidades Portuguesas, que na altura não se encontrava prevista na lei.

Deram-se passos para a criação de seguros sociais obrigatórios e para a institucionalização do Estado Previdência, também conhecido por Estado Social.

E o Mutualismo assumiu assim o papel de repositório de experiências no qual assentou o primeiro projeto de seguro social obrigatório, fundamento d'A Previdência Social.



Já em 1916, no II Congresso Nacional das Mutualidades, o debate foi mais morno, mas abriu-se a outros temas e já se ouviam propostas de institucionalização de um seguro social obrigatório de âmbito geral.

O alargamento da ação mutualista aos seguros de acidente de trabalho também foi aprovado e vertido numa proposta de lei, assinada por homens como Jaime Cortesão, Domingos da Cruz e António da Costa Júnior.

A braços com uma crise económica e social gravíssima e com o espectro da revolução comunista, em 1917 e 1918, o Estado atua mais decididamente nas áreas da assistência e previdência.

Debaixo de uma ideia de assistencialismo público, as associações de auxílio na doença recebem do Estado vultuosos subsídios, em especial durante a ditadura populista do Major Sidónio Pais.

Em 1919, o destino das Mutualidades e a sua cooperação com o sistema estatal de seguros obrigatórios, foram questões acesas e muito ponderadas pelos decisores políticos.

A nova lei oferecia às Associações de Socorros Mútuos a possibilidade voluntária de se tornarem obrigatórias. Na prática, o Estado forçava-as à conversão.

Em Lisboa e no Porto, onde havia inúmeras associações, a solução seria fundi-las de modo a que as Mutualidades obrigatórias e livres, não fossem de menos nem de mais, por bairro. Por sua vez, nos concelhos onde não houvesse Associações de Socorros Mútuos, era constituída uma Mutualidade obrigatória.

Apesar dos compromissos aparentemente pacíficos que o Governo conseguira estabelecer com os mutualistas, a Federação Nacional das Mutualidades e diversas associações, expressaram a título próprio, críticas severas à legislação social de 1919.

Conhecida arquitetura constitucional e repressiva do Estado Novo e a sua natureza antidemocrática e anti associativa, a 6 de setembro de 1935, o Mutualismo viu serciada a sua liberdade e autonomia, mercê da publicação de leis, que estendiam às Mutualidades, o que o regime também fizera, aos sindicatos livres e associações de estudantes.

Impunha-lhes comissões administrativas e previam a possibilidade de suspender as respetivas assembleias gerais.

Feito de subsistemas, o sistema de proteção social imposto pelo Estado Novo, seria corporativo, apenas no papel. Na prática seria eminentemente estatal, ainda que sem financiamento público relevante, assistencialista e de modesta previdência.

Criada para servir os intentos antidemocráticos do novo regime, a previdência corporativa foi construída pela negativa, fazendo uso de uma senha anti associativa, anti cooperativa e anti mutualista.

A Semana Mutualista do Século, em janeiro de 1933, deu o alerta para a longa noite que esperava o Mutualismo até 1974. Nesse momento de dupla imposição de um

sindicalismo nacional e de uma previdência corporativa, os indicadores mais recentes do Movimento Mutualista, publicados em 1930, já traduziam uma regressão dramática, fosse no número de associações, fosse na adesão de novos associados.

Em 1930, eram 668 as associações em Portugal. Em 1973, nas vésperas da queda do regime, eram apenas 133. Portanto, para além do drástico decréscimo do número de Associações Mutualistas, de não ter havido qualquer outra reunião ou congresso de natureza mutualista durante cinquenta anos, o Estado passou a exercer não só a tutela, mas também um rigoroso controlo, com contornos quase policiais, sobre a vida das Associações Mutualistas, através da demissão dos corpos dirigentes e nomeação de comissões administrativas, da extinção e integração de associações em casas de pescadores, casas do povo e em outros organismos corporativos e da perseguição de muitos dos seus ativistas.

A longa vigência do sistema corporativo e do seu modelo rudimentar e de proteção social, ao estilo à Mutualidade Associativa e ao cooperativismo livre, terminou após a revolução de escravos.

Após o 25 de Abril de 1974, verificou-se uma reestruturação das políticas de proteção social, com a introdução de novos paradigmas de intervenção, tendo em conta os novos papéis do denominado estado mais democrático.

Foi então que surgiram o Serviço Nacional de Saúde e um sistema integrado de Segurança Social, através da publicação da lei-quadro da Segurança Social, que veio substituir os tradicionais sistemas de previdência e de assistência, tendo sido também publicada alguma legislação sobre as Associações Mutualistas que reformulava parte da legislação de 1932.

De sublinhar que antes de 1976, a Constituição da República Portuguesa, apenas reconhecia o setor cooperativo a par do setor público e privado, sendo que só mais tarde, em 1989, é que é adicionada na legislação a vertente social, pelo que na anterior versão da constituição, os ventos eram mais favoráveis ao cooperativismo.

Agora, de acordo com a nossa Constituição da República, verifica-se a coexistência de três setores que estruturam a Economia Portuguesa. O setor público, o setor privado e o setor cooperativo e social. Assim, foi só a partir de 1976 que o controle das Associações Mutualistas pelos associados se viu reforçado, através da regulamentação da orgânica e funcionamento das instituições, sendo que em 1979 foram estabelecidas normas comuns aplicáveis às instituições privadas, depois particulares, de Segurança Social, onde se incluíam as Mutualidades.

A consagração constitucional do conceito de instituição privada de solidariedade social, abriu caminho a uma nova era de coabitação democrática do Movimento Mutualista com o Estado de Previdência.

O reconhecimento do setor cooperativo e social na Constituição da República Portuguesa, foi o fecho dinâmico de um longo percurso histórico, mas também o ponto de partida para reformulações mais abrangentes de uma Economia Social, que tardou a ser reconhecida nas suas múltiplas dimensões e tradições do movimento e doutrina.

Não obstante a evolução do Mutualismo, com vincados períodos de retrocessos e avanços, os seus princípios e valores básicos e tradicionais, como a liberdade, a democraticidade, a independência, a solidariedade e a corresponsabilidade, mantiveram-se e mantêm-se ainda hoje imutáveis.

Os princípios e valores do Mutualismo, têm qualquer coisa de eterno. Porque atravessam todas as épocas e fronteiras e respondem à preocupação permanente da dignidade humana, sendo que apenas varia a aplicação dos valores e princípios através de modalidades de proteção social e de outras atividades que devem responder às necessidades, aos problemas e às exigências de cada tempo.

De facto, as indiscutíveis potencialidades de matriz, de agente de proteção social, a sua matriz democrática, o entendimento livre e digno que tem do indivíduo, fazem do Movimento Mutualista um movimento único, pela sua natureza associativa e pela sua tradição, o Mutualismo é a expressão e o exercício de cidadania e é exemplo da democracia. É portanto uma escola da cooperação, de entreajuda, de independência, de humanismo e de cidadania. Em suma, uma lição de vida coletiva.

Mudaram-se os tempos e mudaram-se as epidemias que, hoje e amanhã, assumem diferentes nomes. São os direitos fundamentais e a condição humana que, uma vez mais, se questionam.

O alicerce de uma sociedade humanista e preocupada em garantir a dignidade e segurança de todos os que a compõem, pode estar em causa, pelo que a harmonização entre os objetivos quantitativos de uma economia promissora e o bem-estar de uma comunidade feliz devem ser questionados, na medida em que podem estar ameaçados.

O desejo que poderá ficar expresso como remate desta evocação histórica, que, ainda que não parecendo, mais não é do que um modesto subsídio para a história do Mutualismo, será um apelo para que a sociedade de hoje e de amanhã, tendencialmente a caminhar para a desumanização, encontre, na prática do Mutualismo, motivos para o salutar equilíbrio e para que a sua secular experiência e o seu largo e rico passado, aconselhem soluções viradas para o futuro, consubstanciadas na moderna tríade democrática, liberdade, solidariedade e responsabilidade.

Muito obrigada.

---

Damos agora a palavra ao Dr. Armando França, advogado e ex-Eurodeputado.

---

Bom dia a todos!

Senhor Presidente da União das Mutualidades Portuguesa, Dr. Luís Alberto Silva, anfitrião, nosso anfitrião hoje, senhor deputado Jorge Lacão, senhores governantes e entidades de Cabo Verde, senhores autarcas que estiverem presentes, senhor representante do Senhor Bispo do Porto, demais entidades, mutualistas, minhas senhoras e meus senhores,

A presidência da União das Mutualidades Portuguesas, convidou-me para vos apresentar uma comunicação, alusiva à efeméride que hoje celebramos e em especial sobre a importância e atualidade do Mutualismo e das suas organizações, as Mutualidades.

Faço-o com muito gosto, reproduzindo a minha observação que é a de um cidadão atento e interessado sobre o tema e que, em certa altura da sua vida pública e política, teve também de articular e implementar no seu município, políticas e medidas sociais, em articulação e cooperação com as Mutualidades e as IPSS em geral.

Naturalmente esta comunicação vai muito influenciada pela minha experiência política, pela extensão do meu próprio interesse social e pelo olhar pessoal, hoje muito pessoal, sobre a temática.

Uma pequena nota para vos dizer, uma pequena referência pessoal, para se entender melhor o conteúdo da minha comunicação.

Nasci numa casa que distava cerca de cem metros da sede da Mutualidade de Santa Maria, em Esmoriz. Ainda menino, mas curioso, interessei-me pelo local e sobretudo, pela atividade que lá se exercia. Adolescente, percebi que a Mutualidade de Santa Maria, à época, era uma instituição que, sobretudo, dava assistência a famílias pobres e carenciadas, ainda dava, apesar de estarmos em pleno período salazarista, nomeadamente suportando pensões de sobrevivência e com os funerais dos deserdados da vida, assim contribuindo para terem, pelo menos na morte, a dignidade de que careceram em vida.

No final do século XIX, como aqui foi muito, muito sublinhado, quando a Mutualidade de Santa Maria foi fundada, Portugal tinha cerca de cinco milhões de pessoas, aproximadamente. O país estava fortemente endividado à banca estrangeira. Ainda estava e permaneceu. A indústria era muito incipiente. E, como foi dito, mais de 75% da população era analfabeta. Analfabeta. O país era pobre e pobre e muito pobre era a generalidade dos portugueses.

Foi neste cenário de pobreza generalizada, miséria até e analfabetismo, que o Mutualismo vingou. Milhares e milhares de pessoas tornaram-se associadas das Mutualidades, não por acaso, congregando-se em seu redor, para obterem auxílios e apoios sociais que a vida e os poderes públicos de então lhe negavam.

Na verdade, o Mutualismo era então e fundamentalmente, uma resposta de natureza assistencialista da sociedade civil, das pessoas, que se organizavam em associações autónomas e independentes, para acorrer às necessidades elementares das pessoas e em especial das mais carenciadas.

O Mutualismo desempenhou assim um importantíssimo papel, aí até continuou a ser, anos 50, anos 60 de século passado, altura em que a emigração, a guerra colonial, a lenta industrialização do país, mas já então alguma industrialização conforme sabem, e os ventos da nova política social da Europa e da então CEE, passaram a influenciar a política nacional. Sabem disso com certeza.

Hoje e sobretudo por força das alterações políticas que o 25 de Abril de 1974 provocou em Portugal, máxime, pela valorização do associativismo e pela consagração na Constituição da República e na lei ordinária dos valores da solidariedade, da igualdade e não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade, o Mutualismo e as Associações Mutualistas ganharam nova vida, novo vigor e o merecido respeito do Estado, das autarquias locais, dos poderes públicos em geral, de outras instituições sociais e da população portuguesa.

Hoje, aqui e agora, nos termos do regime jurídico da Economia Social, as Mutualidades são entidades de Economia Social e estão representadas no Conselho Nacional para a Economia Social e são associações reconhecidamente dinâmicas, com boas respostas sociais, prestigiadas e indispensáveis da prossecução de medidas concretas socialmente relevantes. Aliás, assim o diz e prescreve a lei de bases da Economia Social, a lei número 30/2013, de 8 de maio, aprovada por, sublinho, por unanimidade, em sessão plenária da Assembleia da República, bem como o Decreto-Lei nº 120/2015, de 30 de junho, que define os princípios orientadores e o enquadramento a que deve obedecer sobretudo a cooperação entre o Estado e as entidades do setor social e solidário.

A lei de bases da Economia Social portanto, constitui uma verdadeira carta de alforria das entidades da Economia Social em geral e das Mutualidades em particular, nela se prescrevendo, além do mais, o princípio do primado das pessoas e dos objetivos sociais, o princípio da adesão e participação livre e democrática, o princípio da cooperação, o constitucional princípio da autossustentabilidade e o princípio da gestão autónoma e independente das autoridades públicas, sem prejuízo da supervisão e da fiscalização da aplicação dos dinheiros públicos, que ao Estado naturalmente sempre caberá.

De resto, nos termos da lei, ao Estado e aos poderes públicos, legitimamente constituídos, caberá, além do mais, promover, fomentar, estimular e apoiar as Mutualidades e as suas iniciativas, incentivar a investigação, a inovação e a formação dos mutualistas, com vista à realização dos fins sociais e sobretudo, o Estado deve assegurar a concretização do princípio da cooperação, justamente cooperando ativamente com as entidades da Economia Social e em particular com as Mutualidades.

É assim e com este moderno e atual enquadramento constitucional e legal que o Mutualismo e as Mutualidades estão a enfrentar uma nova fase da sua longa e centenária história. Uma fase, a meu ver e aos meus olhos, evidentemente, caracterizada ainda, por uma fragilidade estrutural, da sociedade portuguesa, muito bem definida, pelo ilustre e saudoso Professor Doutor Alfredo Bruta Costa e cujos índices de pobreza, apesar de políticas e medidas sociais de combate à pobreza implementadas desde a adesão de Portugal à União Europeia e com a sua tutela, se mantém entre nós, em níveis muito elevados, como sabem.

Uma fase também, socialmente muito complexa, sobretudo tendo em vista as mudanças rápidas e profundas no tecido social, os novos e crescentes problemas sociais, as novas formas de pobreza, de exclusão e de carência das populações, os novos desafios

provocados por um crescente e rápido sentimento de incerteza e de perda. De saúde, de emprego, de segurança, de liberdade aqui e ali e até de identidade.

Há cerca de dois anos, por alguma investigação que fiz, o Dr. Luís Alberto Silva e ilustre presidente das Mutualidades Portuguesas, e a propósito do Movimento Mutualista, sublinhou numa entrevista à comunicação social, a importância dos valores da solidariedade, da responsabilidade, da independência e da transparência. Foram expressões utilizadas pelo Presidente.

Ao divulgar e relevar estes valores, o presidente da UMP estava, a meu ver, por um lado, a alertar os mutualistas e os poderes públicos para a importância do quadro axiológico inerente ao Mutualismo, mas também para o novo quadro constitucional e legal que os acolhia.

Por outro lado, estava a municiar os próprios mutualistas, com as regras que deveriam presidir ao exercício da atividade mutualista e às novas exigências da vida, da Economia Social e do Mutualismo.

Ora, tenho para mim que a força do Mutualismo e das Associações Mutualistas, residirá não só na sua dinâmica e capacidade de intervenção social e de inovação perante os novos desafios e de intervenção junto das pessoas, mas também na sua capacidade para preservar, cumprir e fazer cumprir os seus valores, princípios e fins sociais e para cooperar entre elas e com todas as entidades da Economia Social, Estado e autarquias incluídas, de quem se espera também, uma verdadeira política social e não apenas assistencialista.

A matriz de princípios e valores do Mutualismo, mantém-se atual e hoje mais do que nunca, reforçada que foi pela unânime aprovação na Assembleia da República e na opinião pública em geral, da lei de bases da Economia Social e bem assim pela crença e confiança crescente das pessoas no Mutualismo e nas atividades desenvolvidas pelas Associações Mutualistas.

Este XII Congresso Nacional do Mutualismo servirá seguramente e além do mais para projetar e reforçar a importância e a necessidade do Mutualismo e as virtualidades dos princípios e valores que lhe estão associados.

A causa é nobre e os fins são socialmente justos e relevantes, sobretudo hoje, neste enevoado, conturbado, perturbado e incerto século XXI. Hoje mais do que nunca.

Muito obrigado.

---

Depois deste momento de enorme riqueza histórica e de homenagem ao percurso do Mutualismo, passaremos agora aos momentos simbólicos, representativos da vitalidade do movimento.

A Chama Mutualista remonta a 22 de outubro de 2016, tendo percorrido as Associações Mutualistas, de Norte a Sul do país.

Vamos visitar, através de fotografias, o percurso da Chama Mutualista.



---

A Chama Mutualista percorreu o país de Norte a Sul, numa iniciativa lançada em outubro de 2016, com o objetivo de iluminar as Associações Mutualistas e de trazer uma nova luz para o movimento.

Esta iniciativa remonta a 22 de outubro de 2016, dia em que a Chama foi oficialmente acesa pelo Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva, no decorrer no 5º Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, em Coimbra.

Que a Chama simbolize a força, vitalidade e coesão do movimento, disse-se no Encontro Nacional de Mutualismo, ao iluminar a Chama pela primeira vez, numa frase marcante e que deixava bem claro, o objetivo da iniciativa e a sua importância para a fomentação do sentimento de união, que é fundamental para o Movimento Mutualista Português.

Desde então as Associações Mutualistas têm aderido em massa a esta iniciativa, mostrando grande entusiasmo e evidenciando a força e coesão do Movimento Mutualista.

Já lá vão na verdade vários meses desde que a Chama Mutualista começou a circular pelo país, do Minho até ao Algarve, de Associação Mutualista em Associação Mutualista, a Chama tem percorrido todo o país de mão em mão, numa iniciativa que está a materializar a força e coesão do Movimento Mutualista, que já se antevia no dia em que foi acesa.

O Mutualismo português que embora os seus mais de sete séculos de história continua jovem e vigoroso, tem nos últimos meses materializado o sentimento uno desta Chama.

Esta inovadora iniciativa procura também impulsionar e divulgar o Movimento Mutualista, levando o Mutualismo à comunidade e trazendo a comunidade ao Mutualismo.

Sob um ponto de vista logístico, a Chama tem circulado pelo país, conforme o itinerário definido entre as Mutualidades e a UMP.

Assim, uma a uma, as Associações Mutualistas têm recebido a Chama, entregue pela Mutualidade anterior e com ela desenvolveram um conjunto de atividades que buscam a promoção do Movimento Mutualista e da própria instituição.

Antes da passagem da Chama para a Associação Mutualista seguinte, a instituição na posse da mesma, deixou como testemunho uma mensagem personalizada na fita cedida pela União das Mutualidades Portuguesas. Essa mensagem relaciona-se com a Associação e a própria iniciativa.

Essa fita foi depois acoplada à fita branca maior, que unificou as diferentes mensagens das Mutualidades envolvidas, de Norte a Sul do país.

A Chama Mutualista tem deixado o seu rasto de brilho por todo o país, dando maior visibilidade ao Movimento Mutualista e integrando os próprios associados na iniciativa, que em muito têm contribuído para que esta esteja a ser de um enorme sucesso.

A propósito da Chama, a UMP desenvolveu um *website* onde constam as notícias e iniciativas inerentes à mesma. Em [cnm.mutualismo.pt](http://cnm.mutualismo.pt), poder-se-á acompanhar o percurso definido, aceder à foto galeria atualizada ou acompanhar as nossas reportagens.

A iniciativa pode também ser seguida no *facebook* oficial da União das Mutualidades Portuguesas.

Com o término do percurso da Chama Mutualista pelo país, a União das Mutualidades tem o prazer de anunciar desde já, a segunda edição desta iniciativa, que partirá brevemente e que contemplará um percurso diferente.

A nova Chama será hoje entregue à Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Bejenses e seguirá agora rumo a uma nova e longa viagem mutualista pelo país, numa representação clara de união e que pretende materializar os fortes e inegáveis laços do Movimento Mutualista.

---

Chamamos o Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Dr. Luís Alberto Silva e a representante da Associação de Socorros Mútuos Artistas Bejenses, Dra. Maria Ramirez, para o momento simbólico da entrega da Chama Mutualista, que agora inicia um novo périplo.

---

A minha voz que estava realmente, ainda estava bom, mas eu acho que já estou a ficar, não sei se consigo chegar aos outros 720. Mas houve um médico que me disse, é normal, porque estiveste todo o dia a falar, portanto, para a semana já estás bem.

Portanto, Senhora Presidente, tem a função de iniciar um percurso de 2017-2018, precisamente por todo o país. Muito obrigado.

---

Muito obrigada.

É com muito respeito, humildade e sentido de responsabilidade, que a Associação de Socorros Mútuos de Artistas Bejenses, recebe a Chama Mutualista.

Obrigada.

---

Só dar uma última palavrinha também.

Esta instituição estava com uma assembleia geral para ser extinta e no dia em que eu tive uma audição com o Senhor Presidente da República, com o Dr. Marcelo, eu ia no

carro e informaram-me desta informação. E eu dei a informação ao Senhor Presidente. Ele disse, Luís Alberto, tens que assumir a presidência daquela instituição porque a história do Mutualismo está lá. Tens que ir impedir isso. E estava marcado na sexta-feira seguinte precisamente a sua extinção.

Felizmente, como pegando na expressão dos homens bons de Beja, nós conseguimos que ela fosse extinta e, portanto, e tive que ser, assumir a presidência desta instituição.

É mais um cargo que realmente eu passo a ter, mas também financeiramente também fico muito melhor, o que é ótimo.

Muito obrigado.

---

O momento que se segue, será dedicado à entrega dos Prémios Mutualistas, que têm como principal finalidade, reconhecer o que de melhor se faz, em prole do movimento e agradecer as pessoas que diariamente se entregam à missão mutualista.

Procederemos, em primeiro lugar, à entrega do prémio Inovar para Melhorar 2017. A União das Mutualidades Portuguesas instituiu em 2010 o prémio Inovar para Melhorar. Este prémio tem como principal objetivo galardoar projetos implementados por Associações Mutualistas que constituam uma boa prática do Movimento Mutualista.

Atribuído anualmente, permite o reconhecimento de projetos que, sendo um modelo de inovação e modernidade, podem ser conhecidos e valorizados pelas demais associações, contribuindo para o desenvolvimento do Movimento e da Economia Social.

O prémio Inovar para Melhorar 2017 contou com a apreciação dos seguintes membros do júri, Dr. Eduardo Graça, Presidente da Direção da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, Dr. Rui Filipe Moura Gomes, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Dr. Nuno Miguel Cardoso, Diretor do Centro Distrital de Segurança Social do Porto.

Este ano, foram apresentadas duas candidaturas ao prémio Inovar para Melhorar, que refletem o espírito de entreatajuda que caracteriza o Movimento Mutualista. Vamos conhecê-las.

---

A Estrutura Residencial para Idosos da Associação de Socorros Mútuos São Francisco de Assis de Anta promete mudar a vida de centenas de idosos, proporcionando, não só um conjunto de serviços permanentes de qualidade, mas também, promovendo a interação, a segurança e a autoestima dos utentes.

Este moderno equipamento, tem como objetivo primordial, servir a população que se encontra na terceira idade, estando destinado ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de pessoas idosas ou outras, em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

A Associação de Socorros Mútuos Mutualista Covilhanense apresenta um projeto pioneiro e inovador que busca minimizar o problema das demências, um tema que, nos dias de hoje, assola muitas pessoas e famílias. No horizonte das demências, coloca à disposição da população, um gabinete de apoio ao familiar e doente de Alzheimer e uma sala snoezelen, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores, prestando um acompanhamento personalizado, através de uma equipa pluridisciplinar.

Ainda no âmbito deste projeto pioneiro, encontra-se em fase de desenvolvimento um sapato com sistema GPS, que permite a localização do utilizador.

---

Desta forma e por decisão do júri nomeado, pela iniciativa, pelo carácter inovador, pela visibilidade, pela relevância pertinência, pela proximidade com a população e acima de tudo, pela qualidade dos projetos apresentados, o prémio Inovar para Melhorar 2017 atribui-se ao projeto No Horizonte das Demências, da Associação de Socorros Mútuos Mutualista Covilhanense.

Muitos parabéns!

Chamamos o Dr. Nuno Miguel Cardoso, Diretor do Centro Distrital da Segurança Social do Porto, para entregar o prémio ao Sr. José Almeida, em representação da Associação Mutualista vencedora.

---

Passamos agora à apresentação do prémio Cidadania e Solidariedade. Este prémio tem como principal objetivo, reconhecer cidadãos com trabalho meritório, em prol das populações, que revelam o seu espírito solidário e a sua responsabilidade social.

---

Carlos Alberto Vaz, nasceu a 14 de dezembro de 1955, em Sambade, Alfândega da Fé, naquela que era a terra dos seus pais. Transmontano de gema, viria a crescer em Macedo de Cavaleiros e tem residido, nos últimos trinta anos, em Bragança.

É filho de agricultores e gosta também de se dedicar à terra nas horas livres. Carlos Vaz é produtor de vinho, de azeite, de frutas, de alimentos que produz para consumo próprio. É também, desde muito novo, caçador nos tempos livres e pescador truteiro nos rios de Bragança. É casado, tem dois filhos e também um neto.

Licenciou-se em Direito pela histórica Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e mais tarde ingressaria na Escola Nacional de Saúde Pública, em 1983, tendo frequentado o curso de Administração Hospitalar, que concluiu em 1985.

Iniciou a sua atividade profissional, no Hospital Distrital de Bragança, em 1985 e nos anos que se seguiram, teve responsabilidades como Presidente do Conselho de Administração de diversos hospitais públicos.

Carlos Alberto Vaz é um profundo conhecedor da região Norte, a nível de saúde e da realidade das suas populações. Durante a sua gestão, foi ampliado e reestruturado o Hospital de Mirandela e avançou a construção do Hospital Psiquiátrico para doentes crónicos, no Hospital de Bragança, foi também sob a sua gestão que se construiu a Unidade de Oncologia com cobertura a toda a região de Trás-Os-Montes e Alto Douro e que se construiu o Hospital de Proximidade de Lamego.

É também da sua responsabilidade a remodelação da urgência do Hospital de Chaves.

Personalidade deveras ativa na sociedade, Carlos Vaz é um homem multifacetado, o que fica provado pela participação ativa em duas Confrarias e pela responsabilidade como Presidente da Assembleia Geral do Aeroclube de Bragança.

Mantém uma excelente relação profissional e pessoal com a Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança, com quem já partilhou projetos, no âmbito da violência doméstica.

Fruto das suas funções profissionais, Carlos Vaz mantém também uma ligação muito próxima com as Misericórdias da região Transmontana. Carlos Vaz é alguém que se tem dedicado à causa pública ao longo dos últimos trinta anos. Um homem intimamente ligado à Saúde e com um enorme lado humano, é um exemplo de cidadania, de competência profissional e de trabalho erigido em prol das populações.

---

Chamamos o Dr. Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, para entregar o prémio ao Dr. Carlos Vaz.

---

É chegado o importante momento da entrega do prémio Mutualismo e Solidariedade 2016. Este prémio foi criado em 2003, com o propósito de distinguir pessoas, que em razão do mérito do trabalho desenvolvido, tenham assumidamente contribuído para o desenvolvimento do Mutualismo, essencialmente no auxílio à promoção de práticas de Solidariedade Mutualista.

Vamos então conhecer os ilustres homenageados.

---

Augusto José Ribeiro Vieira nasceu a 16 de junho de 1951, em Vilar de Veiga, freguesia do concelho de Terras de Bouro. Hoje reformado, Augusto gosta de se ocupar com as coisas simples da vida, tais como lavar os automóveis dos dois filhos, ou dedicar-se à jardinagem. Um bom vivante, Augusto Vieira aprecia a natureza, a boa gastronomia e um bom vinho, na companhia de familiares e amigos.

A história de Augusto, o segundo de quatro irmãos, diz-nos que se mudou muito jovem, com apenas dez anos de idade, para Sintra, onde estudaria num seminário e mais tarde, viria a prosseguir estudos num colégio particular na Borralha.

De carácter obrigatório na época, Augusto Vieira viria a cumprir serviço militar na Marinha, dos dezassete aos vinte e um anos de idade.

Ingressaria ao serviço do Montepio Geral em maio de 1974, no conturbado período pós revolucionário. No período entendido entre 1976 e 1981, Augusto Vieira estudou Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo concluído o curso em cinco anos.

Começou a estagiar, ainda que mantendo funções como bancário no Montepio, no Tribunal da Boa Hora e era como advogado oficioso, que intervinha, na falta de procurador do Ministério Público.

Terminou o estágio de advocacia em 1983 e, a partir de então, começou a dedicar-se à profissão, nomeadamente ao direito fiscal do terceiro setor, em virtude do exercício de funções no Montepio Geral Associação Mutualista.

Desde 2013 que Augusto Vieira é também juiz árbitro no Centro de Arbitragem Administrativa, nas áreas de Imposto sobre o Rendimento, Impostos sobre o Património e Direito Fiscal Internacional.

O Mutualismo esse, ganharia preponderância na vida de Augusto, ainda na década de 80. Começou a sua colaboração com a União das Mutualidades Portuguesas em 1987, na qualidade de advogado. Entretanto, viria a colaborar também como assessor fiscal com o Montepio Comercial e Industrial Associação de Socorros Mútuos e Caixa Comercial e Industrial, de 1989 a 1991.

Augusto Vieira foi o advogado que encabeçou o processo jurídico relativo às farmácias sociais, tendo ficado com a responsabilidade de encetar um conjunto de ações contra o INFARMED, que foram permitindo que as Associações Mutualistas pudessem ter farmácias sociais.

Ao todo, são mais de quarenta anos a trabalhar em prol do Mutualismo, ocupando diferentes responsabilidades profissionais no seio do movimento.

Disponível, dedicado e sempre de sorriso pronto para os que o rodeiam, Augusto Vieira conquistou os mutualistas, sendo certo que diversas gerações de associados puderam assistir ao seu trabalho na defesa e divulgação do movimento.

---

Nascido no início do verão de 1947 em Valongo, Fernando Santos é o mais novo de três irmãos. Desde cedo que se interessou pelo futebol, tendo sido jogador na equipa da terra e mais tarde, desenvolvido funções como dirigente desportivo e também como treinador em clubes de Valongo, tais como o Valonguense ou o Estrelas Susanenses.

O associativismo sempre gerou curiosidade num ainda muito jovem Fernando, que um dia viria a ouvir falar do Mutualismo. Ainda que desconhecesse no que consistia exatamente o Movimento Mutualista, Fernando vir-se-á a interessar, consoante foi conhecendo mais detalhes. Por ser alguém que gosta de ajudar o próximo, Fernando tornar-se-ia associado na Associação de Socorros Mútuos e Fúnebre do concelho de



Valongo, em 1973. A partir de então, Fernando Santos viria a aumentar gradualmente o seu entusiasmo pela filosofia inerente ao Mutualismo. O seu empenho e dedicação à causa fizeram com que, há cerca de vinte anos, Fernando fosse convidado a integrar os órgãos associativos da Associação de Valongo, que atualmente é uma das associações que integra o conselho fiscal da UMP e está representada na mesa da assembleia geral.

O trabalho desenvolvido por Fernando Santos na Associação de Socorros Mútuos e Fúnebre do concelho de Valongo, em muito contribuiu no crescimento da mesma.

O seu trabalho está hoje visível no aumento da atividade da Associação, que detém um papel de grande relevo no concelho e é reconhecida pela sua grande visão de futuro e pela sua capacidade em conceber novas respostas em prol da população que serve.

Fernando contribuiu para que fosse possível a reabilitação da sede, que sofreu obras profundas, uma vez que o antigo espaço carecia de uma intervenção urgente.

Fernando procedeu à alteração dos estatutos da Associação e a sua visão contribuiu também para que fosse pioneiro, sendo um dos principais responsáveis pela informatização dos serviços da mesma Associação.

Mais recentemente e graças à intervenção de Fernando Santos, a Associação de Valongo pôde adquirir o terreno para a construção da atual estrutura residencial para idosos, inaugurada em 2016.

Um homem sem dúvida impulsionador, que teve uma vida de muito trabalho e com uma passagem pelo Exército. Fernando foi também sempre um homem muito dedicado à família, uma vez que é casado e tem três filhas, sendo reconhecido pelas suas qualidades enquanto pai e também enquanto associativista mutualista, naquela que é seguramente a sua segunda família.

----

Convidamos agora ambos os premiados a subir ao palco para receber a condecoração.

---

Não sou propriamente um bom orador, os técnicos não são bons oradores, são realmente críticos, mas o que eu tenho a dizer é muito obrigado e a luta continua.

Ainda há dias estive, fui apanhado de surpresa, tive que intervir na Comissão de Economia e Finanças da Assembleia da República, em luta na defesa daquilo que julgo ser um caminho correto para a lei das Caixas Económicas, está aqui o senhor deputado e, eu sou sempre apanhado de surpresa, e penso que temos muito ainda a fazer, eu sou um homem da crítica, não sou um homem da circunstância, sou um homem que luto por aquilo que acho que deve ser o desenvolvimento da Economia Social, porque realmente Portugal não é um país rico. Portugal é um país que precisa muito da Economia Social, as cooperativas estão como estão e nós estamos um bocadinho aquém das cooperativas. E é só isso que vos quero dizer mas muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado. Não esperava que me desse esse prémio. Muito obrigado.

---

Bom dia a todos também. Também foi caso de surpresa. Isto até aqui não tem sido nada fácil, não é? A gente investe, é preciso dinheiro, não temos sido muito bem apoiados, não é? Mas a vida continua, é como eu digo, ainda temos alguns projetos pela frente e isto é para continuar.

Fizemos tudo isto sem um único apoio, tudo dinheiro da Associação, é isto que eu queria que ficasse bem vincado, porque para fazer coisas assim, é preciso ter coragem, porque cheguei à presidência em 2009, altura da crise, investimos mais de um milhão de euros, não é? E nem um apoio. Tanto da autarquia como do Estado, tem aqui o nosso deputado Jorge Lacão, doutor, mas isto é uma achegazinha para o Governo, porque em toda a minha vida, tenho vinte e sete anos de Associação e nunca foi contemplada nem com um cêntimo. É tudo com dinheiro dos próprios associados.

Obrigado pela atenção.

---

Eu não resisto a, enfim, a dizer só umas palavras muito rapidamente. Quer um, quer outro, que, enfim, receberam o prémio e não estavam a contar, o Dr. Augusto Vieira Pires, eu fui à Assembleia da República, e temos que continuar a trabalhar, portanto quer dizer que mais, pelas palavras dele, como também daqui do próprio Presidente, que diz que nunca recebeu um cêntimo, mas que tem projetos para desenvolver.

É exatamente esta grande matriz que os mutualistas têm, que com muito pouco ou quase sem nada, conseguimos fazer muito mais. Alguém e está aqui o Senhor Bispo, que tem que puxar um bocadinho, como dizia o Padre Vítor Melícias, naquela expressão de Fernando Pessoa, o homem sonha e a obra nasce, e ele dizia e acrescentava e Deus concretiza, não é? Eu diria também que enfim, os mutualistas dizem, eu digo muitas vezes com os senhores bispos, o grande, o primeiro grande mutualista que nós tivemos, foi Cristo, quando pegou nos pães e no peixe e os multiplicou. É exatamente isso que nós fazemos e a mensagem que eu deixo aos dois é que continuem a trabalhar no sentido, em prol dos outros, que é essa realmente a grande riqueza que nós podemos tirar.

Muito obrigado.

---

Por fim, passamos à entrega do prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional. Este prémio pretende distinguir personalidades internacionais que tenham dado provas de solidariedade e de trabalho desenvolvido em prol da melhoria da qualidade de vida dos países de onde provêm.

Vamos então conhecer os ilustres homenageados.

---

José Ulisses de Pina Correia e Silva, nasceu a 4 de julho de 1962, na cidade da Praia. É casado e pai de dois filhos. Estudou no Liceu Domingos Ramos, na cidade da Praia

e licenciou-se em Organização e Gestão de Empresas, na Universidade Técnica de Lisboa, em 1988.

Ulisses Correia e Silva tem uma vasta experiência no setor bancário, setor em que trabalhou entre 1989 e 1994.

A sua capacidade técnica e de gestão, levou-o a desempenhar funções de chefia como Diretor do Departamento da Administração do Banco de Cabo Verde. Foi Secretário de Estado das Finanças, entre 1995 e 1998 e Ministro das Finanças de Cabo Verde, entre 1999 e 2000. Foi no período em que esteve como Ministro das Finanças que o Escudo Cabo Verdiano passou a estar ligado ao Euro, acontecimento marcante e estruturante da economia Cabo Verdiana.

No período em que esteve no Governo de Cabo Verde, foram realizadas importantes reformas económicas, com fortes impactos no crescimento económico e na criação de emprego.

Antes de ser eleito para o primeiro mandato como Presidente da Câmara Municipal da Praia, Ulisses Correia e Silva foi eleito como Deputado Nacional e posteriormente Líder do Grupo Parlamentar do MPD, função que exerceu por dois anos, de 2006 a 2008, ao mesmo tempo que assumiu a função de Vice-Presidente do MPD.

Ulisses Correia e Silva exerceu também atividades de docência na Universidade Piaget, na cidade da Praia, entre 2002 e 2007.

Cumpriu depois um segundo mandato como Presidente da Câmara Municipal da Praia. É Presidente do MPD, Movimento para a Democracia, desde junho de 2013.

Atualmente, Ulisses Correia e Silva é Primeiro-ministro de Cabo Verde, após vencer com maioria absoluta as eleições legislativas de março de 2016.

---

António Emílio Leite Couto, mais conhecido como Mia Couto, nasceu a 5 de julho de 1955, na cidade de Beira, província de Sofala, em Moçambique. Com apenas 14 anos de idade, tinha já alguns poemas publicados no jornal Notícias da Beira e três anos depois, em 1971, mudar-se-ia para a cidade capital de Moçambique, Lourenço Marques.

Iniciou os estudos universitários em Medicina, mas abandonou no princípio do terceiro ano, passando a exercer a profissão de jornalista, depois do 25 de Abril de 1974.

Trabalhou no jornal Tribuna, até à destruição das suas instalações, por colonos que se opunham à independência.

Foi nomeado diretor da Agência de Informação de Moçambique e formou ligações de correspondentes entre as províncias moçambicanas durante o tempo da guerra de libertação.

Trabalhou como diretor da revista Tempo até 1981 e continuou a carreira no Jornal de Notícias até 1985.

Antes, em 1983, publicaria o seu primeiro livro de poesia, Raiz de Orvalho.

Abandonaria, em 1986, o jornalismo, para continuar os estudos universitários, na área da Biologia.

Personalidade ativa no seio cívico e cultural moçambicano, Mia Couto, é membro da comissão de honra da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, uma das principais organizações moçambicanas de promoção do desenvolvimento comunitário.

Mia Couto é também presidente da Fundação Fernando Leite Couto, destinada a apoiar os escritores mais jovens de Moçambique e a promover iniciativas artísticas e culturais.

Casado e com três filhos, Mia Couto trabalhou também em teatro, criando, junto com outros artistas, o primeiro grupo de teatro profissional em Moçambique.

Como escritor, Mia Couto é dono de uma vasta e premiada obra, reconhecido tanto em Moçambique, como internacionalmente, como são prova, as mais de trinta obras traduzidas e editadas em mais de trinta países, o que o torna o escritor moçambicano mais traduzido de sempre.

---

Chamamos ao palco o Dr. Ulisses Correia e Silva e o Dr. Rui Vaz Pinto em representação de Mia Couto, para que lhes sejam entregues as condecorações.

---

Muito boa tarde.

Gostaria de saudar a todos. Senhor Presidente da União das Mutualidades Portuguesas, Senhor Deputado, Senhor Bispo, a todos os presentes, para nós é um privilégio estarmos aqui a partilhar este momento.

Já temos relações já, não diria antigas, mas que vêm do período em que eu era Presidente da Câmara Municipal da Praia, tivemos oportunidade de trabalhar e eu posso aqui anunciar que brevemente iremos celebrar um protocolo de cooperação com a União das Mutualidades Portuguesas, no sentido também de darmos corpo a um historial que já existe também antigo em Cabo Verde, das Mutualidades, que ultrapassaram também períodos, diria não tão longos da história de 720 anos, mas períodos também interessantes onde houve momentos em que o ambiente não era muito propício para este tipo de atividade mas conseguimos recuperar e temos a dinâmica suficiente para fazermos avançar, isto falando também em pessoa que estima e que gosta de movimentos desta natureza.

Sobre o prémio em si, mais do que uma homenagem, creio que é um símbolo de um compromisso, que nós assumimos com prazer, porque assim como eu estive na Câmara Municipal da Praia durante sete anos e meio, numa função que necessariamente obriga a gestão de proximidade, a maior escola de vida para quem está na atividade política, as questões sociais são fundamentais. Questões que têm a ver com a vida das pessoas, com a criação de condições de felicidade das pessoas.

E termos a percepção de que o global é importante, mas é nos pormenores que existem e se fazem as diferenças. E no Governo, também é essa mesma percepção, de que efetivamente nós temos que governar cada vez mais olhando para as pessoas, não no sentido assistencialista, que eu também, pessoalmente, não defendo, não no sentido de reproduzir a pobreza ou de se aproveitar da pobreza para fins de poder, mas no sentido de criar autonomia e autossuficiência nas famílias, nas pessoas e nos cidadãos e criar um ambiente favorável para poderem serem felizes.

Eu fui para a campanha eleitoral com esta palavra simples, Felicidade, e é isso que eu espero poder concretizar também na governação em Cabo Verde, e é isso que eu transmito também a todos, que sejam felizes!

Muito obrigado!

---

Bom dia! Saudações ao congresso da Unicepe - Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto.

É uma honra ser porta-voz de Mia Couto. Passo a ler o seu texto de agradecimento.

Caros Amigos!

Escrever é um ato de entrega. É um estar no outro. É uma partilha de um sonho que não sabíamos que era de todos.

A escrita literária resulta sobretudo de uma habilidade para escutar os outros. Esses que pareciam viver na sombra e no silêncio. Nessa escuta, o escritor atravessa as suas próprias fronteiras. Nessa viagem, ele tece laços de solidariedade com os outros. E esses outros, deixam de ser estranhos. Deixam de estar distantes e passam a ser habitantes de uma mesma casa.

Este é um mundo que convida à distância e à indiferença. Este é um momento que encoraja à indiferença. Este é um tempo de desigualdade e de exclusão. Um tempo, em que parecem falir os sistemas convencionais de proteção social e de repartição justa e equitativa da riqueza.

O Mutualismo construi-se com uma das respostas para contrariar este tempo que, todos os dias, nos vai roubando a utopia de sermos o mesmo mundo, uma mesma família humana.

É por isso que é para mim, como escritor e como cidadão do mundo, uma grande honra receber este vosso reconhecimento. Esta vossa escolha não recai apenas sobre a minha pessoa, o Movimento Mutualismo reconhece assim que a poesia e a literatura são parceiros na construção de um mundo mais solidário e mais humano.

Aceitem este grande abraço deste companheiro de jornada,

Mia Couto

---

Convidamos os presentes para assistirem a um momento musical interpretado por Henk van Twillert e o Vento do Norte.

---

Bom dia! Boa tarde!

Muito obrigado pelo convite para este evento muito importante.

Este jovens são, é um grupo de músicos do Porto, de Portugal, eu sou da Holanda, e já num mundo muito reconhecido, a primeira peça foi uma composição do compositor argentino Astor Piazzolla e continuamos com um compositor mundial, Johann Sebastian Bach.

---

Continuamos com a escolha Libertango ou mais um Bach. Libertango, aplausos. Ou... Ou Bach? Mais uma vez aplausos. Vai ser Bach, porque Bach tem um aplauso mais comprido que Piazzolla.

Nesta vez, para quatro saxofones.

Obrigado.

---

Para terminar as comemorações do Dia Nacional do Mutualismo e do XII Congresso Nacional do Mutualismo, chamamos para compor a mesa o Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva, o Vice-Presidente da Assembleia da República, Jorge Lacão.

Damos a palavra ao Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas.

---

Muito bom dia a todos!

Sua Excelência Reverendíssimo Bispo Auxiliar do Porto, Dom António Augusto,

Sua Excelência Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, Dr. Jorge Lacão,

Sua Excelência Senhor Primeiro Ministro de Cabo Verde, Dr. Ulisses Correia da Silva, Correia e Silva, peço desculpa,

Sua Excelência Senhor Ministro da Saúde e Segurança Social de Cabo Verde, Dr. Arlindo do Rosário,

Exma. Senhora Dra. Assessora para os Assuntos Sociais do Ministério do Emprego e Assuntos Sociais de São Tomé e Príncipe, Dra. Aida Beirão,

Exmo. Senhor Presidente da União Africana da la Mutualité UAM, Dr. Abdelmoula Abdelmoumni,



Demais entidades oficiais aqui presentes,

Caras e caros Deputados,

Caros representantes das entidades da Economia Social,

Companheiras e companheiros mutualistas presentes,

Caros representantes dos órgãos de comunicação social,

Minhas senhoras e meus senhores,

Início esta minha intervenção, agradecendo a todos aqueles que nos honraram com a sua presença e participação, neste XII Congresso Nacional do Mutualismo.

No limiar do encerramento deste XII Congresso Nacional do Mutualismo e da comemoração do Dia Nacional do Mutualismo, permitam-me que saúde deste já, todos aqueles que prepararam, realizaram e participaram nestes dois dias de trabalho e festa, contribuindo para o seu êxito.

Destaco, destes dois dias de discussão e reflexão, a interessada e profícua participação dos congressistas, evidenciando o comprometimento e o empenho do Estado Português, das instituições, das pessoas que conduzem os seus desígnios e da sociedade civil em geral, na construção de respostas eficazes aos atuais desafios sociais de Portugal, em particular e de uma comunidade global de forma mais lata, assente em valores comuns de Cidadania, Democraticidade, Igualdade, Corresponsabilidade, Solidariedade e Justiça Social.

Ao assinalarmos hoje, 720 anos de história de Mutualismo em Portugal, história essa que, se for abordada de uma perspetiva universal abarca ainda mais períodos torques da humanidade, somos confrontados com a resiliência do Modelo Mutualista.

Face aos perigos e contingências sociais que, ao longo da história dos homens, se lhes foram apresentando, evidenciando a capacidade de o Mutualismo de aplacar as capacidades de incerteza e vulnerabilidade próprias da existência humana, como a doença, a morte, o desemprego ou a perda de autonomia.

A história longínqua, aqui hoje evocada e a história recente que todos os presentes tão bem conhecem, já provou e vem reafirmando, o valor do Modelo Mutualista e o potencial socioeconómico das respostas e atividades que prossegue e desenvolve.

A prova está na durabilidade do Movimento Mutualista Português, na força do Mutualismo internacional e na versatilidade do setor.

Importa, alicerçados internamente numa história sólida, que os mutualistas tenham, mais uma vez, como é apanágio deste movimento, a plasticidade e a garra, para se ajustarem, flexibilizarem e reinventarem acompanhando as exigências de inovação e crescimento, impostas por uma sociedade em constante mutação e, cada vez mais complexa, do ponto de vista social e económico.

Por isso, reforço a minha convicção de que, para perspetivarmos o caminho de reconhecimento que constantemente reivindicamos, temos de sair da caixa e ter a audácia dos nossos antepassados, que nunca hesitaram quando tiveram de enfrentar o desconhecido, só assim alcançaram a glória e o prémio da expansão dos seus ideais e cultura.

Se confiamos que o Modelo Mutualista tenha validade, a fiabilidade e o mérito em que acreditamos e porque pugnamos diariamente, não podemos ter medo de ir mais longe e temos de prová-lo, dentro e fora do território nacional.

Guiamo-nos por valores de igualdade, justiça, democraticidade, liberdade e entreaajuda, por isso, não podemos ter a pretensão e o egoísmo de reservar esta solução de que nos orgulhamos, apenas para nós, nem a presunção de que a eternizaremos cristalizando-a nas respostas tradicionais.

Ou seja, urge diversificar as áreas de atividade das Associações Mutualistas, em particular e das entidades da Economia Social em geral. Urge apostar em diferentes públicos alvo e importa abraçar outros territórios, nomeadamente aqueles que com Portugal mais têm afinidades culturais, como os países da CPLP, como forma a dar cumprimento aos objetivos de desenvolvimento sustentável definidos pelas Nações Unidas.

Mas, neste trabalho de criação de valor para as comunidades, os mutualistas e todos os comprometidos com os valores da Economia Social, não podem estar sozinhos.

As políticas nacionais e internacionais devem ter em conta os modelos da Economia Social, nas fórmulas desenhadas para a criação de emprego e para a construção de uma sociedade mais justa, mais equitativa e mais sustentável.

Mais do que nunca, importa que o Estado Português se comprometa com a letra da lei de bases da Economia Social, por um lado, com as evidências estatísticas apresentadas pela conta satélite da Economia Social, por outro e, mais recentemente, com as conclusões emanadas na Declaração de Madrid, compromisso ratificado por mais de uma dezena de países europeus, entre os quais, Portugal. Documento que manifesta a importância deste setor, como primado das pessoas e do objeto social sobre o capital e que, valoriza indiscutivelmente o potencial da Economia Social para o crescimento da própria União Europeia.

Toda uma comunidade internacional reconhece que os cidadãos indiferenciadamente têm a ganhar com a consolidação e a sustentabilidade das organizações da Economia Social.

O Estado Português não será certamente a exceção, pelo que, é premente que as entidades da Economia Social, sejam consideradas na contratualização de serviços, com especial enfoque, na área da Saúde, favorecendo a sustentabilidade das mesmas e o sucesso, a curto, médio e longo prazo, das suas intervenções nos territórios que servem.

O mesmo Estado, deve agir em conformidade com o estatuto de parceiro, que atribui às entidades da Economia Social, valorizando o seu trabalho, não só em momentos de

crise, mas também nas alturas mais desafogadas, considerando-as nas suas opções estratégicas, desafiando-as na construção de soluções para as questões sociais e criando condições para a garantia da sua sustentabilidade como por exemplo, a implementação de procedimentos simplificados, na relação entre os organismos públicos e as entidades da Economia Social.

O chamado Simplex Administrativo ou, num outro exemplo, o envolvimento privilegiado das Mutualidades na gestão dos regimes de Segurança Social, sejam eles complementares ou mesmo obrigatórios.

E já que falamos de Segurança Social, não podemos deixar de destacar que é fundamental, a criação de mecanismos de supervisão da sustentabilidade financeira das modalidades de benefícios, que, ainda assim, em caso algum, poderão sair da tutela da Segurança Social.

Não poderia deixar de abordar nesta minha intervenção um tema que é tão caro aos mutualistas: as caixas económicas. Como é sabido, o setor financeiro das entidades da Economia Social, é hoje fatia importante e significativa do setor financeiro português. Falo designadamente do setor financeiro ligado às Mutualidades, vulgarmente conhecido por caixas económicas e do setor financeiro ligado às cooperativas.

Neste contexto, consideramos de extrema relevância, a criação de uma entidade financeira ligada umbilicalmente à Economia Social. E diria mais, à Economia Social e solidária, que, pela proximidade que a caracterizaria, seria diferente das demais entidades financeiras, que, naturalmente, adotam uma perspetiva mais comercial e capitalista.

Queremos inovar! Queremos fazer mais e melhor! Estamos, como sempre, disponíveis para cooperar com todos os parceiros. Não somos de virar as costas aos desafios e às dificuldades.

As Mutualidades e a União das Mutualidades Portuguesas têm provado merecer a confiança do Governo e das pessoas, adotando uma postura proactiva, empenhada e construtora, nunca obstrutiva.

Não queremos substituir o Estado, nas suas funções reguladoras e supervisoras, mas entendemos que poderemos dar às pessoas, uma resposta melhor, mais eficaz e eficiente, se nos for confiada a tarefa de desenvolvermos as respostas de proximidade que as populações assim exigem e merecem e que, no final das contas, estão na nossa matriz genética.

Termino a minha intervenção com uma saudação especial a todos os dirigentes, colaboradores e associados de todas as Associações Mutualistas filiadas na União das Mutualidades Portuguesas, que diariamente dão o melhor de si ao Movimento Mutualista, para o seu crescimento e fortalecimento.

Por último, faço um especial agradecimento, a todos os colaboradores que, este evento de ontem e de hoje, teve aqui um batalhão de colaboradores e voluntários, para que conseguíssemos ter a qualidade deste evento e aos diversos parceiros institucionais e

comerciais com o seu inestimável contributo, tornaram possível a realização deste Congresso e do Dia Nacional do Mutualismo.

E eu acrescentaria só uma última nota, para além de agradecer, como eu disse, a presença do Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, da Casa da Democracia, o Senhor Primeiro Ministro de Cabo Verde, que sei, que já está com a sua agenda, já está mesmo no limite, o Senhor Ministro da Saúde, o Senhor Bispo, todas as entidades oficiais, todos os intervenientes, mas há uma referência, que nunca a fiz e acho que a devo fazer.

Eu também queria... Vai ter que ficar para a próxima vez.

Muito obrigado.

Iria dizer que agradeço à minha esposa. Pela paciência e pela minha ausência, que são muitas horas, dedicadas precisamente ao Mutualismo. Também às minhas duas filhas e também aos meus netos, que já estão envolvidos também no...

Muito obrigado.

---

Para terminar, damos a palavra ao Dr. Jorge Lacão.

---

Senhor Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, permita-me que, em seu nome e através de si, cumprimente todos os mutualistas presentes e participantes deste congresso, cumprimentando também o Senhor Primeiro-Ministro de Cabo Verde, demais membros do Governo e também de São Tomé e Príncipe presentes, Senhor Primeiro Ministro de Cabo Verde, tive o gosto pessoal de ter sido recentemente recebido por si, na sede do seu Governo, a propósito de uma outra missão parlamentar, cumprimentar o Senhor Bispo Auxiliar do Porto, os senhores autarcas presentes, minhas senhoras e meus senhores.

Represento aqui o Presidente da Assembleia da República e representando-o a ele, toda a Assembleia da República na sua pluralidade, mas não posso deixar de sublinhar que é um enorme prazer pessoal estar aqui convosco neste momento.

Há pouco, quando todos ouvíamos a forma tão extraordinária como se interpretava musicalmente Piazzolla e Bach, ocorreu-me o pensar que a perfeição estética da vida, nos poderia dispensar demais palavras e assim poderíamos sair daqui com a sensação de que o mundo era perfeito. E todavia, sabemos que não o é.

E a história do Mutualismo que aqui nos foi tão extraordinariamente contada, através da digressão por centenas de anos e através da experiência pessoal de quem nela tem ativamente partilhado, demonstram-nos que os problemas do presente são afinal, sob tantos aspetos, tão semelhantes aos problemas do passado, o que talvez nos faça apelo à consideração de que tudo tem a ver com a natureza humana, que estamos sempre com a necessidade de reinventar a história e de perante a história nos posicionarmos

sobre a maneira de nos encarmos a nós próprios como pessoas, nas sociedades em que vivemos.

E por isso, certamente muitos de nós são atravessados por sentimentos de dúvida sobre, se faz sentido, se valerá a pena, continuar nos dias de hoje, a acreditar que ainda é possível aperfeiçoar o mundo, que os nossos ancestrais igualmente acreditaram ter podido fazer.

E todavia, se os problemas se renovam, eu creio que os desafios e os ideais, também eles se renovam e a existência deste congresso, será certamente o testemunho eloquente de que assim é.

Não podemos portanto desistir. E não podemos desistir de estar presentes em todas as frentes em que os desafios nos convocam.

Temos hoje uma consciência política mais apurada de que o dever da Solidariedade Social impõe ao Estado uma particular responsabilidade e que, aquilo que já se designou de Estado de providência e que hoje mais frequentemente se designa de Estado Social, é algo de que não podemos desistir, mesmo quando, quantas vezes, personalidades e instituições, algumas delas com tanta relevância internacional, nos vêm dizer que precisamos de fazer reformas estruturais e nós adivinhamos que por muitos desses apelos às ditas reformas, chamadas estruturais, estão apelos ao desmantelamento do Estado Social. E eis que o não podemos fazer! Porque se alguma coisa, estes ensinamentos do passado nos dizem, é que precisamos de combater permanentemente as desigualdades, permanentemente precisamos de não nos desmobilizar do combate à pobreza e de estar do lado daqueles que mais precisam.

Mas se é certamente uma consciência do nosso tempo, de que o Estado Social é inerente à realização da dignidade da pessoa humana, certamente também aprendemos que o Estado Social por si, não resolve tudo e deixa mesmo muito por resolver e que há tanta coisa que só o dinamismo social de proximidade pode fazer, e que há muita coisa que só a autodeterminação associativa das pessoas pode alcançar e que é nesse plano, da capacidade de junta a generosidade com a ambição de realizar o melhor da nossa condição humana, que o Mutualismo certamente, seguramente, continuará a fazer sentido, nos nossos dias.

Aprendemos também das trajetórias do passado que, muito do Movimento Mutualista, esteve ligado à necessidade das profissões, na sua própria fragilidade se auto-organizarem na defesa dos seus associados.

Sabemos hoje, na sociedade em que vivemos, que o nosso mundo é mais complexo, que o nosso mundo tem problemas que são de uma grande transversalidade e que porventura os Movimentos Mutualistas de hoje não estarão tanto associados à defesa sectorial das profissões mas à defesa transversal das pessoas, nos contextos sociais em que vivem.

Só que isto, naturalmente, nos coloca, porventura, novos desafios. O desafio de desenvolvermos na sociedade, consciências de solidariedade cada vez mais apuradas, em relação a outras tendências que infelizmente se verificam, das quais o egoísmo, das

quais uma competitividade mal assimilada, acaba muitas vezes por criar um isolamento na vida social das pessoas, que é, porventura, um dos inimigos maiores do tempo em que vivemos.

E estamos, portanto, nesta situação paradoxal, os ideais mantêm-se de valor universal e todavia, à luz ou para além desses ideais, nós temos também hoje na sociedade, fatores que desvirtuam esses mesmos ideais.

Precisamos portanto de fazer em cada momento, penso eu, apelo ao melhor de nós próprios, em todas as dimensões da vida social. Em todas as dimensões, sejam as políticas, as sociais, as económicas, as culturais, aquelas onde estivermos socialmente presentes.

E para isso, temos que nos interrogar sobre se os fatores de coesão na nossa sociedade são suficientemente promovidos. Dizia-se há pouco, na perspetiva e na retrospectiva histórica, que Portugal atravessou nomeadamente nas transições do século XIX para o século XX, a evidência de sermos uma sociedade atrasada, uma sociedade onde o analfabetismo era absolutamente dominante e realmente era tão absolutamente dominante, que à entrada da primeira república em Portugal, os índices de analfabetismo aqui relatados, superior a 75% da nossa população, eram exatamente os inversos de uma sociedade como por exemplo, a sociedade inglesa daquele tempo, onde os índices de alfabetização eram da ordem dos 80, 90%, num contraste completo com aquilo que há mais de cem anos se vivia na sociedade portuguesa.

Massificámos muito, nomeadamente nas últimas décadas da democracia, o ensino no nosso país. E no entanto eu pergunto-me, todos os dias me pergunto se, elementos tão fundamentais, como por exemplo a necessidade de termos nas nossas escolas, a necessidade de termos uma disciplina de Educação para a Cidadania, não nos faz absolutamente falta. Para que o sentido da consciência social, o sentido da responsabilidade social, o sentido da partilha dos deveres, possam estar ligados à consciência cidadã da exigência dos direitos.

E creio portanto que se não temos ainda no sistema institucional de ensino, uma disciplina de Educação para a Cidadania, ao menos que possamos fazer educação para a cidadania, ao nível daqueles que acreditam no valor fundamental do associativismo e dentro do associativismo, do valor fundamental do Mutualismo.

Quero portanto dizer-vos, neste momento em que tenho o privilégio de com estas palavras encerrar este vosso congresso, que é para mim um privilégio e é para mim também um apelo de responsabilidade, não só no plano pessoal, mas enquanto, como aqui referi, representante do órgão da soberania plural do nosso país.

Aquilo que aqui foi dito, é um desafio à exigência de fazermos melhor. Temos que fazer melhor!

Muito obrigado a todos!

---



Damos assim por terminado o XII Congresso Nacional do Mutualismo e as comemorações do Dia Nacional do Mutualismo e dos 720 Anos do Mutualismo em Portugal.

Esperamos que estes dois dias tenham sido do agrado de todos os ilustres presentes.